

Aveiro:

Cidade | Universidade



Ana Trindade Fonseca

Julho de 2010

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA

Apresentada ao

Departamento De Arquitectura Da FCTUC

Sob A Orientação Do Professor Doutor João Paulo Cardielos

Aveiro:

Cidade | Universidade

Desenvolvimento e Políticas Urbanas da segunda metade do séc. XX ao presente

Ao meu Pai
A minha referência
O meu porto de abrigo

Aos meus Avós
Pelo carinho e afectos de sempre

Ao Brimet
Meu cúmplice eterno
nos devaneios fantásticos

Agradecimentos

Quero agradecer profundamente ao Professor Doutor João Paulo Cardielos o infinito empenho, a singular disponibilidade na orientação deste trabalho e, especialmente, a enorme confiança depositada.

Agradeço, também, a amável atenção e disponibilidade dispensadas pelas várias personalidades das quais os contributos foram determinantes para o desenvolvimento deste trabalho. Nomeadamente, Doutor Alberto Souto, Doutor António Soares, Professor Artur da Rosa Pires, Doutora Fernanda Quinta, Doutor Girão Pereira, Professor Hélder Castanheira, Arquitecto Joaquim Oliveira, Professor José Carlos Mota, Arquitecto José Lage, Arquitecto José Quintão, Professor Júlio Pedrosa, Arquitecto Luís Viegas, Engenheiro Maia Marques, Professor Manuel Assunção, Professora Maria Helena Nazaré, Engenheiro Matos Rodrigues, Arquitecto Nuno Portas, Doutor Paulo Mesquita, Professor Renato Araújo. Agradeço ainda à equipa do Arquivo da Universidade de Aveiro, pela disponibilidade e simpatia com que me recebeu.

A toda a família agradeço o apoio e incentivo. Ao meu Pai, a inspiração, cumplicidade e paciência. Aos meus Avós os miminhos de sempre que remetem para memórias de infância e momentos de partilha muito especiais. Ao Miguel as gargalhadas espontâneas. Ao Brimet o entusiasmo contagiante, a ternura e o apoio incondicional.

Agradeço, também, o carinho e incentivo dos Amigos com quem tenho tido o prazer de conviver e aprender. Ana Catarina Ferreira, André Alves, Bruno Gil, Carina Horta, Carolina Coelho, Diana Domingues, Daniela Landeira, Daniel Lopes, Daniela, Eduardo Conceição, Inês Lourenço, Inês Cerqueira, Isabel, Joanita, Nel, Nucha, Raquel Martins, Ritinha, Rosa Edite, Tânia Teixeira, entre muitos outros. Ao Nuno Nina pela paciência, disponibilidade e, ainda, a serenidade transmitida nas entregas de projecto.

Gostaria ainda de agradecer à “equipa” do dARQ pela disponibilidade e simpatia com que acompanham o nosso percurso pelo Colégio das Artes. À Dr.ª Graça Simões pela paciência e empenho na revisão da bibliografia deste trabalho. À Dona Graça Tavares, Dona Lurdes Figueiredo, Dona Lurdes Eufrásio e Sr. Rodrigues, pela paciência e atenção dedicadas. Ao Augusto e à Andreia pela boa disposição e gargalhadas matinais, sobretudo, depois de noites em branco a trabalhar no dARQ.

Resumo

A dissertação visa abordar a problemática da inserção da universidade na cidade, tendo como caso de estudo a cidade de Aveiro. O estudo e identificação dos principais modelos adoptados, e o breve enquadramento histórico no urbanismo universitário da segunda metade do século XX, permitem identificar influências, bem como caracterizar brevemente o contexto em Portugal. Analisam-se os processos e formas da planificação física da Universidade de Aveiro, a relação com a cidade e a importância da sua dimensão urbanística. Refere-se a universidade enquanto equipamento urbano estruturante e dinamizador. Discute-se a apropriação do espaço urbano pela vida universitária e a permeabilidade da universidade com vista à coesão social. Elabora-se uma cronologia gráfica onde se podem ler os diversos momentos do desenvolvimento da universidade. Desenharam-se diagramas que sistematizam informação e ideias. Levantaram-se algumas questões julgadas pertinentes relativas à análise efectuada. Propõem-se conceitos estratégicos que poderão servir de linhas orientadoras, num futuro próximo, para os novos desafios que simultaneamente se colocam à Universidade e à cidade de Aveiro.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano sustentável; Políticas urbanas; Urbanismo universitário

Sumário

I Introdução [13]

- Objecto
- Pertinência do tema
- Metodologia
- Estrutura
- Hipóteses

II Urbanismo Universitário na segunda metade do séc. XX [23]

- Influências dos modelos universitários estrangeiros no contexto nacional
- A Universidade em Portugal

III Aveiro: Cidade | Universidade [31]

- Breve nota histórica

- Território e Planos: inserção no tecido urbano

- Plano Director da Cidade de Aveiro
- Plano Integrado de Aveiro – Santiago
- Plano Geral da Universidade de Aveiro
- Revisão do Plano Geral da Universidade de Aveiro
- Plano Director Municipal
- Plano do Campus da Agra do Crasto
- Plano de Pormenor da Antiga Lota de Aveiro
- Programa Polis de Aveiro
- Parque da Sustentabilidade
- Parque de Ciência e Inovação da Universidade de Aveiro

IV Leituras conclusivas [159]

- Políticas Públicas: Políticas urbanas

- Planeamento
- Regeneração urbana
- Mobilidade
- Estrutura verde urbana | Regeneração Ambiental e Preservação do Património Natural
- Verificação das hipóteses e confirmação de alguns resultados interpretativos

V Apêndices [183]

- Bibliografia | Filmografia | Sítios da Internet
- Créditos das Imagens
- Entrevistas | Depoimentos Recolhidos

I Introdução

Objecto

Com este trabalho pretende-se analisar e interpretar os planos da Universidade de Aveiro, a sua inserção e as potenciais relações que se podem desenvolver e estabelecer com a envolvente, nomeadamente, o diálogo com a cidade e a ria. Procura-se também compreender as interdependências e o potencial que introduziu a presença da Universidade na cidade.

Uma questão pertinente no âmbito destas relações é a capacidade que a Universidade tem de potenciar usos e criar novas dinâmicas na cidade e no território lagunar. Também se questiona o estímulo à preservação e manutenção do património arquitectónico e natural.

Paralelamente, pretende-se desenvolver um trabalho de carácter gráfico que permita ilustrar a análise, criando também uma cronologia gráfica dos vários momentos do desenvolvimento da universidade, bem como cartografar toda a informação e dados considerados relevantes. O uso de diagramas permitirá sistematizar a informação e as estratégias resultantes da reflexão feita.

O objectivo a atingir com o trabalho será o de, através de uma análise crítica dos planos, levantar questões e propor novos conceitos estratégicos que explorem o potencial das relações entre a universidade, a cidade e a ria de Aveiro, numa perspectiva de desenvolvimento integrado e sustentável para a região e cidade de Aveiro.

- Questões propostas e hipóteses estudadas:
 - Que relações entre a Universidade, a Cidade e a Ria de Aveiro?
 - Carácter e pertinência actual em termos de um desenvolvimento sustentável.
 - Qual o desígnio universitário enquanto instrumento de transformação urbana? Que papel deve assumir como agente sobre a cidade?
 - Pertinência e potencialidades
 - Promotor de estratégias urbanas decorrentes da aplicação do conhecimento científico desenvolvido numa Universidade articulada com o tecido territorial de proximidade
 - Gerador de novas dinâmicas e usos
 - Qual a capacidade estruturadora do espaço público qualificado?
 - Estabelecer uma rede de relações contínua e atractiva
 - Perspectiva de valorização e regeneração urbana
 - Conceito agregador e orientador para Aveiro

Pertinência do tema

Num cenário onde o campus da Universidade de Aveiro se afirma cada vez mais enquanto pólo catalisador de conhecimento e investigação, persiste uma relação pouco clara entre o campus, a cidade e a ria. Esta relação suscita uma análise e uma reflexão pertinente, abordando a realidade existente, na tentativa de compreender e interpretar os vários momentos e as opções tomadas ao longo da inserção da universidade na cidade, e a sua importância na construção da dimensão urbanística local.

Com a universidade, a própria cidade conheceu um desenvolvimento assinalável. Não obstante, a relação entre ambas não reflecte ainda esta importância, persistindo uma falta de articulação entre o desígnio universitário e o municipal.

De facto, o conhecimento e investigação gerados pela Universidade têm promovido Aveiro, estabelecendo na cidade um pólo atractivo a novos investimentos, com implicações reconhecíveis ao nível da sua expansão territorial, sendo necessária uma reflexão global que integre, de forma coerente, os diversos planos e estratégias para a cidade. É indispensável que o planeamento integre as diferentes acções/propostas num desígnio comum, para a criação de uma identidade e desenvolvimento coerente da cidade.

Parece-me assim bastante interessante desenvolver um estudo que envolve a complexidade de relações inerentes à inserção da universidade na cidade, de forma a promover o diálogo, fomentando um desenvolvimento mais integrado.

O meu interesse particular pelo estudo e compreensão da complexidade das relações urbanas na cidade e, em particular, aquelas que a presença de uma Universidade dinâmica e viva suscitam, conduziram a escolha do tema, constituindo-se, naturalmente, a cidade de Aveiro, onde resido, como caso de estudo desta dissertação.

Aveiro tem vindo a crescer e a apostar numa visão futura de maior qualidade de vida e competitividade, sendo evidente que um dos seus factores chave é o das relações Universidade | Cidade, com todas as inerentes potencialidades que consideramos interessantes e pertinentes, justificando este estudo e esta reflexão crítica aprofundados.

Metodologia

A minha abordagem tem por base uma análise regrada por um método de “sobreposição” de diferentes elementos, permitindo fazer uma leitura global, ao invés de fragmentada e dispersa. Este processo passará por cartografar e representar, de forma clara e estimulante, um conjunto de elementos que constituem o sistema complexo de relações de uma Universidade | Cidade. No estudo desta complexidade urbana o recurso a diagramas para sistematização de informação e de estratégias será a base de um dos processos de análise.

Um dos instrumentos será uma cartografia actual da cidade onde seja possível sobrepor projectos chave, de modo a compreender as diferentes etapas relativas ao desenvolvimento da cidade de Aveiro e, em particular, ao que respeita à relação com a universidade.

Outro instrumento de análise decorrerá da realização de entrevistas a personalidades relevantes para o desenvolvimento do trabalho que, nos seus papeis ou com o seu trabalho, tenham contribuído e potenciado as relações Universidade | Cidade (ex: Arq. Nuno Portas, personalidades da UA, personalidades da CMA, etc.).

A fotografia e o desenho assumem um papel preponderante na análise de campo, permitindo um contacto mais próximo com as características do território em estudo.

Outra componente importante desta fase de análise é o enquadramento histórico, passando por uma leitura da bibliografia indispensável à compreensão do desenvolvimento da Universidade | Cidade.

A compreensão do tema da cidade, com base na teoria da arquitectura, e na compreensão do urbanismo universitário, constituem também um importante complemento.

Numa fase de leituras conclusivas surge a verificação de hipóteses, confirmação de alguns resultados interpretativos e apresentação de novos conceitos estratégicos para o desenvolvimento de Aveiro.

Estrutura

A estrutura prevista para a dissertação apresenta-se dividida em quatro partes em que a terceira se assume como principal, sendo aí que as questões fundamentais do trabalho serão desenvolvidas.

Na primeira parte, a introdução, é explicitado o objecto e a pertinência do tema, assim como a metodologia a seguir no processo de trabalho e ainda algumas hipóteses que irão sendo verificadas no decorrer do desenvolvimento da dissertação.

A segunda parte remete para um enquadramento histórico e teórico que, embora breve, abrangendo a segunda metade do século XX, é essencial para identificar modelos e influências assim como para a compreensão do contexto em Portugal, no qual o caso de estudo se desenvolve.

A terceira parte, que concentra os conteúdos fundamentais que justificam a realização desta dissertação, incide sobre o caso de estudo em questão, sendo aí trabalhados todos os temas, no contexto da Universidade e Cidade de Aveiro. Uma breve nota histórica permite fazer o enquadramento no caso particular de Aveiro, assim como uma cronologia gráfica possibilita visualizar os vários momentos da evolução da universidade na cidade onde se insere. O enquadramento urbano permite caracterizar a cidade, os seus factores de identidade e fazer uma interpretação do território. A análise dos planos da Universidade de Aveiro, assim como outros mais recentes que de alguma forma com ela se relacionam, assumem um destaque essencial, já que integram todas as questões a desenvolver. A potencialidade da Universidade como equipamento urbano estruturante, assim como as questões relativas à mobilidade urbana, são apenas alguns exemplos. Discute-se a apropriação do espaço urbano pela vida universitária e a permeabilidade da universidade com vista à coesão social. Analisam-se as relações Universidade | Cidade na perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

Na quarta e última parte fazem-se leituras conclusivas onde se verificam algumas das hipóteses lançadas, assim como se procede à confirmação de alguns resultados interpretativos provisórios.

Hipóteses

A Universidade e as relações territoriais e sociais que potencia com o meio onde se insere, devem assumir um papel chave no desenvolvimento urbano e regional sustentável para a cidade e a área lagunar da Ria de Aveiro.

A Universidade pode assumir um papel fundamental na requalificação e valorização do património arquitectónico e natural da cidade.

As dinâmicas que a Universidade potencia no centro urbano detêm um papel essencial para a sua revitalização.

A investigação desenvolvida pela Universidade no território lagunar pode constituir um factor fundamental para a sua preservação e a requalificação da paisagem da Ria de Aveiro, mesmo se ela implica uma recomposição ou transformação significativa, como tudo parece indicar.

A Universidade tem capacidade para introduzir uma nova relação terra | água que poderá alargar-se ao restante tecido urbano, apostando-se nessa relação com o território lagunar como característica singular da cidade de Aveiro.

A Universidade deve constituir um exemplo de sustentabilidade, pelas opções adoptadas de dimensão infra-estrutural e optimização energética, e pela própria relação que estabelece com o ecossistema natural em que se insere, servindo de modelo para desenvolvimentos futuros, e contagiando todo o ecossistema urbano, na perspectiva de fortalecer um sentido de identidade para a cidade e a região de Aveiro.

As sinergias que a Universidade potencia sugerem cada vez mais a urgência de uma articulação entre os desígnios municipais e universitários, no sentido de dotar a cidade de um conceito agregador e estruturador do seu desenvolvimento, numa visão integrada e sustentável.

A permeabilidade da Universidade, pela prestação de serviços à comunidade, bem como as dinâmicas que introduz no tecido urbano, potencia o desenvolvimento socioeconómico e cultural, com base numa articulação equilibrada entre a estrutura física e uma rede de actividades, promovendo a coesão social.

A comunidade universitária, enquanto comunidade participante e integrada, influenciando e sendo influenciada pela cidade, constitui um estímulo e introduz novas dinâmicas na estrutura social promovendo o progresso cultural da região.

II Urbanismo Universitário na segunda metade do séc. XX

Influências dos modelos universitários estrangeiros no contexto nacional

As influências e paralelismos de modelos de referência internacional no contexto universitário português traduzem-se sob diferentes formas, não existindo uma adopção directa de um único modelo, mas antes diferentes combinações das características que constituem cada um deles.

A influência do modelo francês é notória até sensivelmente aos anos 60. Sugere-se que o fraco desenvolvimento da investigação nas Universidades portuguesas até aos anos 70 é resultante da dominante francesa, no âmbito dos moldes pedagógicos¹. Na dimensão arquitectónica, surge da influência francesa o padrão do “palácio académico”, bem como, no espaço urbano, a dissociação, até muito recentemente, entre a residência, instalações desportivas, e os espaços de ensino e investigação². No entanto, a dispersão dos edifícios académicos pelo tecido urbano da cidade, como o caso de Lisboa, distancia-se do modelo francês.

O paralelismo com os modelos ingleses emerge quando, pela primeira vez, aparecem instituições planeadas de raiz, em campus. É neste contexto que se enquadra a Universidade de Aveiro, a par da do Minho, e da Universidade Nova de Lisboa, quando em 1973 surgem como as primeiras criadas de raiz, com planificação própria em terrenos próprios. Da influência inglesa advém também o modelo de universidade residencial, que culmina no modelo de campus americano. Este modelo, embora encontre alguma resistência em Portugal, será adoptado nas referidas universidades planeadas de raiz.

No caso dos Estados Unidos da América, a estrutura departamental dos modelos de organização das universidades será transposta para muitas instituições europeias. Em Portugal, a implementação da organização departamental das Universidades surge no âmbito da reforma Veiga Simão, de que a Universidade de Aveiro é exemplo. No caso das Universidades existentes, pelo padrão disperso das faculdades na cidade, era difícil a implementação deste modelo, pelo que incide sobretudo nas universidades criadas de raiz em 1973.

¹ MATOS, Maria Madalena – As Cidades e os Campi: contributo para o estudo dos territórios universitários em Portugal p. 97.

² A relação da Universidade francesa com a cidade é pouco significativa, dado o lugar central das relações da instituição com o Estado. MATOS, Maria Madalena – As Cidades e os Campi: contributo para o estudo dos territórios universitários em Portugal, p. 96.

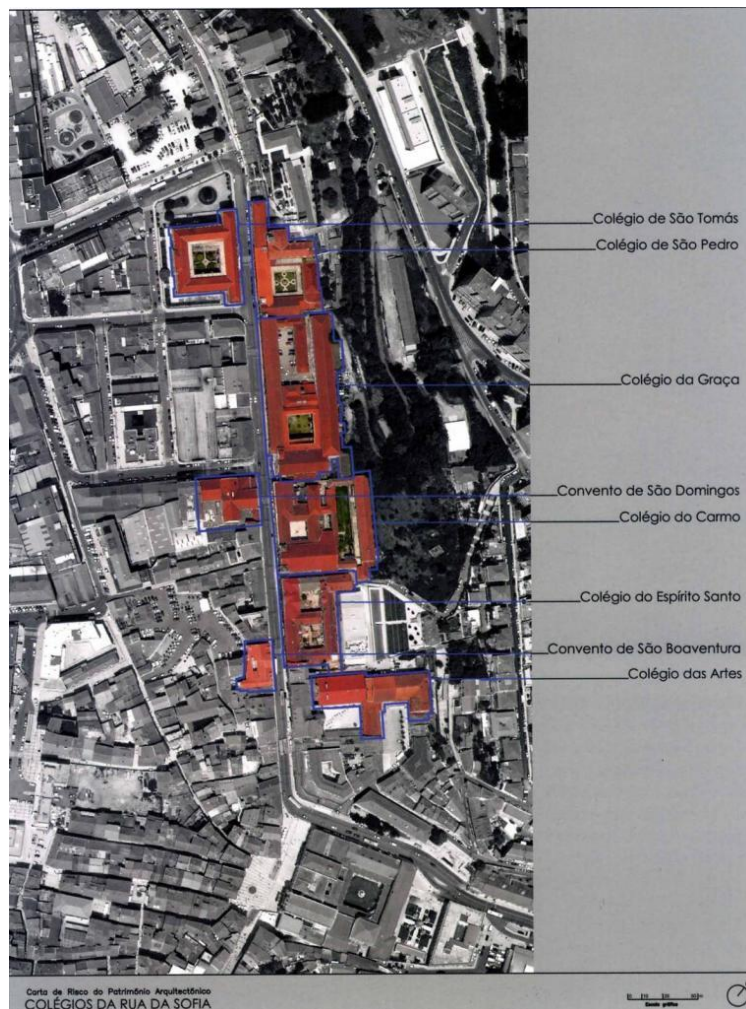


Fig.1 | Colégios da Rua da Sofia.

O conceito de campus americano influencia a concepção das novas universidades portuguesas, embora nunca se assista ao isolamento, e imerso em extensos espaços verdes, tão característica destes campus. A realidade portuguesa tende para uma adaptação do conceito. Mantém-se uma política de concentração dos espaços universitários, mas próxima das estruturas urbanas das cidades, por questões de acessibilidades e de optimização de recursos e infra-estruturas.

Das Universidades alemãs destaca-se a influência, no Instituto Superior Técnico, das “*Tecnhische Hochschulen*”. A aspiração portuguesa aos ideais universitários alemães de investigação, nomeadamente na reforma universitária de 1911³, só se manifesta numa adopção clara do modelo de universidade de investigação a partir da década de 70, desenvolvendo-se até à actualidade.

A Universidade em Portugal

A morfologia das estruturas universitárias portuguesas tem variado ao longo dos tempos, nomeadamente no que respeita à relação que estabelecem com as cidades.

A realidade portuguesa é caracterizada por um extenso período de Universidade única, desde 1290 até 1911. Neste período assiste-se a transferências sucessivas da instituição de Coimbra para Lisboa, e vice-versa, até à sua estabilização em 1537 na cidade de Coimbra.

Num primeiro momento a Universidade surge associada a colégios, nomeadamente colégios jesuítas, constituindo estruturas de carácter introvertido, organizadas em torno de um pátio central – claustros. Geralmente encontram-se inseridos no tecido urbano, nomeadamente no centro histórico, de forma dispersa, ou por vezes mais concentrada, como no caso dos colégios da R. da Sofia, em Coimbra. Ao longo da Rua de Sofia surgiram vários Colégios e Conventos com vista a criar nesta rua uma espécie de “campus” universitário.

A instalação da Universidade passa também pela adaptação de um conjunto palaciano preexistente: deslocação da Universidade para os Paços Reais de Coimbra.

Com a reforma Pombalina (1760/70) surgem novas tipologias, procurando responder às necessidades do ensino científico e experimental preconizado pela reforma dos estudos. Nesse âmbito, em 1759, assiste-se à expulsão dos Jesuítas e ao encerramento das respectivas escolas. No entanto, o movimento de reforma será amplo e irá abranger os estudos secundários, os estudos

³ MATOS, Maria Madalena – As Cidades e os Campi: contributo para o estudo dos territórios universitários em Portugal, p. 103.



Fig.2 | Alta de Coimbra.



Fig.3 | Instituto Superior Técnico 194-.

menores e os estudos superiores. Em 1772, criam-se duas novas faculdades (Matemática e Filosofia), reformulam-se edifícios existentes e promovem-se novas tipologias programáticas: Laboratório Químico, Gabinete de Física, Observatório Astronómico, Jardim Botânico, Museu de História Natural, Tipografia Académica, etc. Pretendia-se uma arquitectura racional e eficaz, tanto a nível de execução como de impacto. *“A arquitectura pombalina prolongava a tradição construtiva da arquitectura chã, austera, racional e modelar, ambas sustentadas pela contribuição operativa da arquitectura e engenharia militares. Simultaneamente, o seu discurso formal ganhava consciência do determinismo que lhe era inerente, usando-o como veículo de afirmação de uma política centralizada e esclarecida”*⁴.

Apenas no início do século XX, com a I República, se dissolve o monopólio de Coimbra, e, em 1911, as duas principais cidades do país adquirem o estatuto universitário: Lisboa, a capital, e o Porto. Vinte anos depois, o Governo cria uma segunda Universidade na capital, resultante da unificação de um conjunto, já existente em 1930, de Escolas Superiores de índole técnica. Assiste-se ao reforço do carácter polarizador da capital. A criação do Instituto Superior Técnico traduz-se no advento da estrutura pavilhonar, num primeiro complexo universitário edificado de raiz.

O crescimento da Universidade, bem como a acrescida importância da investigação científica enquanto missão universitária, leva, uma vez mais, à procura de novos conceitos. No contexto político do Estado Novo, surge então a perspectiva da cidade universitária, *“à semelhança do que Marcelo Piacentinni – o arquitecto de Mussolini – fizera em Roma e que tinha sido visitada, em 1938, pelo engenheiro Duarte Pacheco”*⁵. Promove-se a concentração de edifícios na perspectiva da criação de um núcleo universitário, inserido no centro urbano. No domínio da arquitectura a expressão é monumental, pretendendo-se traduzir a força do estado, sobrepondo-se à valorização dos elementos históricos.

Em vésperas da revolução democrática de Abril são criadas pelo Governo, em 1973, no âmbito da reforma Veiga Simão, três novas Universidades na faixa litoral: Universidade de Aveiro, Universidade do Minho e Universidade Nova de Lisboa. Surge pela primeira vez um desígnio de planeamento para a instalação das novas universidades e politécnicos.

⁴ Lobo, Rui – Os colégios de Jesus, das Artes e de S. Jerónimo: evolução e transformação no espaço urbano. P. 69.

⁵ Lobo, Rui – Os colégios de Jesus, das Artes e de S. Jerónimo: evolução e transformação no espaço urbano. p. 172.

No pós 25 de Abril, em menos de dez anos, são fundadas sete novas universidades, assistindo-se à mediatização do ensino superior que prolifera até à contemporaneidade.

A influência dos campus anglo-saxónicos é determinante nas instituições universitárias construídas de raiz na década de 70, entre as quais se integra a de Aveiro, e mesmo nas que se desenvolvem no pós 25 de Abril. No entanto, a influência deste modelo é relativa, pelo que as universidades portuguesas, embora adoptem a concentração, assumem uma proximidade com os centros urbanos, contrariando uma estrutura segregada. Neste contexto também a arquitectura universitária sofre mutações resultantes da mudança de paradigma do ensino universitário, e pelas dinâmicas geradas entre os vários ramos do conhecimento, implicando estruturas mais flexíveis – sistema departamental. Surgem assim novas tipologias espaciais que remetem para mega-estruturas e para os conceitos de flexibilidade preconizados pelo Team X⁶.

As tipologias universitárias portuguesas vão adaptando os vários modelos de referência à realidade em que se inserem, acabando por constituir morfologias diversificadas que apresentam alguns denominadores comuns.

A crescente importância da ciência assumiu um papel central na definição do conceito actual de universidade. Hoje assiste-se, simultaneamente, à importância da investigação, essencial para potenciar a inovação e competitividade das cidades, e à valorização de funções mais relacionadas com o exterior, nomeadamente na cooperação com a sociedade, por exemplo na prestação de serviços, e com o tecido empresarial.

⁶ FRAMPTON, Kenneth - Historia crítica de la arquitectura moderna. P. 275-283.

III Aveiro: Cidade | Universidade

Neste capítulo desenvolve-se o tema principal da dissertação, introduzido com um breve enquadramento histórico da evolução da Universidade de Aveiro. Focam-se os momentos fundamentais, no que respeita às questões que se pretendem aprofundar, da relação com a cidade.

As entrevistas realizadas permitiram compreender algumas opções tomadas, assim como outros factos não perceptíveis nas publicações já existentes, promovendo uma análise mais completa, que só foi conseguida face à possibilidade de desenvolver trabalho de campo. Ainda no processo de investigação procedeu-se à consulta de arquivos, que permitiram a recolha de material original, junto das fontes primárias existentes, possibilitando a construção de uma cronologia gráfica e valorizando o trabalho de investigação.

Relativamente aos planos mais recentes que envolvem a Universidade, como o do Parque da Sustentabilidade e o do Parque da Ciência e Inovação, dado que se encontram em curso, foi possível acompanhar de perto o desenvolvimento dos mesmos, assim como dos projectos que estes contemplam.

Breve nota histórica

A realidade Universitária tem sofrido uma intensa mutação resultante de uma mudança de paradigma no ensino, o que inevitavelmente tem levado a uma procura de novas soluções e modelos que respondam às necessidades contemporâneas de um conhecimento dinâmico e sedento de interacção, assim como um assinalável crescimento da população académica.

A realidade actual é pluridisciplinar, num momento em que as fronteiras entre os diversos conhecimentos se diluem, assistindo-se a uma experiência partilhada onde ensino, investigação, indústria, tecido empresarial, etc., empreendem novas dinâmicas.

“A maior parte dos conhecimentos dos últimos decénios desenvolveu-se em terrenos «neutros», em terras de ninguém; a maior parte da investigação científica fez-se, não dentro dos limites tradicionais de cada disciplina, mas na confluência e na interacção de várias matérias. Torna-se

mais importante o que une as Faculdades do que o que as separa, e esta relação deve ter uma transcrição arquitectónica.”⁷

A Universidade de Aveiro surge num ambiente de transição onde se procuraram novas abordagens, tanto aos modelos de implantação de uma universidade, como na relação desta com o tecido urbano.

O contexto histórico e sociopolítico do nascimento da instituição era o de mudança de paradigma. Assistia-se a uma expansão da rede de ensino universitário fomentada pelo alargamento da escolaridade obrigatória, em 1964 e a criação do Ciclo Preparatório do ensino secundário em 1967, resultando num aumento das inscrições. A realidade universitária até à altura estava polarizada em três núcleos, apresentando o de Coimbra e Lisboa um raio de incidência a nível nacional e o do Porto com uma abrangência de carácter regional⁸. O processo de planificação educativa, neste período, assumia uma importante articulação com a planificação económica, passando por uma reflexão e discussão acerca do que seria o conceito e desígnio das novas universidades e qual a vocação e a missão adequadas às novas instituições. Como consequência deste processo de concepção de novo modelo universitário surge o Estatuto da Carreira do Ensino Superior que, no início de 1970, o Ministro da Educação Nacional José Veiga Simão faz publicar.

Com a Lei 5/73 estavam definidos os objectivos fundamentais do Ensino Superior. Formaliza-se então a referida expansão da rede do ensino superior em que os critérios de selecção das cidades, que iriam integrar as novas estruturas universitárias, apontavam para indicadores como a composição e a evolução demográfica, a especialização funcional e as condições ambientais.

O potencial industrial e demográfico que caracterizavam o perfil da cidade e região de Aveiro justificavam a escolha da cidade, numa perspectiva de descentralização do ensino superior. Surge assim, com o Decreto-Lei nº402/73 de 11 de Agosto, a Universidade de Aveiro, a par de outras Universidades, como a Universidade Nova de Lisboa, a do Minho em Braga, e de outras instituições de ensino superior, como Institutos Politécnicos, Escolas Normais Superiores, etc.

A comissão Instaladora da UA entrou em funções a 15 de Dezembro de 1973 com a tomada de posse do primeiro reitor da Universidade de Aveiro, o Professor Victor Gil, que defende a vocação da

⁷ PORTAS, Nuno; BARATA, José Pedro Martins – A Universidade na Cidade problemas arquitectónicos e de inserção no espaço urbano. Lisboa, 1968. p. 493.

⁸ AMORIM, Inês - História da Universidade de Aveiro: a construção da memória: 1973-2000. p. 21.

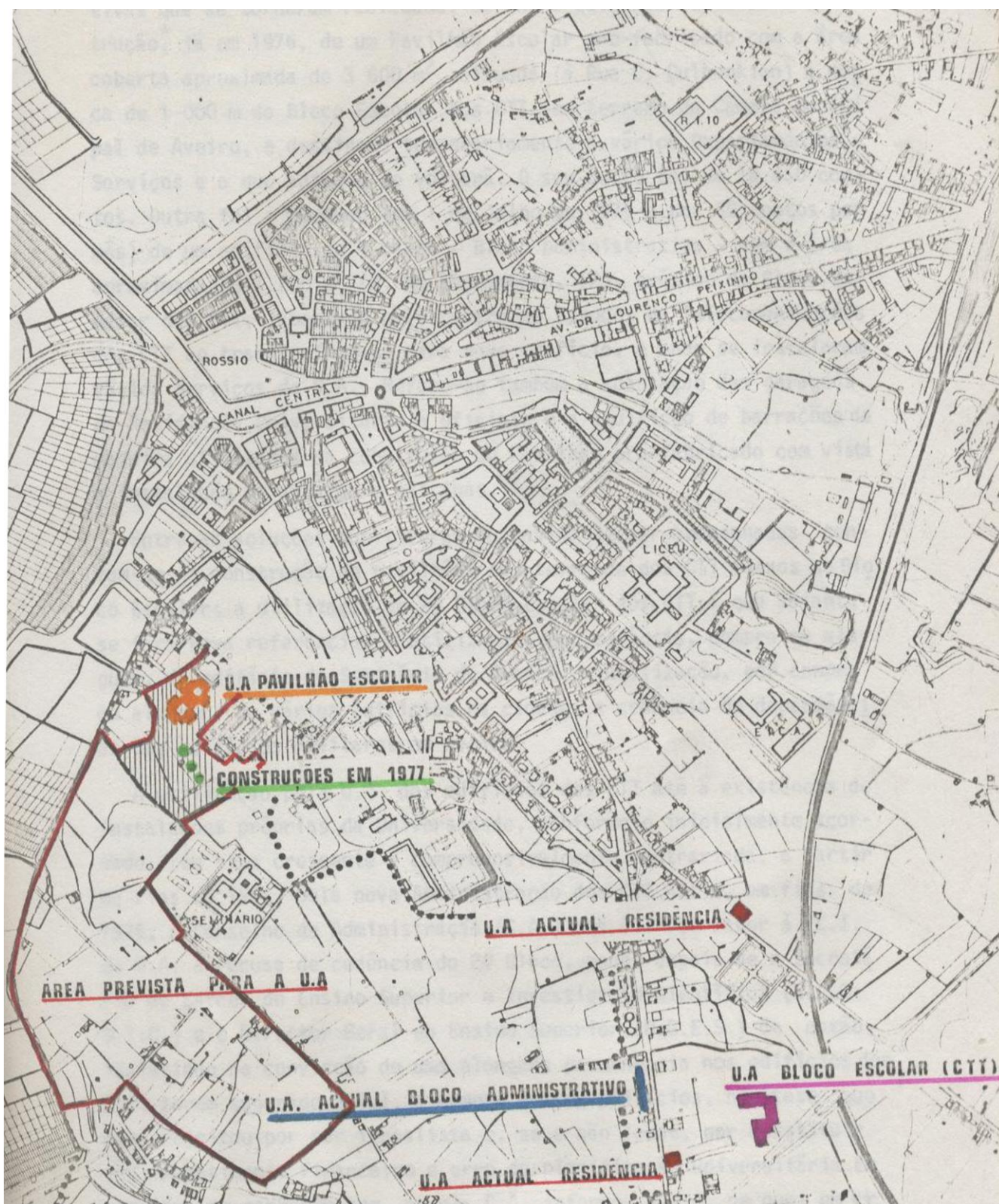


Fig.4| Instalações provisórias da Universidade de Aveiro.

Universidade como porta para a inovação. A cerimónia contou com a presença do Ministro Veiga Simão, em sessão pública realizada nos Paços do Concelho, na Praça da República.

A construção de novos espaços e novas estruturas curriculares, eram os dois principais factores de atractividade, que pretendiam configurar uma estratégia de captação de alunos. Criada para um horizonte de 7000 estudantes, a UA detém, neste momento, mais de 12000! A instituição universitária desempenha a função de pólo regenerador da evolução urbana e estimulador do crescimento económico e social, potenciando um desenvolvimento auto-sustentado da cidade.

No que respeita à sua instalação física, diversos factores marcaram o percurso de construção deste subsistema ou microcosmos urbano que é a Universidade de Aveiro.

Dois edifícios cedidos pelos CTT, até ao final do ano lectivo 1976/77, permitiram o funcionamento temporário da UA enquanto se procurava determinar qual a área possível e adequada, para a sua localização definitiva.

Com as alterações sociopolíticas, trazidas pelo 25 de Abril de 1974, algumas das intenções acabaram por ser aceleradas, apesar de algumas vicissitudes e sobressaltos de percurso.

Na verdade, em 1974/75 a Universidade entra em funcionamento, com o curso de Electrónica e Telecomunicações instalado num dos edifícios dos CTT. Com carácter provisório funcionaram também as instalações do Bloco Administrativo, que integrava os Serviços Administrativos, Serviços Técnicos e os Serviços Académicos, assim como as duas residências universitárias destinadas a estudantes e funcionários. A solução encontrada foi a de arrendamento temporário de edifícios na Rua Mário Sacramento, permitindo uma relação directa de proximidade com as instalações provisórias cedidas à UA.

Perante a perspectiva próxima do fim do prazo de cedência do edifício dos CTT, apresentava-se urgente a criação de alternativas, ainda que também provisórias.

Em 1976, foi decidida e levada a cabo a construção de um pavilhão pré-fabricado (Pavilhão 1), em terrenos cedidos pela Câmara Municipal de Aveiro. Foi a solução adoptada de entre várias alternativas possíveis. Entre elas, considerou-se a possibilidade da construção do campus na Colónia Agrícola da Gafanha da Encarnação, a 5km da cidade. Esta hipótese foi entretanto abandonada, votando definitivamente ao abandono este território, até ao momento presente. O local de implantação dos primeiros edifícios situava-se a poente da cidade, numa área caracterizada pela prosperidade agrícola dos terrenos, junto da pré-existente Penitenciária de Aveiro, que é propriedade

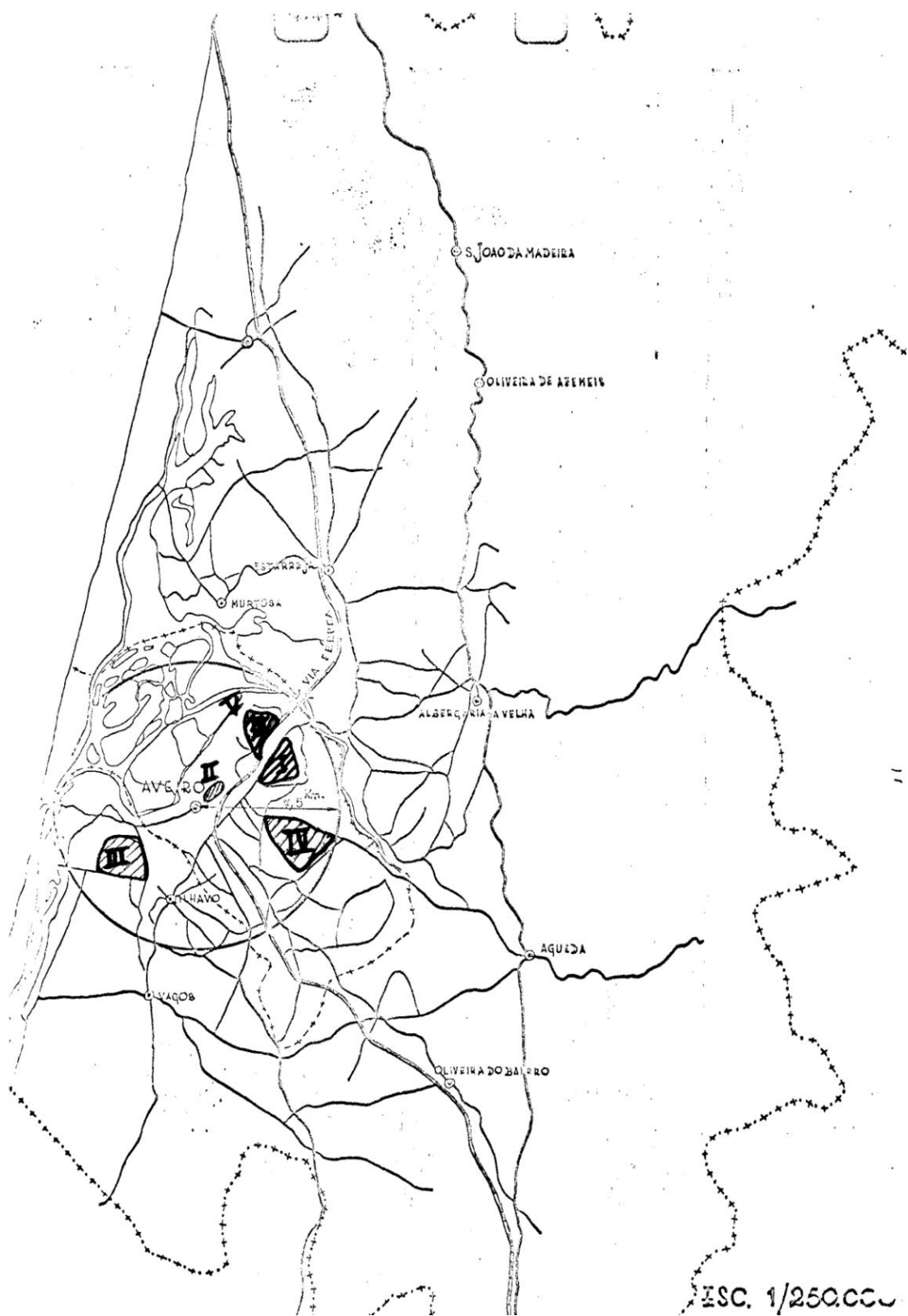


Fig.5| Territórios possíveis para a localização da Universidade, segundo a Comissão Instaladora.

do Ministério da Justiça e ainda aí se encontra instalada. A construção de outros dois pavilhões, em terreno contíguo ao primeiro, foi o seguinte passo dado pela C.I. para albergar os cursos que estariam ainda em funcionamento nas instalações cedidas pelos CTT.

Em 1974/75 a Comissão Instaladora e os Serviços Técnicos da UA, na perspectiva de definir um programa face às necessidades a que as futuras infra | estruturas deveriam responder, procederam à realização de inquéritos. Pretendia-se reflectir sobre as linhas orientadoras da Instituição de forma realista e adequada ao contexto, e que *“a informação pedagógica obtida em inquéritos fosse transferida em linguagem arquitectónica”*⁹. No relatório de Dezembro de 1976, da Comissão Instaladora, estão patentes preocupações com o desenvolvimento da Universidade, como a expansão do campus, que devia acontecer sem interferir com o desenvolvimento da cidade.

O estudo da C.I. sobre a localização da Universidade de Aveiro estabelece um desígnio de proximidade com a cidade. Considerando a necessidade de uma área de implantação de cerca de 150ha, são apurados cinco territórios possíveis para a localização da Universidade num círculo de aproximadamente 7km de raio em relação ao centro da cidade de Aveiro. Os indicadores considerados na análise e apreciação das zonas apontam para questões como custos, acessibilidades, morfologia, infra-estruturas e potencialidade de usos. Destas zonas, a terceira foi considerada a mais conveniente, embora situada no concelho de Ílhavo, correspondendo à zona da Colónia Agrícola da Gafanha da Encarnação, por apresentar vantagens ao nível de custos, facilidade de aquisição, boas condições climáticas e ser de pobre exploração agrícola. Esta solução, no entanto, apresentava um conjunto de inconvenientes, desde o afastamento considerável do centro de Aveiro e sobretudo do eixo principal de desenvolvimento local Aveiro | Ílhavo, um possível desequilíbrio ecológico e ambiental desta zona, bem como uma área excessiva para o campus universitário provocando custos de manutenção elevados.

A expropriação de grandes áreas de terreno na periferia da cidade – área de Santiago – pelo então Fundo Fomento da Habitação (FFH) em 1972, oferece uma possibilidade articulada de inserção da Universidade na cidade, acabando por ser a solução adoptada pela C.I. em 1976.

Em 1977, com a cooperação do Banco Mundial, surge também a perspectiva da instalação de um Centro de Formação de Professores integrado na UA, tornando urgente a necessidade de definir um plano. De uma estratégia parte-se para a necessidade de um planeamento físico da instituição.

⁹ AMORIM, Inês - História da Universidade de Aveiro: a construção da memória: 1973-2000. p. 34.

Território e Planos: inserção no tecido urbano

Os vários planos que integram a Universidade serão abordados segundo uma ordem cronológica, representando em sequência a evolução dos vários momentos do desenvolvimento da Instituição na cidade de Aveiro. Assim, os planos que seguidamente serão analisados, são agora elencados:

- Plano Director da Cidade de Aveiro_1964;
- Plano Integrado de Aveiro – Santiago_1979;
- Plano Geral da Universidade de Aveiro_1979;
- Revisão do Plano Geral da Universidade de Aveiro_1989;
- Plano Director Municipal_1995;
- Plano do Campus da Agra do Crasto_1996;
- Plano de Pormenor da Antiga Lota de Aveiro_1999;
- Programa Polis de Aveiro_2003;
- Parque da Sustentabilidade_2009|2010;
- Parque de Ciência e Inovação da Universidade de Aveiro_2009|2010.

Inicia-se com uma análise do Plano Director da cidade de Aveiro, de 1964, que permite compreender o contexto urbanístico existente, no momento que antecede imediatamente o despontar da Universidade. Percorrem-se diversas etapas até à realidade presente, integrando planos que ainda estão na sua fase de desenvolvimento, e que assumem um papel relevante nas relações da instituição com a cidade.

A Universidade de Aveiro tem estabelecido diferentes formas de relação com a cidade e vice-versa, resultantes de diferentes visões que pontuaram o seu percurso, assim como de algumas condicionantes que influenciaram a direcção a seguir. Estas abordagens são perceptíveis nos diversos planos que fomentaram o desenvolvimento da UA, traduzindo estes diálogos no campo do território.

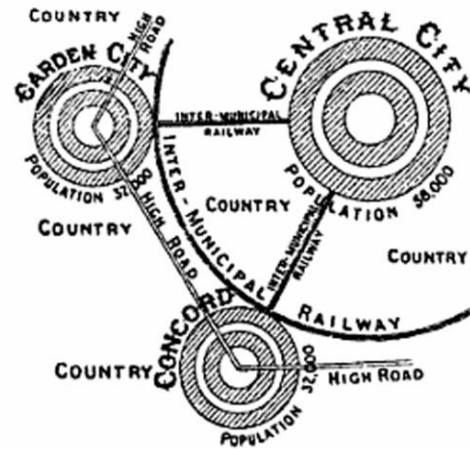
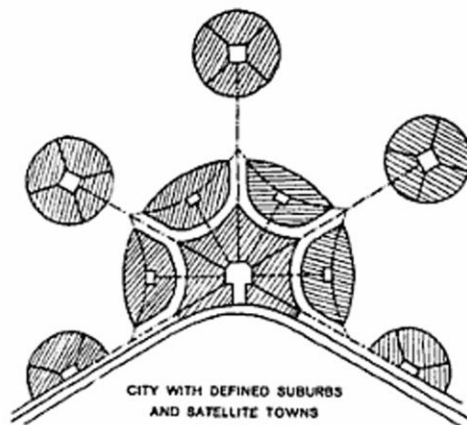


Fig.6| Diagramas de Cidades Satélite.



Plano Director da Cidade de Aveiro_1964

Um primeiro plano que interessa compreender é o P.D.C. de 1964, de Robert Auzelle. Surge num contexto onde emerge a importância do urbanismo e do planeamento urbanos e em que os Planos foram assumindo um papel fundamental nos processos de pensar as cidades, o seu desenvolvimento e evolução futuras. Auzelle era também autor de um Plano Regional, de nível Distrital, abarcando por isso uma visão mais globalizante e coerente das problemáticas regionais, no contexto nacional.

Em Portugal o exercício da urbanística surge nesta época como prática social e instrumento estratégico, na década de trinta e como resultado da acção de Duarte Pacheco, na construção de uma imagem que representasse o poder político vigente do Estado Novo¹⁰. São convidados reputados especialistas estrangeiros, que vão desenvolver e influenciar toda a cultura urbanística portuguesa, e formar as seguintes gerações de urbanistas nacionais.

Robert Auzelle aparece neste contexto, sucedendo a Moreira da Silva que desenvolvera, entre 1948 e 1960, o Ante-plano de Urbanização de Aveiro. Este integra várias influências, como o conceito de cidade – jardim, naturalmente adquirido durante a sua formação no Instituto de Urbanismo de Paris, e com a sua colaboração com Etienne De Gröer, na elaboração do P.G.U. para Coimbra. No contexto português, o modelo de cidade – jardim de Ebenezer Howard, será adaptado por De Gröer em Coimbra e Évora, embora a uma outra escala, persistindo deste modelo, na cultura urbanística portuguesa, as disposições higienistas, a estrutura viária hierarquizada, a baixa densidade e a preferência pela habitação unifamiliar. A influência do urbanismo inglês de Sir Raymond Unwin desperta em De Gröer pela leitura de “Town Planning in Practice”¹¹.

O bairro da Misericórdia de 1949, localizado no terreno contíguo à futura Universidade, representa um exemplo da influência dos princípios da cidade – jardim, modelo eleito do Estado Novo. Este bairro, constituído por quarenta fogos distribuídos por casas geminadas ou em banda, logradouro comum e segregação entre o acesso automóvel e as ruas pedonais, destinava-se a habitação social, nomeadamente a alojar funcionários do novo Hospital, com localização próxima. Actualmente, dada a sua localização em estreita relação com a Universidade, cerca de 19% do

¹⁰ LOBO, Margarida Sousa – Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco. P. 13.

¹¹ LOBO, Margarida Sousa – Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco. p.74.



Fig.8 | R. Auzelle. Plano Director da Cidade de Aveiro, 1964. Planta de zonamento.

alojamento do bairro corresponde a estudantes universitários¹². Desta forma, pode antever-se, num futuro próximo, uma possível integração do Bairro da Misericórdia na Universidade, permitindo responder à necessidade de oferta residencial para a comunidade académica, e assim contribuir para promover a preservação deste património e da memória desta morfologia urbana da cidade.

R. Auzelle inicia o seu contributo na cidade com a elaboração do Ante-plano Regional de Aveiro (1962-1967), que coordena com o P.D.C. de Aveiro (1964), transportando consigo a experiência do P. G. U. da Cidade do Porto, que acabara de concluir.

O P.D.C. de Aveiro é influenciado por uma lógica de planeamento funcionalista onde a elaboração de Planos de Pormenor deverá complementar todo um trabalho de zonamento. Este processo de planeamento da cidade introduz metodologias inovadoras para o ordenamento do território. Definem-se os princípios gerais do crescimento futuro do aglomerado populacional, estabelecendo-se linhas mestras do desenvolvimento económico e social, que englobassem todos os interesses vitais da região de Aveiro. O estudo rigoroso e pormenorizado da evolução verificada e dos elementos que a determinaram, através de inquéritos e respectiva análise, permitiram partir para um trabalho onde foram estabelecidas as disposições gerais que deveriam assegurar o desenvolvimento da cidade. O zonamento, como instrumento de planeamento, permitiu definir as áreas de expansão e os respectivos usos e funções, assentes num estudo das características da realidade existente, como a densidade populacional, os espaços verdes de utilização pública, circulação, etc. Este instrumento de zonificação de usos tinha sido já realizado no Plano Director da cidade de Lisboa¹³, em 1948 por De Gröer, tornando-se algo recorrente nas metodologias do planeamento urbano português.

O Plano Director da Cidade de Aveiro, de 1964, compreende uma área de cerca de 555 hectares, concentrando-se na parte mais urbanizada, já que o Plano Regional tratava a organização do crescimento relativo ao restante território. *“O território a que o Plano respeita é limitado a norte pelo Canal de Esgueira, a poente pela Ria e Canal de S. Roque, a sul pelo talvegue da Quinta do Crasto e a nascente pela estrada Porto – Figueira da Foz (E. N. 109)”*¹⁴. O Plano foi desenvolvido tendo em conta, como previsão, um aumento demográfico na ordem dos 40%, sendo esta hipótese baseada nas potencialidades da Cidade, tanto ao nível de recursos no âmbito do turismo e desenvolvimento portuário, resultantes da sua situação geográfica, como das possibilidades de industrialização.

¹² Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro: processos de desenvolvimento da cidade, p. 108, 2004.

¹³ LOBO, Margarida Sousa – Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco. p. 93.

¹⁴ Auzelle, Robert – Plano Director da Cidade de Aveiro, p. 11, 1964.

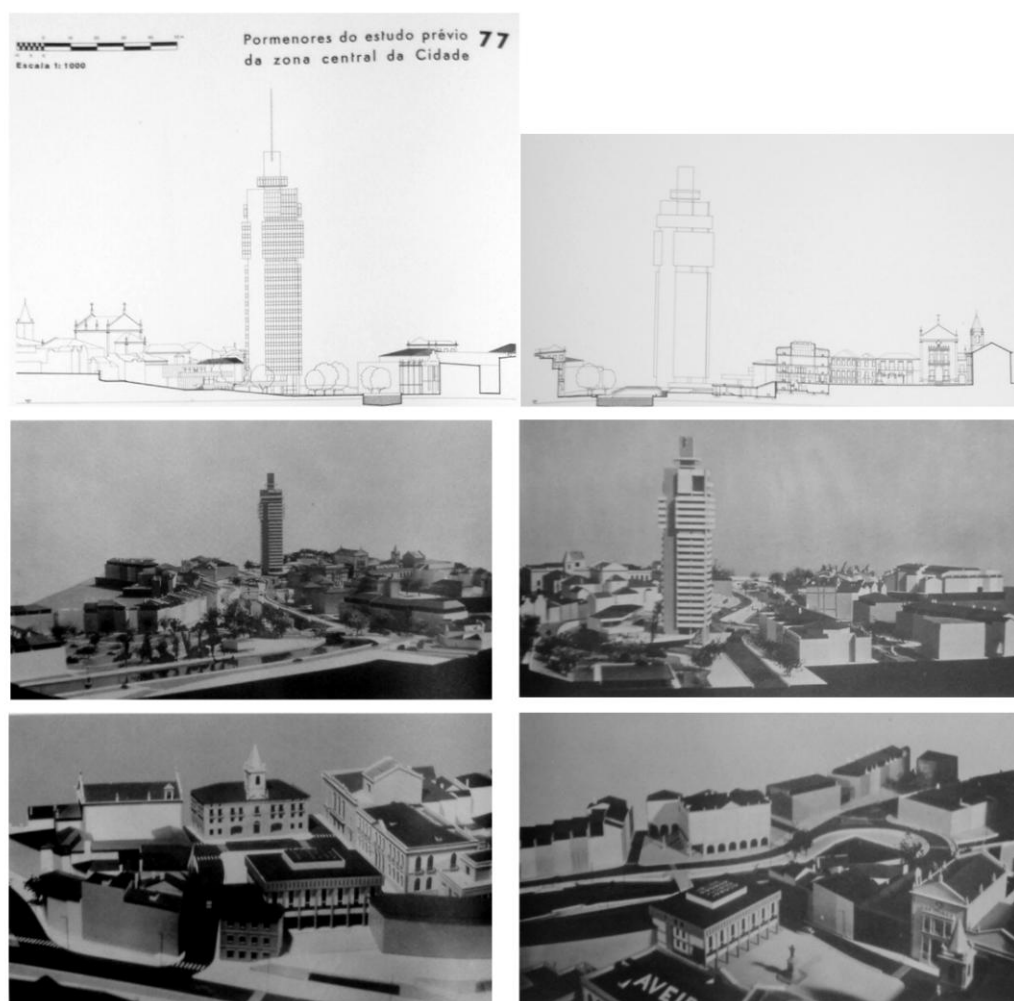


Fig.9 | R. Auzelle. Plano Director da Cidade de Aveiro, 1964. F. Távora. Estudo prévio da zona central da cidade.

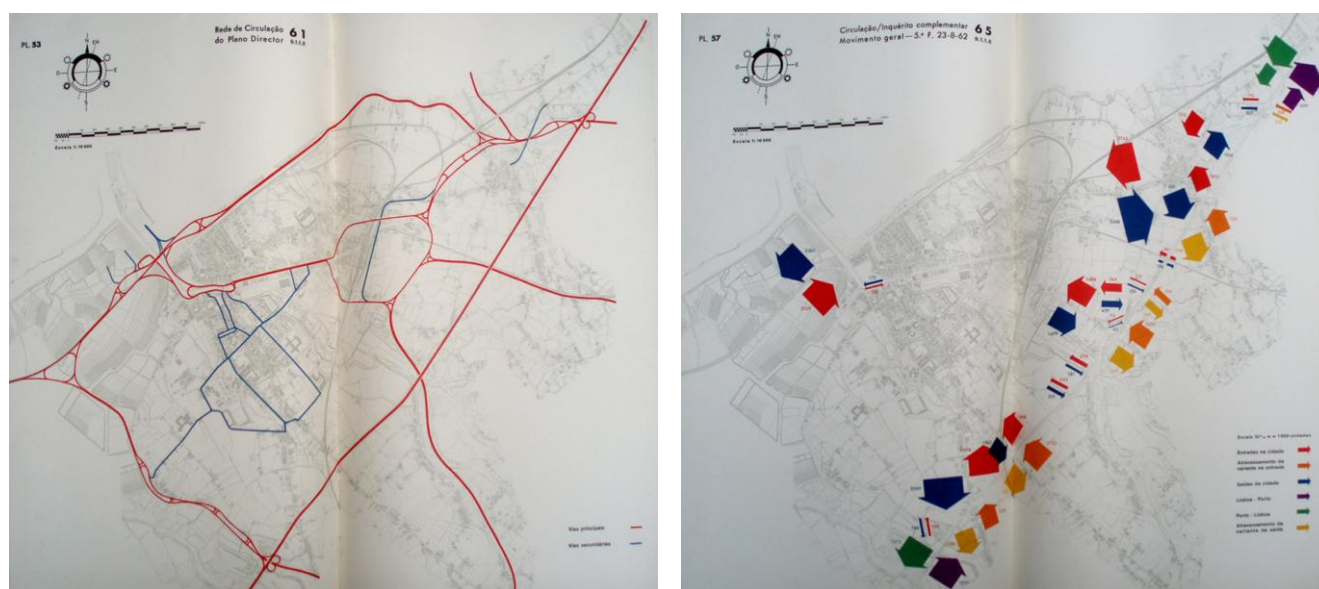


Fig10 | R. Auzelle. Plano Director da Cidade de Aveiro, 1964. Rede de Circulação proposta e fluxos.

O zonamento proposto divide essencialmente a cidade em duas zonas distintas, assumindo-se o canal central como eixo de divisão. A zona a norte do canal procura manter e estimular o desenvolvimento da actividade terciária ao longo da Avenida Lourenço Peixinho. Já a sul, o plano pretende constituir uma zona administrativa transformando as margens do canal central, dotando-as de uma imagem inovadora e representativa do progresso à data. Equipamentos e serviços culturais, uma zona comercial e de um grande edifício, com 90m de altura, de escritórios, hotel e restaurante, iriam pontuar o centro da cidade que via definidos todos os detalhes no estudo do arranjo da zona central, a cargo do Arq. Fernando Távora, sob direcção do Arq. Robert Auzelle.

O desígnio, tendo como visão o reconhecimento de uma Capital Regional, era o de *“reforçar o carácter e o interesse que a zona central... possui, compondo – a em torno do seu canal, elemento único nas cidades portuguesas. E, à horizontalidade dominante em toda a região, contrapõe-se a verticalidade do edifício – torre que ficará a marcar como um sinal, o esforço de Aveiro na recuperação do seu centro”*¹⁵. Do arranjo da zona central podemos hoje testemunhar algumas das propostas, como as edificações e o arranjo urbano que se desenvolvem entre a Praça da República e o canal, embora outras tenham influenciado visões futuras, mais recentes, que curiosamente não alteram o desígnio funcional.

As directrizes dadas pelo Plano Regional de Aveiro permitiram estudar também, para além da realidade da cidade, os fenómenos do território do concelho. As linhas orientadoras, que conduziam o crescimento da cidade, apontam para preocupações com vista a uma importante estrutura de mobilidade, que permitisse fazer a ligação entre o território e as zonas industriais e portuárias, sem interferir com o aglomerado da cidade. Da análise do Plano é possível ler a rede viária como algo que se pretende muito estruturante para o ordenamento da cidade como um todo.

A situação que precedia o plano, ao nível da circulação, mostra que a cidade se desenvolvera ao longo de um traçado irregular que acompanhava, de certa forma, o contorno da Ria, sobressaindo da malha urbana a ligação entre o centro antigo da cidade e a estação de caminho de ferro, que o P.D.C. propunha como novo eixo principal do aglomerado. A proposta do Plano traduzia a *“preocupação de eliminar do centro da cidade a circulação de veículos pesados em trânsito directo do norte para sul e vice-versa e de utilizar a Avenida Lourenço Peixinho como grande eixo de acesso à*

¹⁵ Aveiro apresenta o seu Plano Director, p. 59, 1963.

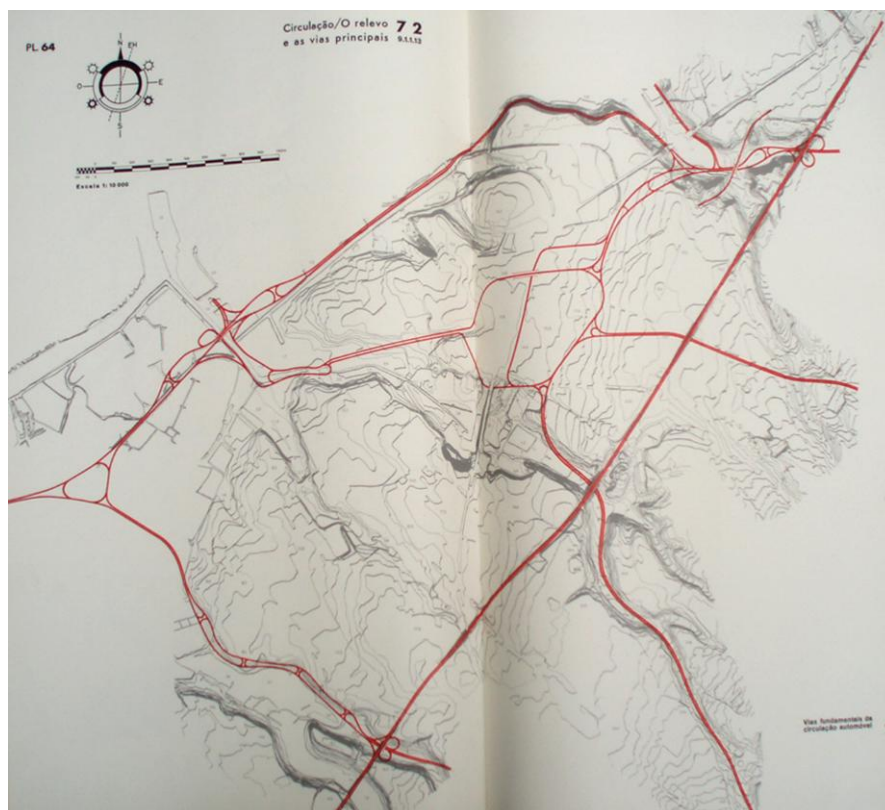


Fig.11 | R. Auzelle. Plano Director da Cidade de Aveiro, 1964. Circulação: o relevo e as vias principais.

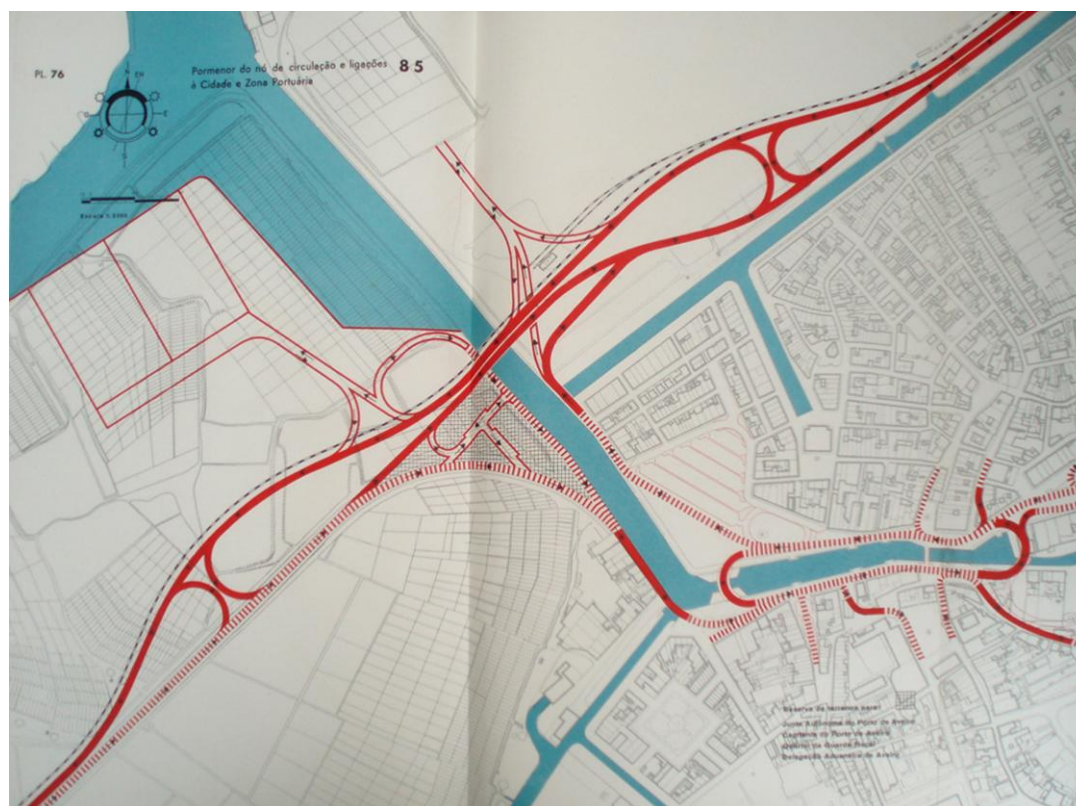


Fig.12 | R. Auzelle. Plano Director da Cidade de Aveiro, 1964. Pormenor do nó de circulação e ligações à Cidade e Zona Portuária.

cidade nas ligações com Porto, Águeda e Coimbra”¹⁶, tendo sido efectuado um detalhado estudo dos fluxos de trânsito interurbano, entre outros. O estudo cuidado da rede viária sobre a carta do relevo permitiu adaptar o traçado ao terreno e tirar partido das depressões e talvegues existentes, criando cruzamentos a níveis diferentes e potenciando, assim, a separação do tráfego a um custo reduzido. O desenho viário realizado propunha o funcionamento do tráfego interurbano segundo uma importante via variante circular, evitando perturbar a circulação no interior da cidade, e promovendo a acessibilidade e eficácia das redes, segundo a Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller, influência já perceptível no Ante – Plano Regional de Aveiro.

No que se refere à circulação interna da cidade, o estudo do conjunto do aglomerado baseia-se no princípio do sentido único para melhor utilização das estreitas vias existentes. Nesta perspectiva, o arranjo da zona central propunha a eliminação da actual ponte-praça – intervenção de Moreira da Silva – e a sua substituição por duas pontes colocadas em pontos extremos do canal central. Um dos objectivos fundamentais passava por encontrar soluções para os problemas de trânsito e estacionamento. Assim, estava prevista a ligação entre o Rossio, que seria dotado de um parque de estacionamento, e a zona do Alboi.

De acordo com os princípios gerais do Plano, os sistemas de factores considerados para o futuro desenvolvimento urbanístico, assumindo, o primeiro, um papel de destaque, são os seguintes:

- A Ria e o seu porto (localizado na zona da antiga Lota, hoje território obsoleto com uma urgente necessidade de reconversão);
- A região e os seus estabelecimentos industriais (localizados na envolvente do Cais da Fonte Nova);
- O aglomerado e o conjunto de serviços que este integra.

Analisando o plano é possível depreender que o crescimento da cidade tem como perspectiva um desenvolvimento estruturado ao longo dos canais da Ria.

A Ria assume-se como território privilegiado constituindo um factor de atractividade a explorar, não só ao nível da componente industrial do porto, mas também na área do turismo e lazer, pretendendo o P.G.U. articular e integrar de forma harmoniosa a multiplicidade de actividades a desenvolver. Desde sempre a Ria tem assumido um papel de destaque, enquanto estrutura de mobilidade, factor de exploração económica, como factor de promoção turística e ainda, mais

¹⁶ Aveiro apresenta o seu Plano Director, p. 41-42, 1963.

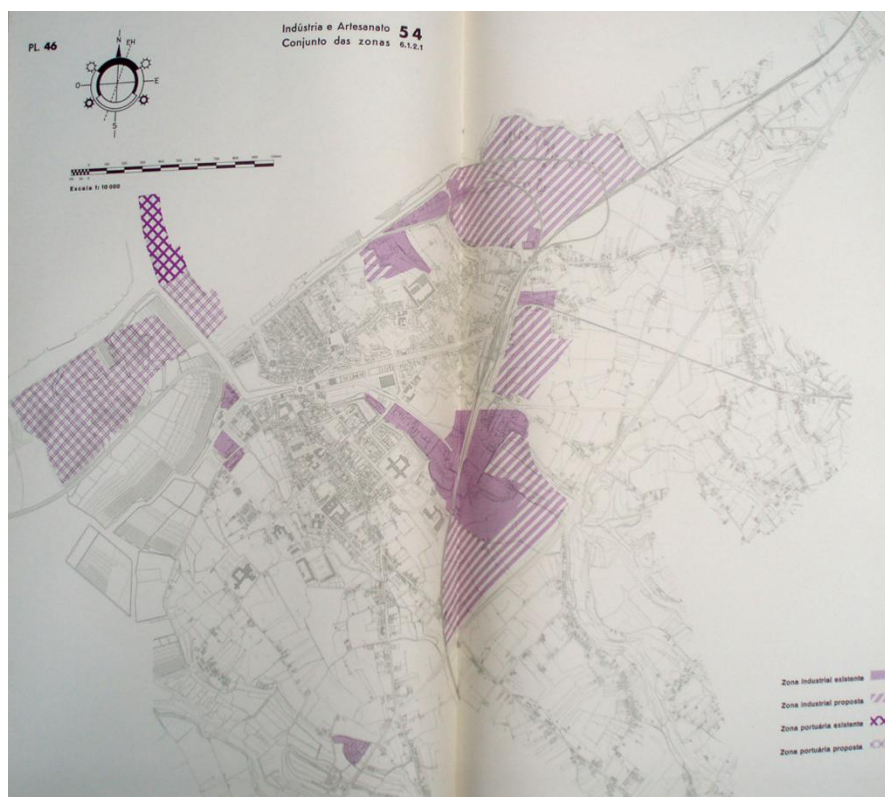


Fig.13 | R. Auzelle. Plano Director da Cidade de Aveiro, 1964.
Zonas Industriais e Portuárias, existentes e propostas.

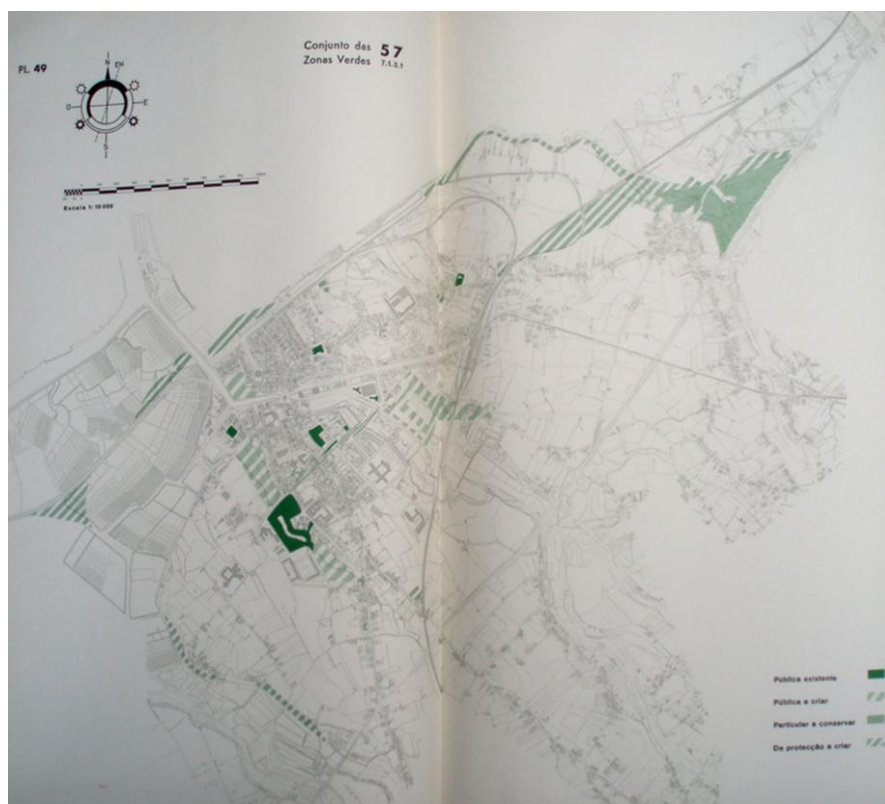


Fig.14 | R. Auzelle. Plano Director da Cidade de Aveiro, 1964.
Conjunto das zonas verdes.

recentemente, como laboratório de investigação, onde a Universidade assume um papel preponderante. No decorrer da análise dos seguintes planos será explorada a importância do território lagunar para Aveiro e, em particular, a intrínseca relação que a Universidade estabelece com a Ria, que representa uma vasta percentagem do território do Município.

A Ria de Aveiro oferecia condições favoráveis ao futuro desenvolvimento portuário¹⁷, interessando-se o P.G.U. por preservar condições naturais de valor económico, como as marinhas, e o seu inestimável valor turístico. Já no que respeita às implantações industriais, estas são previstas fora do centro urbano, na perspectiva de preservar o carácter de um centro de actividade terciária e de descanso, para satisfação da população residente e, ainda, promovendo o interesse turístico.

A Cidade existente, segundo a análise do Plano, era caracterizada por extensas áreas de cultura agrícola, embora com uma ausência quase total de arborização. Um dos objectivos traduzia-se assim na perspectiva de *“criar cortinas de verdura para protecção contra os ventos dominantes”*. No caso dos terrenos correspondentes à área de Santiago, dada a sua qualidade agrícola, previa-se *“a principal zona de habitação individual e, conseqüentemente, a necessidade de bons terrenos para plantações de flores e de árvores”*¹⁸.

No que respeita ao ensino, assiste-se à urgência de dotar a cidade de novos edifícios escolares e proceder-se a uma remodelação dos existentes, por forma a responder ao desenvolvimento populacional emergente, distribuindo-os não só em função dos sectores habitacionais já existentes como dos projectados. Este princípio de dotar as áreas residenciais de equipamentos de ensino, constituindo uma célula onde as funções essenciais estariam distribuídas num perímetro percorrível a pé, está intimamente relacionado com o conceito de “unidade de vizinhança” de Clarence Perry, da década de 20, explícita no plano que desenvolveu para Nova York.

Antevendo a perspectiva futura de um equipamento de carácter universitário, o P.D.C. não proponha, no entanto, nenhum tipo de localização para a possível implantação de uma Universidade¹⁹.

Com o desenvolvimento inerente a uma capital de região e o crescimento populacional resultante do crescente aumento do comércio e da indústria, para além da questão fundamental da mobilidade, tornava-se essencial responder à questão do alojamento. No que respeita à análise do

¹⁷ Com localização ainda central, na zona da antiga Lota de Aveiro, contígua ao Rossio e bairro da Beira-Mar.

¹⁸ Auzelle, Robert – Plano Director da Cidade de Aveiro, PL47, 1964.

¹⁹ Auzelle, Robert – Plano Director da Cidade de Aveiro, cap. IV – As Grandes Linhas do Plano Director, p. 13, 1964.

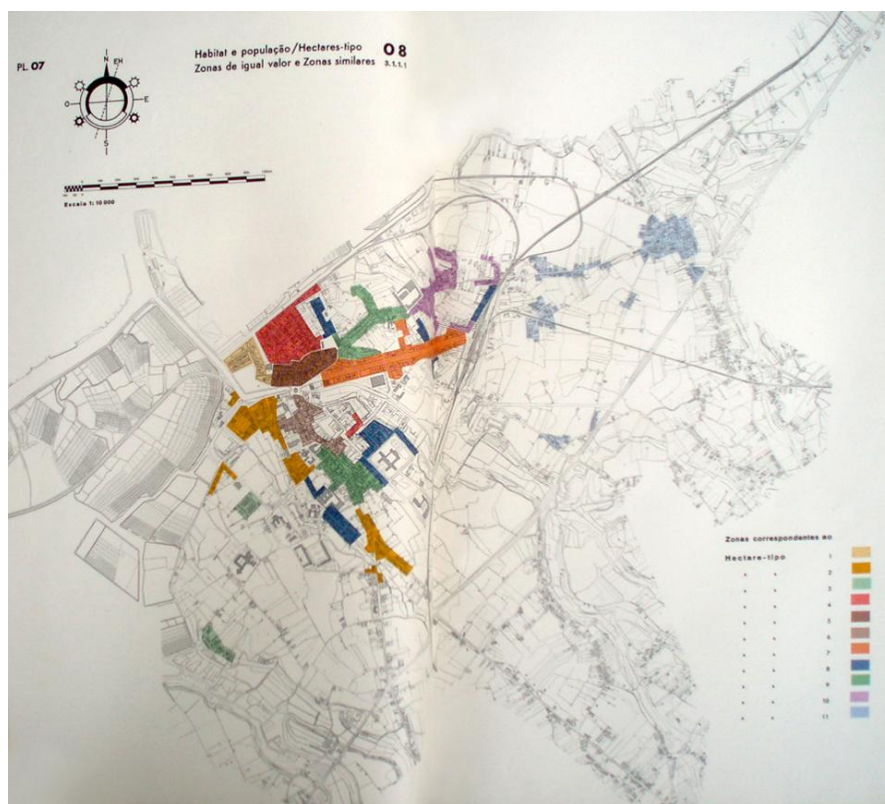


Fig.15 | R. Auzelle. Plano Director da Cidade de Aveiro, 1964. Zonas Correspondentes ao Hectare-tipo.



Fig.16 | R. Auzelle. Plano Director da Cidade de Aveiro, 1964. Zonas residenciais existentes e propostas.

habitat o plano procedeu a um inquérito por amostragem denominado “*hectare-tipo*” que se mostrou fundamental para o estabelecimento da regulamentação e posterior aplicação. Ao nível do edificado e da altura das construções promove-se o predomínio de um ou dois pisos, traduzindo a tendência para a habitação individual, excepto na zona central, nomeadamente, na Avenida Lourenço Peixinho, que por integrar diferentes usos e devido ao seu perfil transversal, poderia comportar cinco pisos ou mais.

“Dado o carácter de cidade horizontal, deverá este ser acentuado por meio das novas zonas residenciais, localizando-se precisa e judiciosamente os imóveis em altura. ...só a Avenida Lourenço peixinho está indicada para a implantação de grandes imóveis.”²⁰

A preocupação em manter as características da edificação com um limite controlado de pisos irá traduzir-se também, posteriormente, no planeamento da Universidade, onde se definirá uma série de parâmetros a seguir, entre eles, o de limitar a construção em altura, por forma a que se integre de forma harmoniosa no tecido urbano, promovendo uma leitura de continuidade entre as pré-existências e o edificado da instituição.²¹

“A futura expansão do principal núcleo de aglomerado populacional terá de desenvolver-se dentro do perímetro, sobretudo no centro, no sector junto do Liceu e encaminhando-se para a periferia na direcção sul deverá vir a ocupar as zonas do Seminário e de São Tiago”²². A localização do actual campus de Santiago destina-se, nesta altura, ao desenvolvimento de uma área de habitação com dominante unifamiliar. A conjectura do desenvolvimento da cidade nessa direcção surge também porque *“a construção do Seminário, subsequente à restauração da Diocese, em 1939, estabelece um fulcro de futura expansão para o lugar de S. Tiago”²³*. Estava traçado, de modo indirecto e involuntário, o caminho de expansão onde, mais tarde, a Universidade se irá desenvolver.

O Plano Director da Cidade de Aveiro, de 1964, acaba por não concretizar grande parte das intervenções previstas por razões de carácter económico, e devido à situação política de mudança dos anos 70, que preconiza novas perspectivas de desenvolvimento, motivando que algumas opções se considerassem desadequadas no novo contexto político emergente.

²⁰ Aveiro apresenta o seu Plano Director, p. 17, 1963.

²¹ SILVA, Armindo do Espírito Santo e; ANDRADE, Eduardo Rebelo de -**Universidade de Aveiro – plano geral: zonamento**. P. 9. Ver também a entrevista com o Professor Renato Araújo, em anexo.

²² Aveiro apresenta o seu Plano Director, p. 47, 1963.

²³ Plano Director da Cidade de Aveiro, p. 6, 1964.

De facto, face à clareza da estrutura viária e de mobilidade, como estruturadora do território urbano e regional, o plano apresenta a possibilidade de infraestruturar a cidade devendo, por esta razão, ser considerado no planeamento futuro de Aveiro.



Fig.17 | Plano Integrado Aveiro – Santiago, 1979. Plano Geral.

Plano Integrado Aveiro – Santiago _ 1979

O momento seguinte que se considera relevante tratar, surge com a implementação da actividade do Fundo de Fomento da Habitação (FFH) em 1970, num contexto de preocupações do Estado Novo em responder às necessidades de alojamento.

Aveiro apresenta-se como uma das cidades que iriam integrar planos no âmbito da Habitação Social, que procuravam a resolução do habitat mínimo colectivo preconizado pelas preocupações do Movimento Moderno.

O plano para Aveiro²⁴, elaborado pelos Arquitectos Alberto Oliveira, João Maia e José Semide, em 1972, demandava um vasto espaço livre que permitisse integrar a área proposta para habitação social. A selecção dos terrenos tinha a oportunidade de se apoiar no estudo já desenvolvido no Plano Director da Cidade de Aveiro, sendo a zona de Santiago, a única que correspondia favoravelmente às condições necessárias para o desenvolvimento do plano, que pretendia estabelecer uma relação de proximidade com o centro urbano.

O Plano foi designado de Plano Integrado de Aveiro | Santiago (PIAS). Tratava uma área a sul da cidade que se caracterizava como uma vasta plataforma delimitada geograficamente pela Ria e pelos vales correspondentes ao esteiro de S. Pedro e ao Parque D. Pedro V. A paisagem era marcada pela presença da Ria, dos seus esteiros e poços que pontuavam o terreno. Das pré-existências do local destacam-se equipamentos diversos, instalados nesta plataforma de forma desintegrada da estrutura urbana, como o Estádio Municipal, o Seminário, o Hospital, a Escola Preparatória, a Penitenciária e, em terrenos contíguos a esta, já então, dois pavilhões da nova Universidade, que embora assumissem um carácter de instalações provisórias, antecipavam o seu desenvolvimento futuro, permanecendo ainda hoje no complexo universitário. Igualmente na continuidade dos terrenos dos pavilhões pré-fabricados da UA, na área de interface com o centro urbano, estão localizados o Bairro da Misericórdia de 1949, bem como o Bairro da Gulbenkian, que assumiam nesse momento uma relação periférica relativamente ao centro da cidade. Como eixos urbanos pré-existent ao PIAS destacam-se a Av. Artur Ravara, que o plano assume como um dos eixos de expansão, a Rua Dr. Mário Sacramento, ao longo da qual se propõe o desenvolvimento da zona de habitação, e a entrada na cidade pela EN 109.

²⁴ Plano Integrado Aveiro | Santiago desenvolvido no âmbito do Fundo de Fomento da Habitação, Secretaria de Estado da Habitação, Ministério das Obras Públicas, 1978/79.

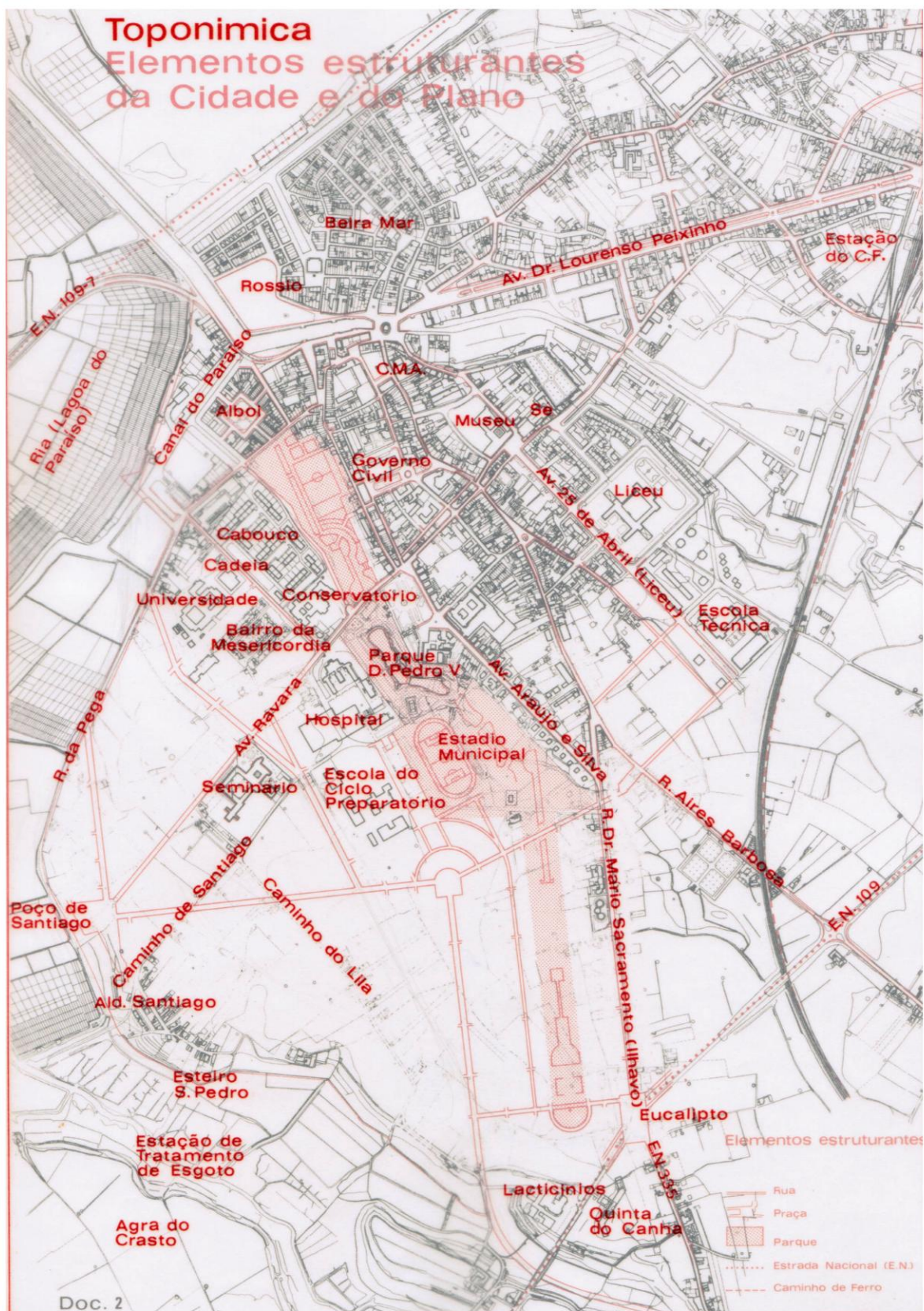


Fig.18 | Plano Integrado Aveiro – Santiago, 1979. Elementos estruturantes da Cidade e do Plano.

O Plano do Fundo de Fomento da Habitação acaba por potenciar a localização da Universidade em Santiago, já que nesse período a Comissão Instaladora da UA estudava a melhor alternativa a adoptar, considerando que a melhor opção seria a de se instalar, nessa zona, de forma articulada com o projecto habitacional a desenvolver.

Este momento decisivo para a implantação da Universidade deve-se, em grande parte, ao Arq. Nuno Portas que, na qualidade de Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, promove a redução da área de instalação da habitação, de modo a permitir integrar a UA no referido plano. A opção da futura localização em Santiago satisfazia o desígnio da Comissão Instaladora, de adoptar um conceito de Campus Universitário concentrado mas em estreita ligação com a capital de distrito, evitando que o desenvolvimento de uma pudesse criar dificuldades à expansão da outra. *“Logo pareceu à C.I. que, não obstante a boa qualidade agrícola do terreno, esta seria a melhor solução quanto a instalação da U.A. (área suficiente em directa inserção na cidade com as óbvias vantagens de ordem sócio – cultural e económica)”*²⁵.

A opção da implantação neste território assume um papel essencial no que respeita à relação da Universidade com a Ria de Aveiro. De facto, já no Plano Director da Cidade de Aveiro, de 1964, se evidencia a importância da Ria como elemento estruturante do desenvolvimento urbano e integrante de uma multiplicidade de actividades económicas e sociais, acrescentando-se agora com a Universidade uma nova dimensão, centrada na pedagogia e na investigação.

A relação de proximidade que aqui se estabelece, pela decisão de implantar este equipamento universitário “projectado” sobre a Ria, permite considerar que a investigação desenvolvida pela UA pode actualmente constituir um dos factores chave para o desenvolvimento sustentável da cidade, nomeadamente, a capacitação do seu território lagunar.

Relativamente ao Plano, a UA e o FFH acordaram numa programação e projecto em conjunto dos equipamentos comuns à universidade e à cidade, como espaços e equipamentos desportivos, culturais, de recreio e divertimento, e ainda serviços comunitários, por forma a evitar uma repetição desnecessária de programas. Promovia-se assim a relação Universidade - comunidade local. O PIAS, no fundo, acaba por se apresentar como primeira proposta (não vinculativa) de um desenho de inserção da Universidade na Cidade.

²⁵ Relatório da Comissão Instaladora – 1º Período de Instalação, pág.10, UA, Dezembro 1976.



Fig.19 | Plano Integrado Aveiro – Santiago, 1979. Afectação de áreas.

O desenho, que o Plano Integrado de Aveiro | Santiago (PIAS) propunha para a referida área, pretendia integrar o desenvolvimento da Universidade e desenhar a habitação social numa perspectiva de continuidade de crescimento urbano. Já nesta fase é perceptível a preocupação em manter uma relação de continuidade com a cidade, sendo defendida pelos pressupostos fixados na primeira imagem do PIAS, em Maio de 1978:

“1. Assumir a cidade de Aveiro como valor de Cultura, enquanto património urbano, contrariando quaisquer tendências de abandono ou subalternização do núcleo antigo vivo já constituído;

2. Optar pela contenção da área urbana, contrariando a tendência desagregadora de uma crescente implantação dispersa, preferindo-se uma adequada integração urbana que tenha em conta a comutação entre as áreas velhas e novas da cidade;

3. Considerar que a envolvimento de Aveiro por bons terrenos agrícolas implica a preservação das estruturas rurais preexistentes, reduzindo ao mínimo indispensável as áreas afectas à construção, conservando o mais possível a exploração agrícola e o património construído (caso das azinhagas existentes e da aldeia de Santiago);

4. Estruturar as áreas de habitação em equilibrada mistura com as áreas afectas a equipamento urbano existente ou proposto, por forma a evitar a constituição de verdadeiros “recintos” intransponíveis que dificultem o natural estabelecimento da vida urbana (caso do Seminário, Hospital e Escola Preparatória existentes), Penitenciária, Bairro da Misericórdia e Bairro da Gulbenkian;

5. Previsão de modos de integração da Universidade no Plano de Aveiro | Santiago, e deste no tecido da cidade, por forma a não constituírem em si mesmos entidades físicas autónomas, segregadas, monofuncionais e, conseqüentemente, desvitalizadas.”²⁶

A escolha da área destinada à Universidade pelo PIAS propunha uma relação arquitectónica e ambiental com a Ria de Aveiro e, por sua vez, para as áreas residenciais previa-se o seu desenvolvimento na extensão das já existentes procurando integrar os equipamentos (Seminário, Hospital, Escola Preparatória, Penitenciária, Bairro da Misericórdia e Bairro da Gulbenkein) que aí se encontravam de forma desagregada do tecido urbano.

²⁶ Plano Integrado Aveiro – Santiago, p. 4, 1979.

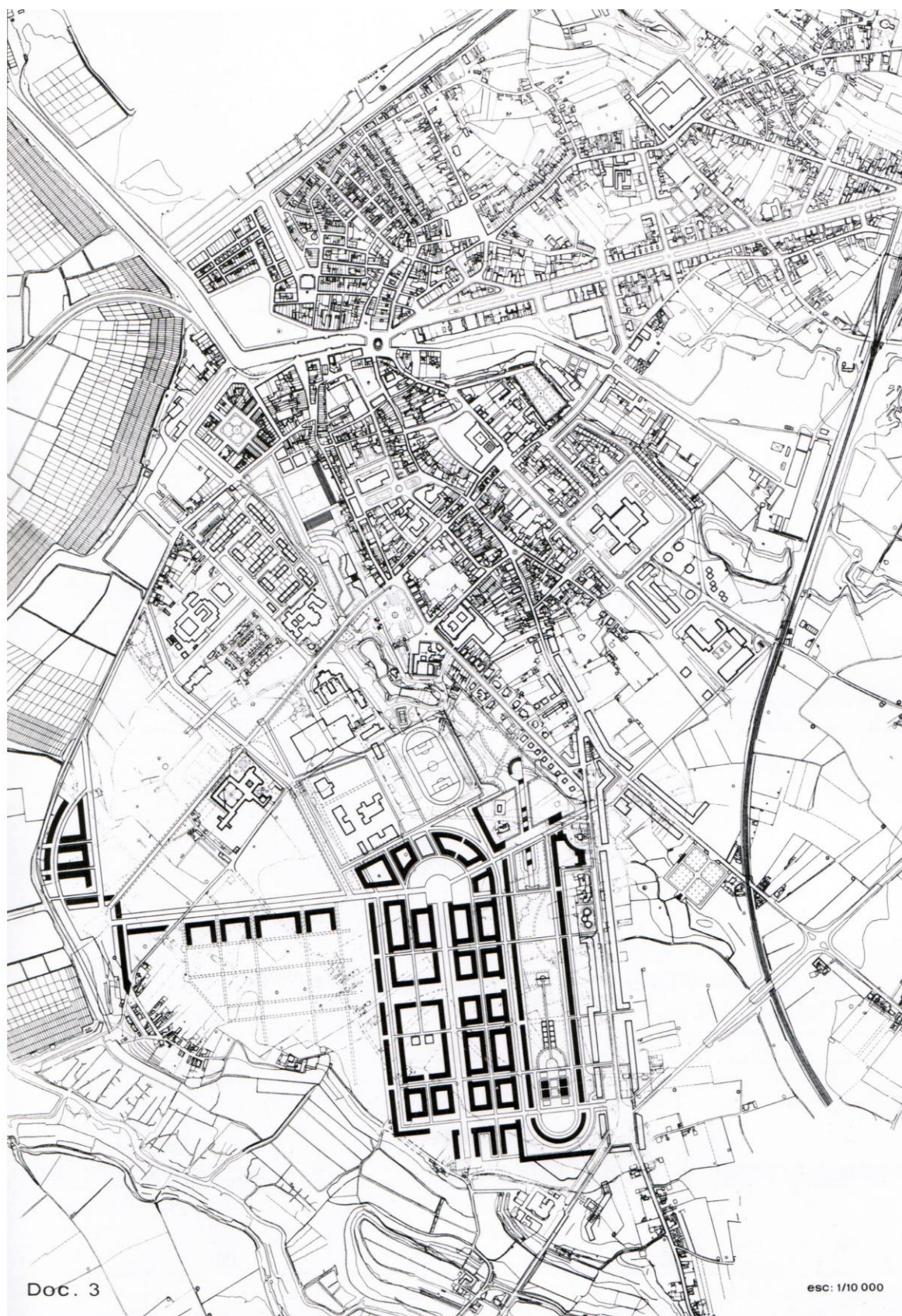


Fig.20 | Plano Integrado Aveiro – Santiago, 1979.

“O plano de Aveiro | Santiago estabelece diversos eixos compositivos que relacionam as diversas partes da cidade e articulam as diversas malhas urbanas que são propostas. Na convergência e articulação dos eixos compositivos do plano situam-se as diversas praças de maior urbanidade, para além do prolongamento do Parque D. Pedro V, que assume aliás outras características pela dimensão, arborização e ajardinamento propostos.

Constitui a ampliação do Parque D. Pedro V, um eixo compositivo dos mais importantes, a sua orientação é afinal a da Rua dr. Mário Sacramento já existente, como cozimento da forma urbana já constituída.”²⁷

Da análise dos eixos estruturantes do plano, sobressai o prolongamento da Avenida Artur Ravares que assume o carácter de eixo principal de acesso à Universidade, culminando numa praça sobre a Ria. No que respeita aos espaços públicos, destaca-se a extensão do Parque D. Pedro V, a norte e a sul, que parte da zona do bairro do Alboi, desenvolvendo-se ao longo de uma linha de água, e define um espaço de fruição e lazer, não só da comunidade em geral mas particularmente das zonas residenciais existentes e do proposto bairro de Santiago. Como é possível constatar pela análise do Plano, a faixa verde prevista, desenvolvendo-se paralelamente à área da Universidade, atravessa o centro urbano integrando diversos equipamentos desportivos, conectando o centro histórico com a nova área residencial proposta, promovendo uma noção de continuidade urbana. O prolongamento da faixa verde a norte irá concretizar-se mais tarde numa intervenção de iniciativa da CMA, na década de 80, resultando no Parque da Baixa de Santo António e Plano de Pormenor correspondente. A área verde correspondente ao Bairro de Santiago será também um projecto desenvolvido posteriormente pelo Arq. José Maria Lopo Prata.

Numa segunda fase, na sequência da evolução do trabalho do PIAS, com um desenho mais detalhado surge uma imagem urbanística que reflecte sobre as relações “Cidade – Universidade”, “Cidade – existente” e “Cidade – projectada”, traduzida pelos grandes eixos compositivos, as orientações adoptadas para as diferentes malhas urbanas e os dimensionamentos propostos. O plano desenvolve um estudo em que se procura compreender os conceitos e modelos das instituições universitárias e o modo como se inserem na cidade, assim como conceitos de composição urbanística com base em relações de domínio privado e público por forma a restituir valores e significações de um tecido urbano vivo e dinâmico.

²⁷ Plano Integrado Aveiro – Santiago, p. 6, 1979.

Na procura de uma imagem para a Universidade, enquanto importante facto urbano, o PIAS exclui a hipótese da adopção de um modelo tipo “campus” (exterior ou n urbano), considerando-o uma opção que procura o isolamento e, como tal, não adequada aos princípios defendidos pelo plano. *“A inserção da Universidade no Pias tem por base o princípio da continuidade entre os edifícios universitários, residenciais e outros sócio – culturais. ... Santiago é pois o ensejo para que a universidade tenha uma relação mais estreita com a cidade, eliminando os inconvenientes de um isolamento que acarreta a criação de uma vida artificializada, cortada de contactos e estímulos culturais e sociais.”*²⁸

Os princípios do PIAS indicam que a área Universitária deveria constituir uma área urbana de apreciável fruição de espaços ajardinados, integrando equipamentos comuns e abertos à cidade, e de elevada caracterização formal e qualidade arquitectónica, numa relação singular com a paisagem da Ria.

Estava já claro um desígnio, que a própria Universidade viria a assumir, de ela própria constituir património arquitectónico, dotando a cidade de uma nova imagem apelativa e reconhecida a nível nacional, e mesmo internacional.

A forma urbana do conjunto arquitectónico, que o Plano assume para a Universidade, assenta numa teoria de pátios e jardins privados, sendo a coesão espacial definida pela própria condição programática, por se pretender uma instituição de carácter departamental. O eixo gerador da malha urbanística é o estabelecido pelo prolongamento da Avenida Artur Ravara, que define o principal trajecto Cidade – Universidade, estabelecendo uma ligação à Praça sobre o Poço de Santiago, que proporcionaria um espaço de fruição e relação com a Ria.

As diversas propostas formuladas, face à dinâmica inerente à própria instalação da Universidade, sofreram variadas reformulações que, mais tarde, já com o PIAS estabilizado, se transformam completamente pela adopção de um novo plano para a UA. No entanto, em relação à área correspondente à habitação social, é ainda possível reconhecer o plano no território, pela construção parcial das bandas de habitação propostas.

²⁸ Plano Integrado Aveiro – Santiago, p. 5, 1979.

Plano Geral da Universidade de Aveiro_1979

O Plano Geral, desenvolvido pelos arquitectos Rebelo de Andrade e Espírito Santo, para a Universidade de Aveiro, representa um momento de ruptura com as premissas defendidas anteriormente, no que respeita à sua relação com a cidade, propondo soluções que assumem grande descontinuidade relativamente às adoptadas no PIAS. O modelo de “campus” prevalece agora face à noção de inter-relação com o tecido urbano existente, na perspectiva de expansão da cidade, que o PIAS e a C.I. da UA defendiam.

Este primeiro Plano Geral da Universidade de Aveiro é precedido por um estudo que se desenvolve segundo diferentes fases: uma primeira, de inquérito e de programa, que estruturam um suporte teórico, e uma segunda de zonamento. Esta é a fase de concretização das propostas em termos de ocupação de solo sob a forma de uma síntese gráfica.

Na fase de inquérito foi realizada uma viagem a novas Universidades da Europa, permitindo estudar modelos, bem como a sua interpretação e análise, com vista a instalação da UA. A viagem de estudo decorreu de 16 a 28 de Julho de 1978²⁹, sendo constituída por oito visitas a instituições universitárias de três países eleitos. Os países visitados foram a Alemanha (Universidade de Bielefeld, Osnabruck e Bremen (parcialmente)), Dinamarca (Universidade de Odense e Roskilde) e Inglaterra (Universidade de Edimburgo (parcialmente), St. Andrews (parcialmente), Glasgow (parcialmente), Horriot-watt, Stirling, Surrey e Instituto de Educação de Londres). Os parâmetros considerados na análise de cada complexo universitário abordam questões de localização, acessos, sistemas plásticos adoptados, sistemas construtivos e integração na paisagem, bem como arranjos externos.

Nas Universidades Alemãs visitadas, as características comuns traduzem-se nos cuidados com as normas de segurança. No que respeita à sua implantação apresentam características distintas: a Universidade de Bielefeld situa-se na proximidade da cidade, enquanto que a de Osnabruck se encontra integrada na própria cidade, desenvolvendo-se de forma dispersa no tecido urbano e suburbano. No caso da de Bremen, encontra-se já bastante afastada do centro urbano.

Segundo o relatório da viagem, das três Universidades Alemãs, a que se destaca é a de Bremen pela noção de conjunto e cuidada articulação dos edifícios, qualidade construtiva e ambiência bem conseguida.

²⁹ TRABULO, Firmino – Relatório da Deslocação da Missão da U.A. a Universidades Novas na Europa, 1978.

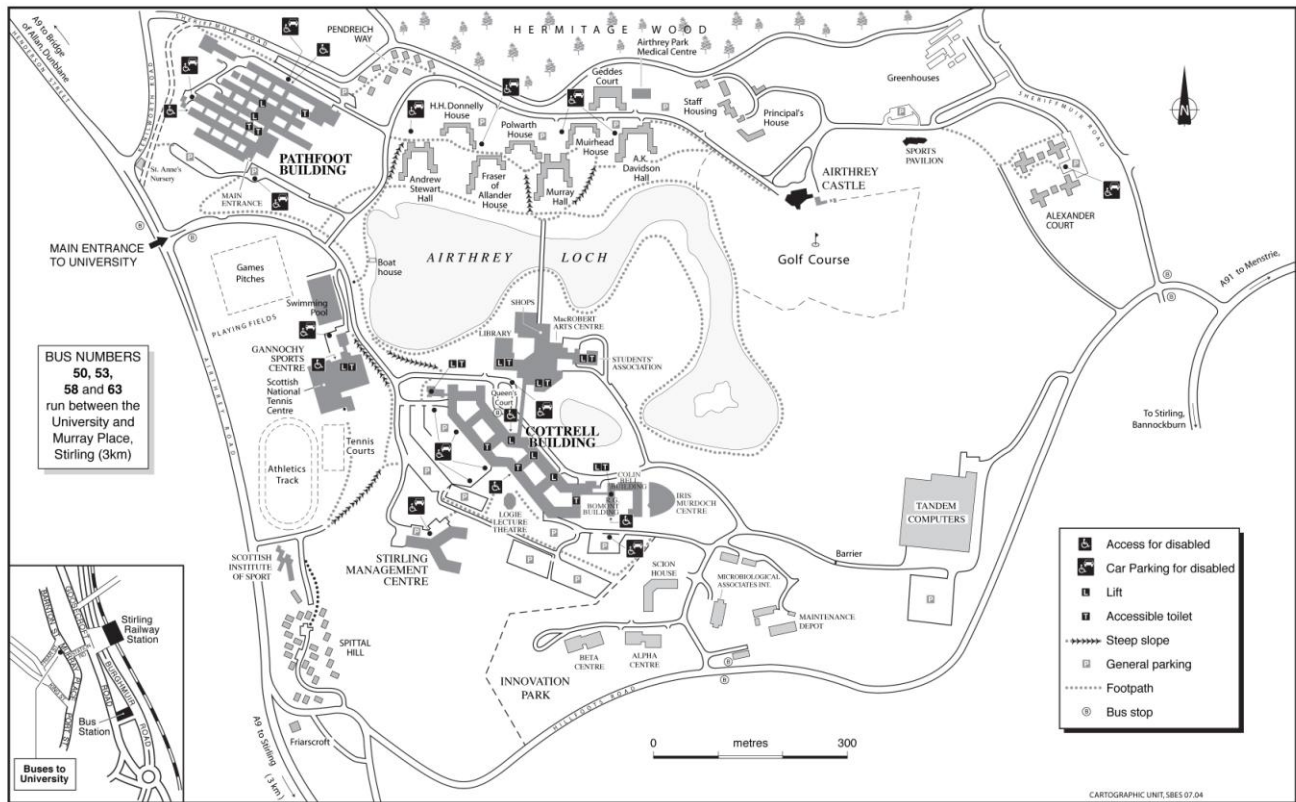


Fig.23 | Universidade de Stirling.

De todas as Universidades visitadas a de Odense (Dinamarca) foi assinalada no relatório como o melhor exemplo observado. No entanto, foi a Universidade de Stirling (Escócia) que se assumiu como referência no que respeita ao modelo de “Campus Universitário” pretendido, permitindo definir algumas linhas orientadoras para o futuro desenvolvimento da UA.

A Universidade de Stirling localiza-se longe do centro urbano, num extenso terreno de topografia bastante acidentada, caracterizado por vastos espaços verdes relvados e áreas arborizadas, onde um lago de razoáveis dimensões assume um destaque central. O modo de inserção do campus na paisagem, e as soluções de integração ambiental que apresenta, traduzem-se no plano urbanístico, e mesmo na própria arquitectura e escolha de materiais, numa perspectiva de preservação das condições naturais características do lugar. A preocupação com a envolvente natural é também perceptível pelas opções na estrutura viária do campus que contempla o parque automóvel na periferia, privilegiando no seu interior uma rede de percursos “suaves” que permitam manter o carácter de grande parque.

A envolvente natural que caracteriza o complexo universitário de Stirling, pode entender-se semelhante ao que ocorre no caso da Universidade de Aveiro, nomeadamente na relação que esta estabelece com o ecossistema lagunar em que se insere, pelo que se considera fundamental reflectir sobre a contextualização ambiental no processo de planeamento do campus.

A solução adoptada no complexo universitário de Stirling, aponta para uma implantação dispersa no terreno, em conjuntos de actividades afins, interligadas por “passerelles”, pontes e percursos pedonais, em que os programas comuns e de serviços (Anfiteatros, Biblioteca, Refeitório principal, zona comercial) apresentam uma localização central.

A influência deste modelo no PGUA é perceptível, nomeadamente, no edifício destinado ao ensino, que se desenvolve segundo uma estrutura longitudinal de quatro pisos composta por duas bandas, paralelas entre si, ligadas transversalmente de forma pontual. A estrutura, como a proposta no PGUA, vai sofrendo inflexões à medida que se estende e se adapta ao terreno. A circulação interna, que este tipo de solução permite, remete também para questões climáticas que, no caso de Aveiro, se traduzem pela forte exposição a ventos.

A Universidade de Stirling, tanto pela solução arquitectónica como pelo enquadramento ambiental que apresenta, constitui o exemplo que mais influenciou o Plano Geral da Universidade,

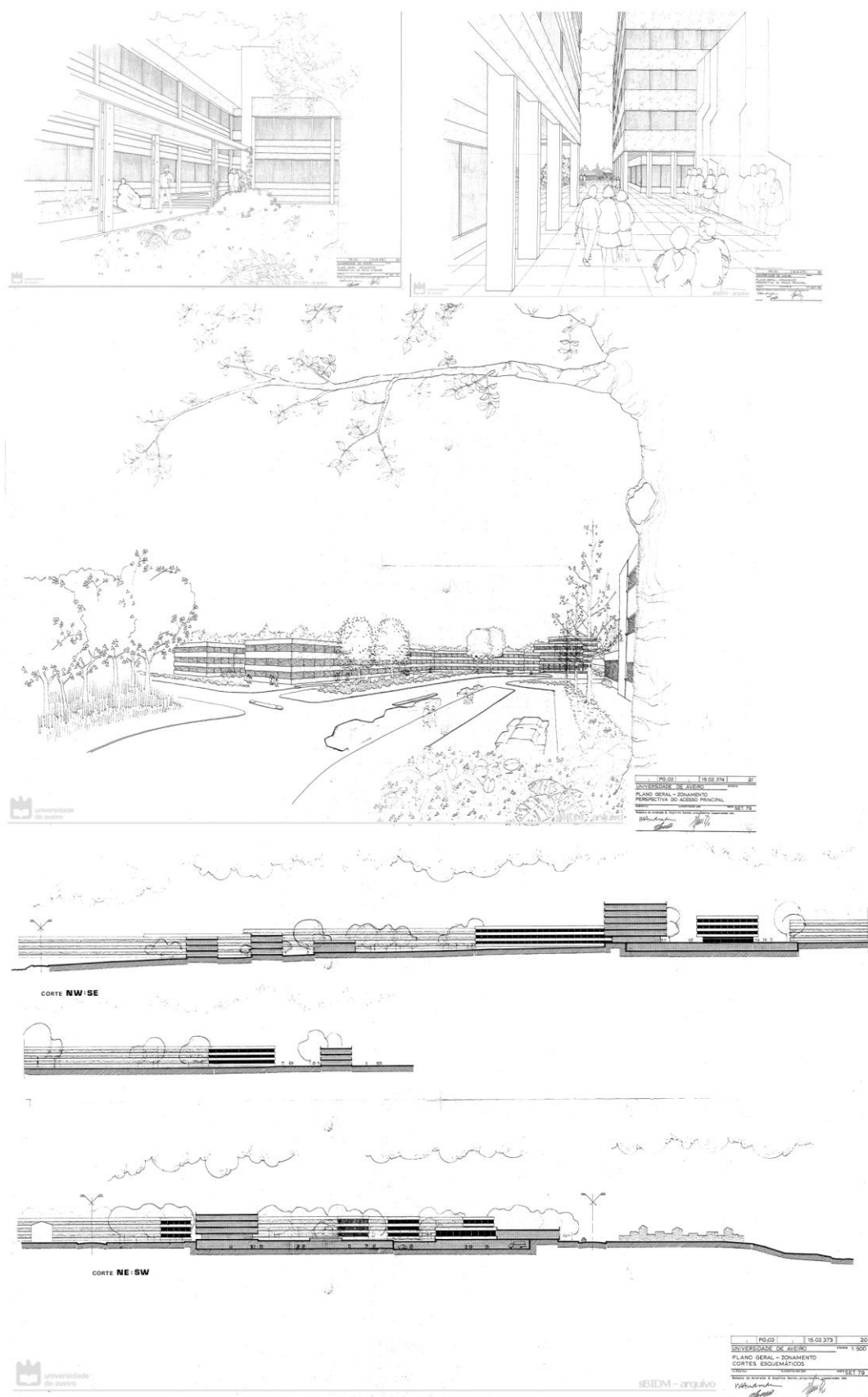


Fig.24 | Plano Geral da Universidade de Aveiro, 1979. Perspectivas e cortes.

seguindo um modelo de campus universitário dissociado do tecido urbano da cidade, como o sugerido no PGUA.

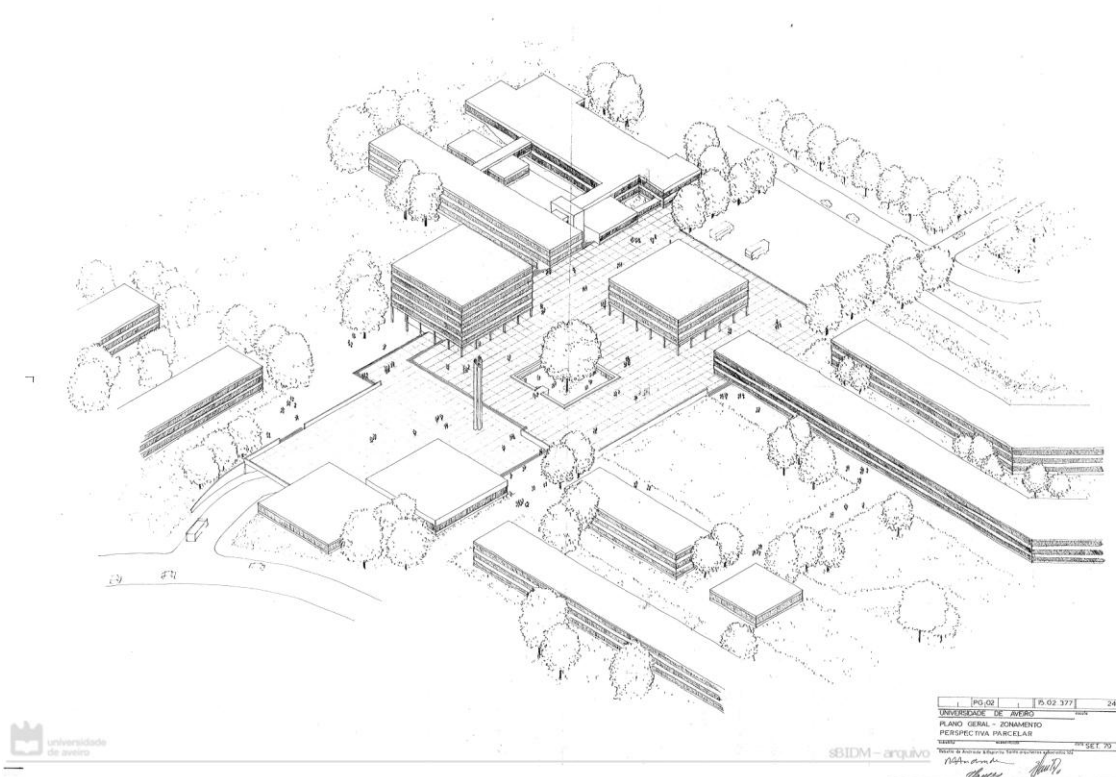
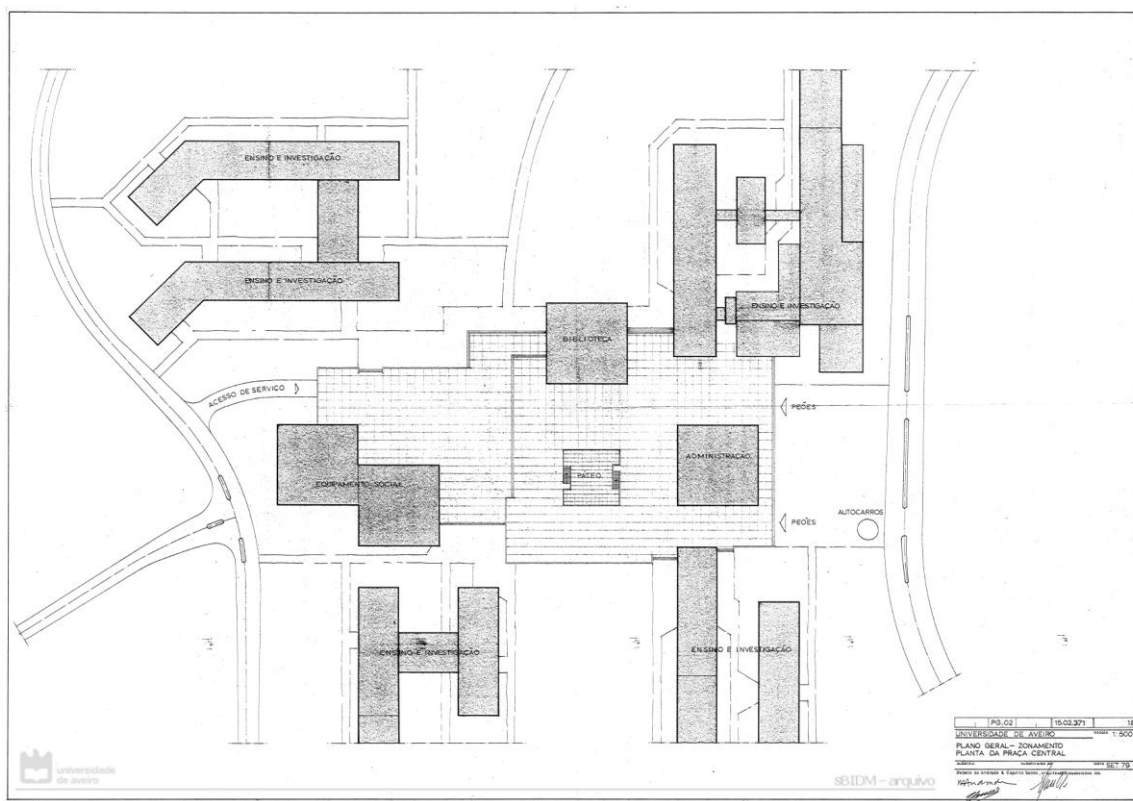
Nesta fase de inquérito, para além da viagem de estudo na busca de modelos e boas práticas a seguir, é feita uma análise física, na perspectiva de ordenamento espacial e, por outro lado, uma análise social e urbana, que contempla os problemas da implantação da universidade na cidade. Simultaneamente, determina-se o modo adequado de crescimento da Universidade, resultando a reflexão e análise da informação recolhida na fase de inquérito no programa da Universidade que permitirá definir os princípios de ordenamento físico das necessidades, orientações e objectivos da Instituição, nos seus múltiplos aspectos, desde o funcionamento interno à relação com a comunidade local onde se insere _ zonamento. Esta última fase constitui a primeira proposta síntese sob a forma gráfica e escrita.

Embora o planeamento encomendado pela a Universidade se cingisse às já referidas fases, o trabalho acaba por transcender o zonamento, definindo a implantação de edifícios, arruamentos, estacionamento, infra-estruturas, etc., pretendendo antecipar o planeamento de soluções futuras.

A área de intervenção do Plano Geral integra duas parcelas distintas, a Norte e a Sul do Esteiro de S. Pedro, considerando-se que apenas a área de Santiago, anteriormente definida, não teria capacidade de resposta para receber a totalidade de infra-estruturas previstas. A percentagem maior de ocupação é, no entanto, até pelo carácter de construção faseada da Universidade, consolidada na zona previamente conjecturada, na continuidade dos edifícios já existentes da UA, beneficiando de uma proximidade com a cidade e todas as infra-estruturas que lhe são inerentes, assim como de melhores características topográficas e de orientação solar e protecção eólica.

O PGUA remete para uma influência da última geração de campus Anglo -Saxónicos, como o já referido de Stirling, bem como o de East Anglia, que surgem como ecossistemas urbanos independentes e, de certa forma, segregados das cidades. O desenho, no entanto, remete para as influentes imagens de época, 60's – 70's, dominadas pelas utópicas e futuristas mega – estruturas que aliam desejos de flexibilidade a fortíssimos constrangimentos estruturais e tectónicos, como defendiam os críticos do modernismo do Team X dos últimos CIAM.

O princípio de interdisciplinaridade mantém-se como base de um conceito de universidade de carácter departamental.



A implantação da proposta desenha uma estrutura longitudinal que integra os vários departamentos e se poderia adaptar às necessidades de cada um, variando o seu dimensionamento consoante o programa proposto. A estrutura desenvolve-se no terreno sob a forma de uma implantação longitudinal em dupla banda, acompanhando, em certa medida, o desenho orgânico que o limite natural do território lagunar impunha. A opção da construção com um número reduzido de pisos, aproximadamente três, permite reforçar a implantação longitudinal pretendida, assim como o enquadrar no carácter horizontal da cidade, já defendido nas premissas do Plano Director da Cidade de Aveiro de 1964. O esquema adoptado assume espaços de características diferenciadas, propondo vias internas de circulação pedonal, bem como percursos alternativos, disseminados pelo espaço verde, com carácter de parque e área de lazer. O Plano procura definir uma continuidade construtiva onde os diversos departamentos e restantes equipamentos da Universidade seriam integrados numa aparente flexibilidade, dado que a extensão dos corpos se poderia ir adaptando às necessidades de cada programa. O corpo longitudinal sofre inflexões de direcção marcadas também pela pré-existência do Seminário, que integra um espaço contíguo ao do campus, convergindo na direcção de uma praça central onde se distribuíam os principais serviços, como a Biblioteca, a Reitoria, o Refeitório, etc., característica que se mantém até hoje. A Praça Central caracteriza-se como pólo catalisador de múltiplas actividades, funcionando como ponto de encontro da comunidade académica. Esta solução contempla a criação de uma extensa área técnica, funcionando no nível inferior ao da praça, integrando uma zona comercial, centrais técnicas, armazéns, cozinha, oficinas e parque de estacionamento privativo, permitindo assim canalizar toda a circulação de serviço sem interferir com as actividades académicas. Um anfiteatro ao ar livre, situado sobre a Ria em frente ao poço de Santiago, remata o eixo transversal principal, composto pela sequência das infra-estruturas da Praça Central.

No que respeita à circulação viária, o prolongamento da Av. Artur Ravara, também ela com uma inflexão para sudeste, estabelece o acesso principal ao campus, demarcando claramente uma divisão entre este e a cidade. A faixa contígua ao prolongamento da Av. Artur Ravara, destinada a equipamentos desportivos, pretende funcionar como elemento de transição entre a universidade e o Bairro de Santiago, proposto pelo FFH, prevendo um conjunto de pólos de apoio. Entre eles, um pavilhão gimnodesportivo e um conjunto de edificações existentes, sobre o Esteiro de S. Pedro, direccionadas para desportos náuticos, contemplando um lago, na ordem dos 10ha. Integrada

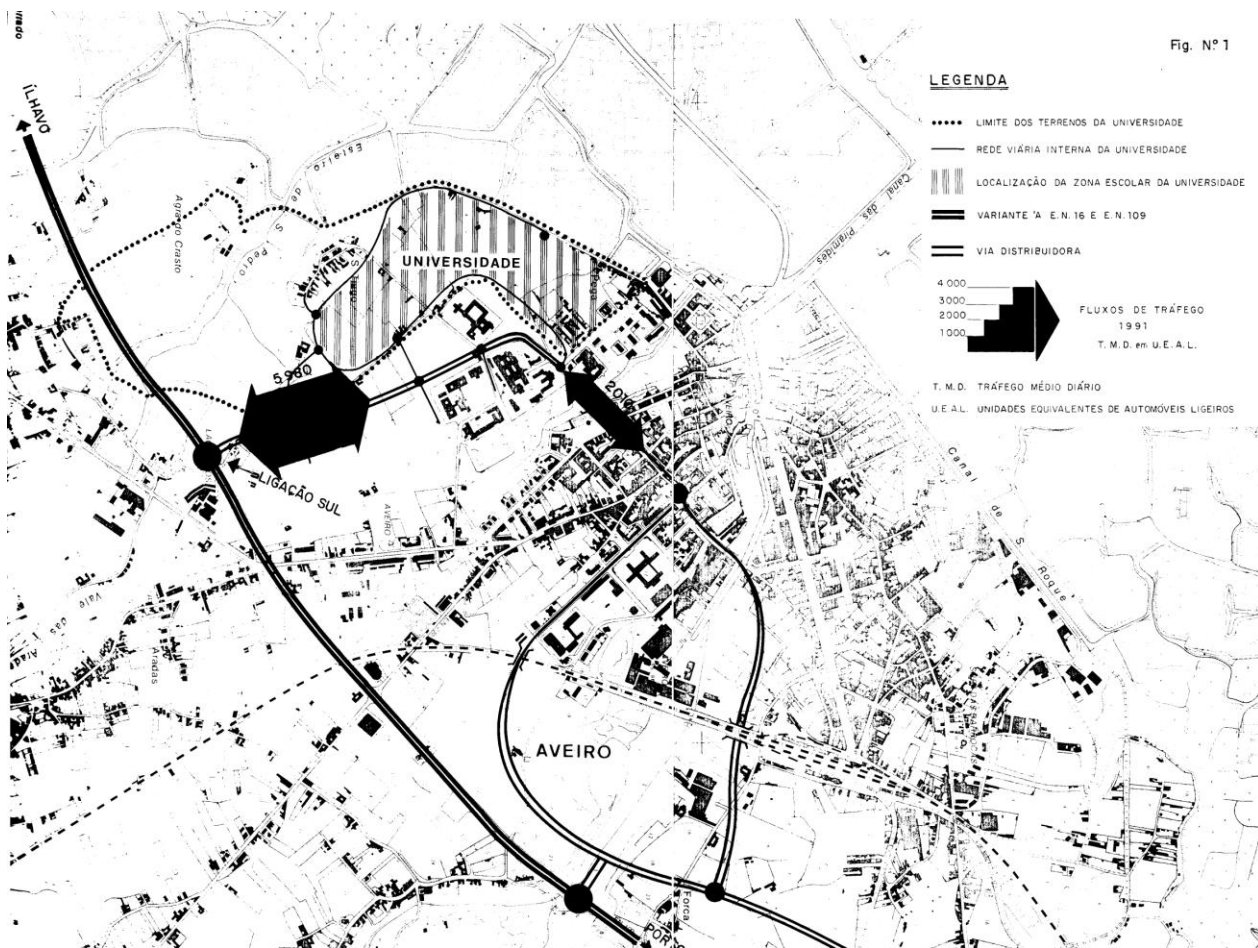


Fig.27 | Plano Geral da Universidade de Aveiro, 1979. Estudo de Circulação.



Fig.28 | Plano Geral da Universidade de Aveiro, 1979.

também nesta faixa, próxima ao acesso principal à Universidade, surge uma área de habitação, por forma a responder ao alojamento mínimo necessário à comunidade académica.

O PGUA, pelas opções de plano que propõe, afasta-se do desígnio de universidade integrada na cidade. De facto, o prolongamento da Av. Artur Ravara, fazendo a ligação à EN 109, transforma o carácter desta via passando a funcionar como ligação inter-regional. Este efeito barreira, que separa a universidade do centro urbano, é ainda agravado posteriormente pela ligação à IP5, aumentando significativamente o tráfego nesta via enquanto eixo de entrada e saída da cidade. Esta estrutura viária promove a mobilidade automóvel e as acessibilidades externas à cidade ao invés da circulação pedonal e ciclável, como perspectivava uma aproximação da Universidade ao centro urbano. Assim, apesar da motivação do plano em dotar a faixa paralela à Avenida de áreas de habitação e equipamentos desportivos, funcionando como uma espécie de interface com a envolvente próxima, o carácter que a via acaba por assumir inverte esse efeito.

Atravessando o Esteiro de S. Pedro e chegando à Agra de Crasto, observa-se uma realidade diferente, onde se organizam dois conjuntos arquitectónicos obedecendo a uma estrutura ortogonal. A proposta prevista pelo PGUA para a zona de Crasto nunca chegou a concretizar-se, adoptando a Universidade, em 1996, um novo Plano do Arq. Carrilho da Graça.

Relativamente à área de Santiago, a proposta realizou-se apenas parcialmente, já que um momento de mudança administrativa da Universidade viria a culminar numa visão de desenvolvimento com que o PGUA não era compatível. Desta primeira fase permanece o testemunho de alguns edifícios de departamentos, assim como a Praça central, e ainda, de parte das edificações que a compõem, que cumprem os princípios deste plano urbanístico. Exemplos disso são o Departamento de Electrónica e Telecomunicações, o Departamento de Ambiente e Ordenamento, o CIFOP, o Departamento de Didáctica e Tecnologia Educativa, o Departamento de Ciências da Educação e ainda a Zona Técnica Central e os Serviços de Acção Social e Refeitório, que constituem uma primeira etapa da Praça Central.

Revisão do PGUA _1989

Esta revisão do Plano, dez anos passados sobre o primeiro, decorre de uma vontade já manifestada no decorrer da apresentação do Plano Geral da Universidade, e que, não tendo produzido repercussões imediatas, se acabam por confirmar como uma nova fase, resultante de uma alteração na estrutura orgânica da UA.

De facto, as opções assumidas pelo modelo adoptado no plano, principalmente no que respeita a questões de dimensionamento, rapidamente se manifestavam incompatíveis com a construção de carácter faseado, que alguns condicionalismos económicos impunham, assim como pela autonomia departamental desejada, embora sempre numa perspectiva de unidade do conjunto. Para além das críticas de carácter funcional, o desenho de implantação do plano constitui uma barreira relativamente ao território lagunar, não satisfazendo a visão da Universidade em desenvolver uma relação integrada com a Ria.

Os princípios defendidos pela UA assumem a convicção de que a Universidade deveria contribuir para um enriquecimento do património construído da cidade de Aveiro, integrando as características da região traduzidas na adopção dos próprios materiais e, por outro lado, potenciar a relação da Universidade com a paisagem natural da Ria³⁰.

Redefinida a visão do modelo a seguir, são as relações que a Universidade de Aveiro estabeleceu com a Universidade do Porto, nomeadamente com o Arq. Fernando Távora, que determinam a possibilidade de reconversão do plano, a ser desenvolvida por uma equipa do recém criado Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, orientada por Nuno Portas. De facto, o papel do Arq. Nuno Portas na revisão do plano é essencial na definição do carácter e destaque que a Universidade de Aveiro veio a assumir, enquanto modelo de campus de referência nacional e mesmo internacional, e na perspectiva de inserção da Universidade na cidade.

As operações de programa e projecto foram desenvolvidas envolvendo os vários agentes da construção da Universidade, num sistema de participação activa e com influências recíprocas, na perspectiva de definição dos modelos espaciais.³¹

O modelo de agrupamento dos espaços teria de responder simultaneamente ao modelo de organização definido pela UA e às necessidades operativas, de uma construção das diversas partes de

³⁰ Entrevistas aos Professores Renato Araújo e Júlio Pedrosa.

³¹ CEFA/UP – Revisão do plano geral da Universidade de Aveiro. p. 2.

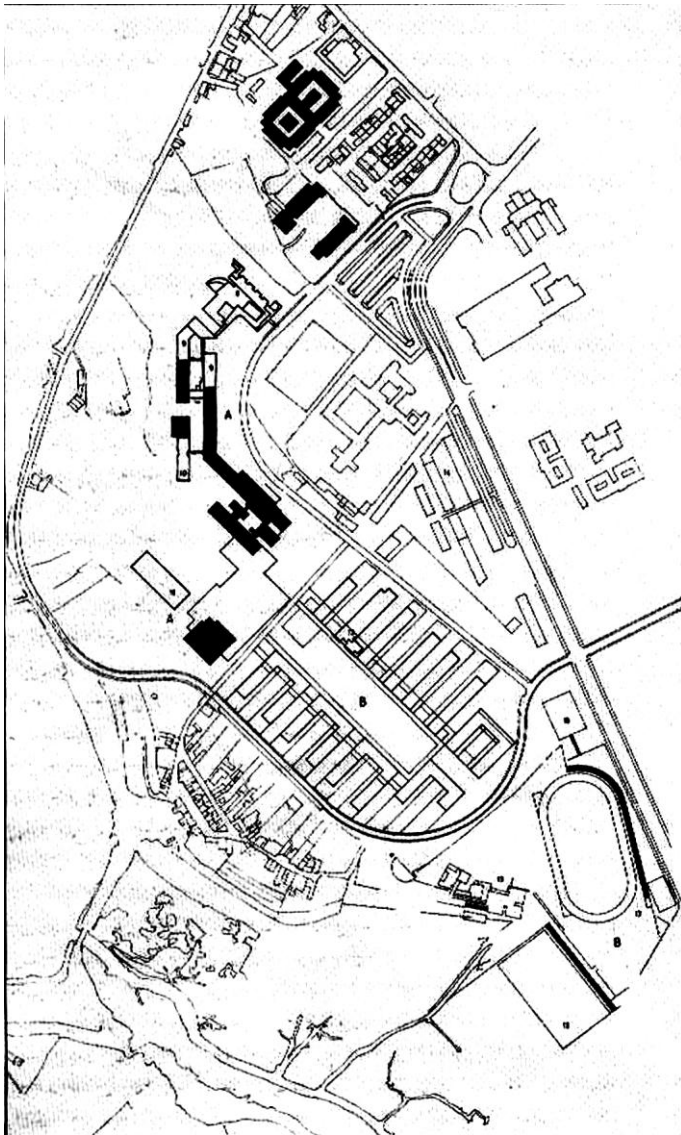


Fig.29 | Revisão do Plano Geral da Universidade de Aveiro, 1989.

forma relativamente autónoma, possibilitando um desenvolvimento faseado consoante as verbas disponíveis.

O plano elaborado pela equipa do CEFA prevê a integração e reconversão do antecedente, nomeadamente os pavilhões iniciais e alguns edifícios já construídos do primeiro plano, assim como os poços rurais que pontuam o terreno e remetem para a memória rural e agrícola do território. O edifício do seminário é também tido em consideração, pelo que o desenho do plano contempla um lago no terreno que define a sua frente com a Ria, permitindo estabelecer um espaço de desafio e potenciando uma diversidade de relações visuais.

A área do plano cinge-se à zona de Santiago onde, integrando as pré-existências se definem novos princípios de expansão para sudeste, não considerando no entanto a zona da Agra do Crasto.

O novo modelo sugere uma relação do campus com a cidade e com a Ria diferente da do Plano Geral, remetendo para as premissas de uma visão integrada defendidas no PIAS. As novas premissas afastam-se do modelo de campus modernista, como sistema urbano isolado por acessos e extensos espaços verdes, assim como do conceito de desenvolvimento num só edifício, do tipo mega-estrutura, apontando para uma tradição de desenho urbano com base na estruturação do espaço público e na repetição sistemática de preenchimento de tipo urbano. Assume-se o loteamento como instrumento de gestão e projecto do modelo, possibilitando o desenvolvimento faseado das infra-estruturas.

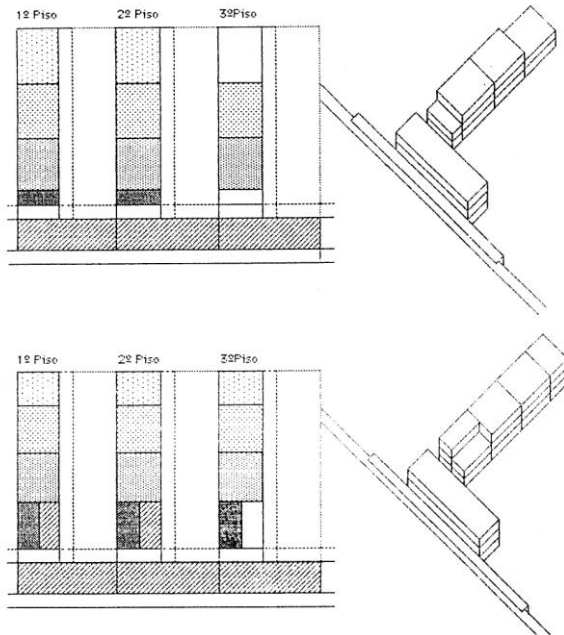
Pretende-se *“substituir a continuidade da volumetria – já então insustentável, pela continuidade dos percursos, exteriores e interiores, constituindo uma espinha distributiva, alusiva, embora sob diferente forma e escala, a um sistema claustral ou de arcada urbana.”*³²

Analisando o plano, entende-se claramente um processo de concepção urbana baseado no espaço público como estruturador capaz de integrar a diversidade do edificado. A definição de alguns parâmetros permite algum controle do dimensionamento assim como das características gerais dos edifícios, sem no entanto por em causa a liberdade criativa dos projectos.

Da análise do plano, é possível afirmar que o desenho urbano do complexo universitário permite estabelecer uma relação permeável com a envolvente através da estruturação dos eixos compositivos e praças, numa perspectiva de continuidade com a cidade e com a Ria, potenciando a fruição dos espaços que integram a Universidade pela comunidade académica assim como pela

³² Nuno Portas: Prémio Sir Patrick Abercrombie, 2006.

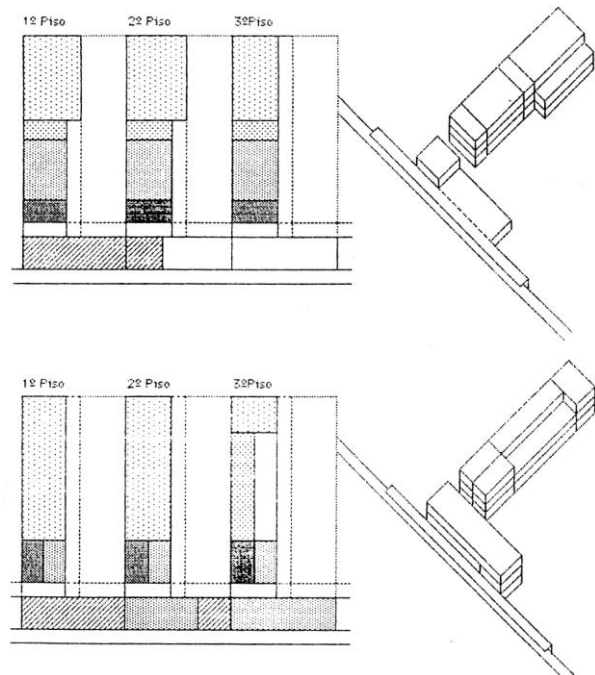
ELEMENTOS INDICATIVOS PARA A OCUPAÇÃO FUNCIONAL DOS DEPARTAMENTOS



Legenda:

Laboratórios
 Gabinetes
 Seminários
 Administração
 Espaços banalizáveis

ELEMENTOS INDICATIVOS PARA A OCUPAÇÃO FUNCIONAL DOS DEPARTAMENTOS



Legenda:

Laboratórios
 Gabinetes
 Seminários
 Administração
 Espaços banalizáveis

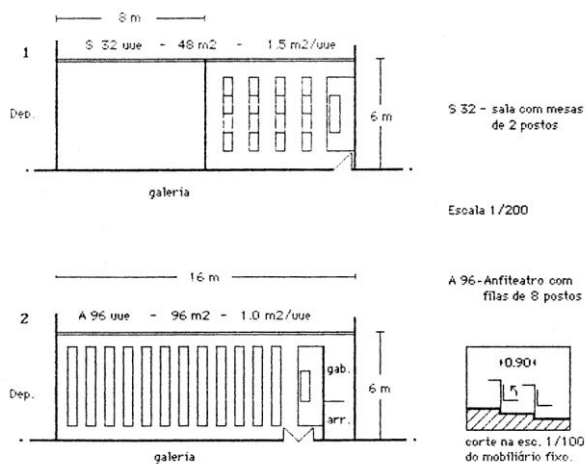
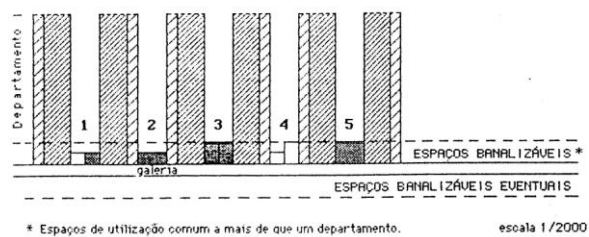
UNIVERSIDADE DE AVEIRO - REVISÃO DO PLANO GERAL
ASSOCIAÇÃO DE ESPAÇOS DE AULA

Fig.30 | Revisão do Plano Geral da Universidade de Aveiro, 1989.

população em geral. O desenho permite ler uma aposta nos percursos pedonais e cicláveis, que assumem um papel essencial como estrutura de mobilidade na ligação ao centro urbano.

Os diversos percursos apontam na direcção da Praça Central, já existente do primeiro plano, que agora adquire uma nova leitura pela criação da alameda ou percurso “claustral” a sudeste, assim como as novas implantações propostas para a Biblioteca e para a Reitoria, que definem uma nova configuração do espaço, assumindo um papel estruturante pelo seu carácter singular e simbólico. Na alameda desenvolve-se o referido “*sistema claustral*”³³, com início na Praça Central e desenvolvendo-se na direcção sudeste, através de uma galeria que define um percurso contínuo, ligando todos os acessos aos diversos edifícios, conferindo um carácter unitário ao conjunto edificado. Os edifícios desenvolvem-se em torno da alameda com base numa estrutura em espinha compreendendo intervalos, correspondentes a espaços verdes, que constituem também reservas para futuras expansões, cuja dimensão estabelece condições satisfatórias de incidência solar. A unidade conseguida pela arcada permite que cada edifício assuma um carácter de projecto de autor sem prejudicar uma visão de conjunto. Assim, foi possível introduzir uma diversidade na autoria dos projectos, escolhendo a UA os projectistas que considerou mais qualificados em cada momento, promovendo a Universidade como exemplo do valor arquitectónico

O percurso em U que define a arcada interna da alameda, repete-se novamente em volta do perímetro exterior do conjunto edificado, agora com um carácter de acessibilidade motorizada, permitindo estabelecer acessos de serviço a cada unidade departamental sem, no entanto, interferir com o espaço público de fruição da comunidade académica. Este é destinado apenas à circulação pedonal e ciclável. Este “sistema claustral” integra excepções no que respeita aos parâmetros previstos para as unidades departamentais, nomeadamente os edifícios que rematam a alameda a sudeste, como o Complexo Pedagógico, Científico e Tecnológico, o laboratório Central de Análises e o Departamento de Comunicação e Arte, variando na implantação e nas características formais que apresentam. De facto, esta variação destaca-se da coerência conseguida pelo plano de Nuno Portas, e acaba mesmo por comprometer a continuidade e possibilidade de amarração da ligação futura ao campus de Crasto.

Já relativamente à direcção noroeste, o eixo da alameda prolonga-se até à Praça Central onde é rematado por um edifício cuja cobertura define um auditório ao ar livre, fechando a relação com a

³³ O “sistema claustral” da alameda é desenvolvido anos mais tarde, já pela equipa dos Serviços Técnicos da UA.



Fig.31 | Vista aérea da alameda central da Universidade de Aveiro.

Ria. Se por um lado, a revisão do plano do campus veio potenciar uma relação franca com a ria, o remate do eixo constituído pela alameda encerra a relação da praça central com a envolvente natural do espaço verde a norte e com a paisagem do território lagunar.

É possível afirmar que este plano assume uma importância crucial na construção de uma imagem de instituição aberta e dinâmica, que é hoje reconhecida à Universidade de Aveiro. De facto, ao longo do seu desenvolvimento, a Universidade tem potenciado novas dinâmicas urbanas, enquanto pólo catalisador de múltiplas actividades, pela prestação de serviços e formação de recursos humanos, pelo desenvolvimento de interfaces entre investigação e o tecido empresarial e industrial, através da transferência de tecnologia, pela promoção cultural e pela componente pedagógica, entre tantas outras.

O desenvolvimento da Universidade potencia hoje uma nova necessidade de expansão, direccionada para este conjunto de dinâmicas e relações externas, traduzindo-se na perspectiva de ocupação, anteriormente prevista, da zona da Agra de Crasto. A Universidade, adoptando uma postura orientada face às relações externas, assume a expansão para a zona da Agra do Crasto, na direcção de Ílhavo, mas também perspectiva instalações de interface no próprio tecido urbano tradicional da cidade de Aveiro, promovendo uma relação mais próxima com a comunidade local e a preservação de algum significativo património arquitectónico, desígnio claro da visão do Professor Renato Araújo e do Professor Júlio Pedrosa, enquanto reitores da UA³⁴.

³⁴ Entrevistas aos Professores Renato Araújo e Júlio Pedrosa.



Fig.32| Plano do Campus do Crasto, 1996.

O carácter funcional que a zona de Agra de Crasto assume, integrando essencialmente unidades de investigação aplicada, e algumas áreas sociais, torna essencial a adopção de um novo plano de expansão. O Plano do Agra de Crasto, ao invés dos anteriores, em que equipas projectistas eram nomeadas pela UA, introduz uma nova visão que pretende dar oportunidade a novos arquitectos pela opção de realização de concursos. Neste caso o plano seleccionado foi o da autoria do Arq. João Luís Carrilho da Graça, que posteriormente é também responsável pela autoria da ponte pedonal que liga os dois campus Santiago – Crasto.

O plano urbanístico da zona da Agra do Crasto, da autoria do Arq. João Luís Carrilho da Graça, contempla uma implantação mista de residências e equipamentos, como serviços de acção social e um campo desportivo, bem como a inserção de laboratórios e unidades semi-fabris, estabelecendo um interface entre investigação e Indústria. Este campus, antecipa um conceito de campus tecnológico, que agora se encontra projectado, em toda a sua plenitude, para o futuro Parque da Ciência e Inovação (2009/2010), situado já na Coutada, no Concelho de Ílhavo, para onde a U.A. planeia o seu crescimento.

O terreno disponível, praticamente plano, desenvolve-se entre uma estrada e o esteiro de S. Pedro, estruturado pelo plano segundo uma malha ortogonal racionalista. Os edifícios correspondentes aos laboratórios e unidades semi-fabris ocupam sensivelmente metade do terreno previsto e traduzem-se em longos edifícios paralelos entre si que se desenvolvem segundo módulos, em esquema repetitivo. A outra metade do terreno é estruturada pelos edifícios correspondentes às residências de estudantes, pela cantina, e ainda por outros edifícios de serviços que definem um quarteirão que integra na área central, o campo desportivo. Esta zona abre-se na direcção do Esteiro de S. Pedro e da paisagem lagunar, na direcção da ponte pedonal, desenhada e construída por J. L. Carrilho da Graça, que liga os dois campus. A solução “ponte” surge pelo facto de o desnível, entre as duas plataformas e a zona húmida, da ordem dos 14m não viabilizar uma fácil circulação ciclável e pedonal prevista pelo usufruto da nova cantina e residências propostas no plano. A localização da ponte pedonal foi pensada para, visualmente, ficar orientada a norte encontrando perpendicularmente a margem sul do Esteiro de S. Pedro, permitindo estabelecer uma relação visual com o depósito de água de Álvaro Siza (que marca a eixo a Alameda no final do primeiro troço sul do campus de Santiago).

Dos edifícios previstos, apenas a cantina, a casa de estudante e parte das residências se encontram construídas, neste momento, no campus da Agra do Crasto.

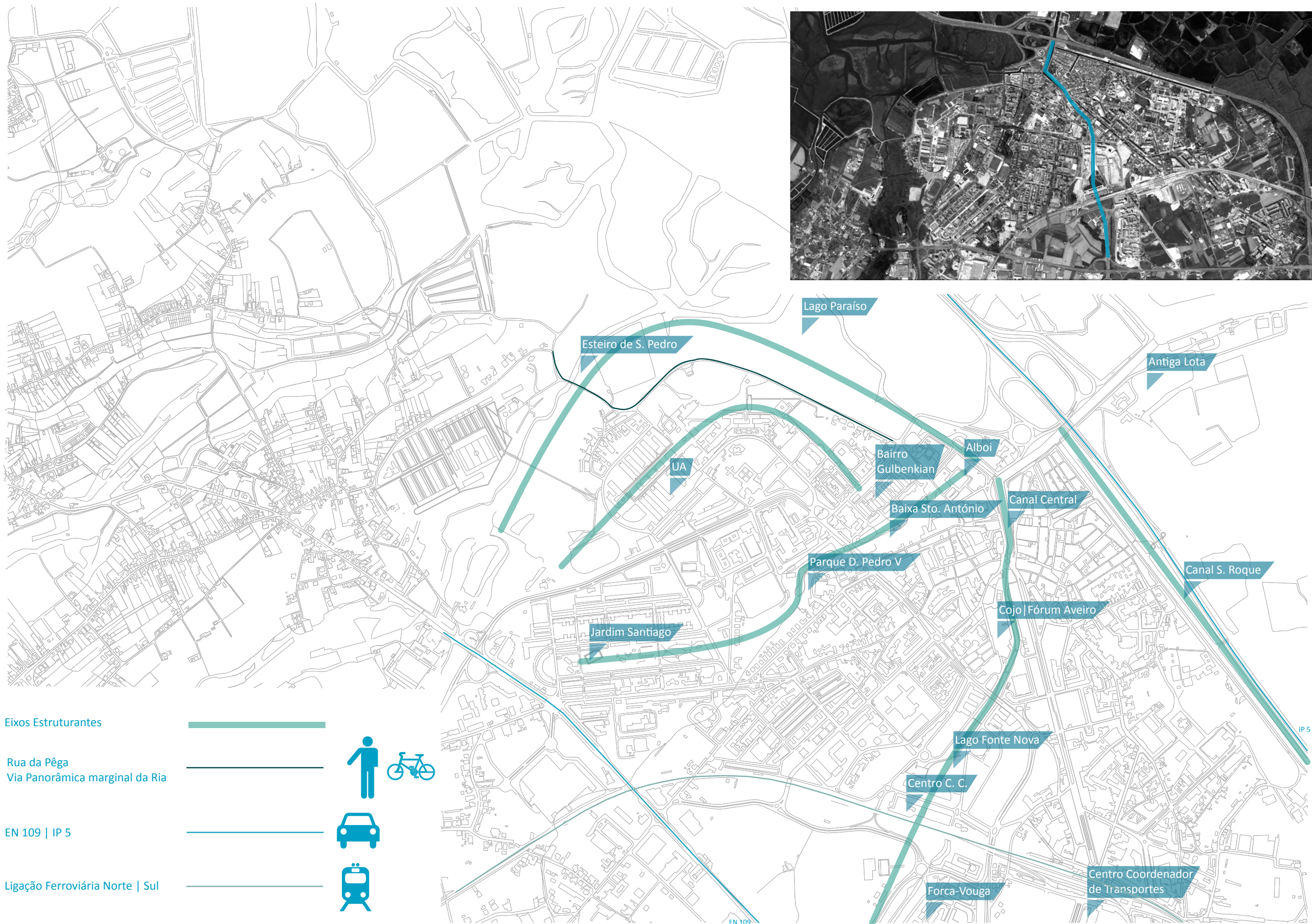
O desenho proposto para a zona sugere um distanciamento do plano de Santiago. De facto, mesmo a ponte pedonal, que o próprio autor do plano projecta, não consegue ainda assumir uma ligação integrada e articulada, numa perspectiva de continuidade, entre os dois campus e com o Bairro de Santiago que acaba por constituir uma franja segregada monofuncional (habitação) que se traduz num verdadeiro atentado urbanístico. É necessário estruturar as relações entre os distintos campus da UA (Santiago – Crasto – futuro PCI) numa perspectiva que enquadre as morfologias envolventes de uma forma integrada.

Uma alternativa para contrair o carácter segregado desta zona de habitação poderia ser no âmbito da promoção de alguma permeabilidade dos serviços da Universidade à população geral, já que esta integra serviços essenciais (correios, banco, cafetaria, papelaria, livraria, etc.), para além da oferta cultural, e tem em vista a criação de outros (loja do cidadão (pequeno posto), farmácia, etc.), numa perspectiva de coesão social.

A actual expansão, nesta mesma direcção, prevista pelo Plano do Parque da Ciência e Inovação, que se encontra agora em estudo e fase de desenvolvimento, poderá constituir uma oportunidade essencial para definir novas estratégias e propostas que perspectivem uma articulação integrada entre os diferentes “campus” da Universidade, e com a realidade envolvente.



Diagrama
Síntese

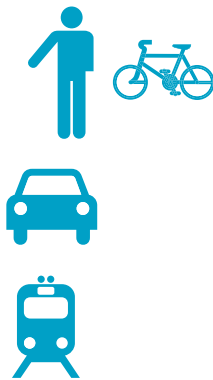


Eixos Estruturantes

Rua da Pêga
Via Panorâmica marginal da Ria

EN 109 | IP 5

Ligação Ferroviária Norte | Sul



Plano Director Municipal_1995

O regime jurídico do planeamento local teve início com o Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio, que instituiu a figura obrigatória de elaboração de um Plano Director Municipal (PDM). O PDM define as metas a alcançar pelo município nos domínios do desenvolvimento económico e social nas suas relações com o ordenamento do território. Na década de 90 foi publicado o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, e com a entrada em vigor deste decreto o governo impõe às Câmaras Municipais a obrigatoriedade de elaborarem os PDMs no prazo de um ano. Nesta perspectiva, ambiciona criar uma rede de cobertura de planeamento para todo o território nacional.

O Plano Director Municipal, aprovado em 1995, surge neste âmbito, como o primeiro plano que abrange todo o concelho de Aveiro, tendo por base os elementos chave da estratégia municipal. A elaboração do PDM, processo desenvolvido na CMA e tendo como consultor o Arq. Manuel Fernandes de Sá³⁵, constituiu um momento de reflexão sobre os problemas e potencialidades de desenvolvimento do concelho, abordando aspectos diversos como a rede viária, o saneamento básico, o ensino, a protecção de valores patrimoniais e ambientais, o desenvolvimento sócio-económico, etc. O facto de este documento ser elaborado internamente, dentro da estrutura então criada, nos serviços técnicos camarários, permitiu um processo de planeamento interactivo, em que os princípios estratégicos foram discutidos com as juntas de Freguesia, e com outros agentes públicos envolvidos, potenciando uma participação activa, traduzida também na fase de inquérito público. De facto, este PDM afasta-se dos modelos tradicionais modernistas, ao constituir um processo dinâmico de intervenção que pretendia, através de uma orientação estratégica, lidar com a “incerteza”.

O PDM pretende responder à urgência de criar condições de gestão do território e de promoção de um desenvolvimento equilibrado, pela consciência da necessidade de assegurar a continuidade do tecido urbano, nomeadamente na articulação entre a cidade consolidada e as suas áreas de expansão. Os objectivos³⁶ propostos pelo plano são:

- Repensar o perfil económico do concelho, através do esforço de fixação de unidades industriais com forte capacidade de inovação tecnológica e de utilização de mão-de-obra qualificada, e o reforço de Aveiro enquanto centro terciário especializado (desígnio intimamente relacionado com

³⁵ Assistente de Nuno Portas na Faculdade de Arquitectura do Porto.

³⁶ Objectivos expressos no relatório do Plano Director Municipal de 1995 da Câmara Municipal de Aveiro.

a Universidade pela formação de recursos humanos qualificados, bem como pela dimensão da investigação, dinâmica indispensável para o desenvolvimento da capacidade de inovação).

- Promover o desenvolvimento equilibrado através do ordenamento do território com base numa adequada dinâmica das actividades económicas e de urbanização, com a defesa do património natural e construído do concelho (desenvolvimento sustentável).

- Dotar Aveiro de uma imagem de centro urbano de qualidade destacando a imagem da Ria de Aveiro na definição da sua identidade e pela promoção de uma política de turismo adequada.

- Regular a ocupação do território, promover e orientar os investimentos, bem como as capacidades de negociação com a Administração Central.

A Universidade assume neste enquadramento um papel de destaque, já que o crescimento significativo desta instituição havia potenciado um desenvolvimento assinalável do concelho, nas duas décadas precedentes, bem como a dinâmica social da região de Aveiro. Para além da cooperação com a sociedade, na formação de recursos humanos e prestação de serviços, a Universidade assume-se como um dos principais actores no reforço do perfil industrial pretendido para a região, traduzido, por exemplo, pela iniciativa conjunta com a A.I.D.A. e com a Câmara Municipal de Aveiro, na perspectiva de criação de um Pólo Tecnológico, junto à zona industrial de Mamodeiro – no limite sul do concelho.

No âmbito da afirmação de Aveiro enquanto centro terciário são destacadas, pelo PDM, as actividades ligadas ao Porto de Aveiro, bem como a grande percentagem de empresas cujos níveis de especialização são superiores ao da cidade do Porto. Neste enquadramento a Universidade detém um papel essencial no estímulo, nomeadamente através da cooperação com o tecido empresarial, de iniciativas empresariais e comércio especializado ligados aos sectores das novas tecnologias, por exemplo. No sentido de reforçar o suporte à actividade empresarial, o PDM propõe o estudo e reorganização da ocupação ao longo da EN 109 (estrada variante), entre o nó norte e o nó sul. Pretende-se a alteração do seu perfil transversal de forma a potenciar a capacidade de fixação de actividades secundárias e terciárias, como sedes de empresas, comércio especializado, zonas de armazenagem, etc.

De facto, é clara no PDM a consciência da importância da articulação da Universidade com a realidade económica, social e cultural, na concretização de algumas estratégias de desenvolvimento para o concelho. No que respeita ao desenvolvimento industrial local e inovação tecnológica, por

exemplo, destacam-se os cursos de Engenharia Electrónica e o de Engenharia de Cerâmica e Vidro. Sob o ponto de vista da problemática do território lagunar da Ria de Aveiro, os cursos de Engenharia do Ambiente e de Planeamento detêm um papel essencial, nomeadamente na questão da despoluição, ordenamento do território e valorização do património natural de Aveiro. O tratamento e despoluição da Ria irá potenciar novas perspectivas, nomeadamente a dinâmica turística. A Ria de Aveiro destaca-se então, neste PDM, enquanto factor essencial na definição da identidade da região, evidenciando-se a vocação turística de Aveiro pelo seu valor paisagístico e ambiental, e compatibilizando o seu potencial ecológico com as actividades produtivas, entendidas como condição essencial ao seu equilíbrio. Neste âmbito destaca-se também a importância da participação do Município na Associação de Municípios da Ria (AMRia) para o desenvolvimento do Plano de Ordenamento do Salgado de Aveiro, bem como a perspectiva proposta de criação de um Museu da Ria, para o local da antiga Lota (perspectiva desenvolvida posteriormente no Plano de Pormenor da zona da Antiga Lota de Aveiro, com a coordenação do Arq. Nuno Portas).

Nas grandes opções deste PDM, a circulação e os transportes assumem um papel fundamental na estruturação do território. O plano pretende reorientar os fluxos locais, através de uma correcta hierarquização dos mesmos numa perspectiva de eficiência, bem como incentivar a função polarizadora da cidade. A transferência de fluxos permitiria *“reformular o perfil destas estradas, quer sob o ponto de vista morfológico quer no que se refere à sua utilização, conferindo-lhes um carácter de rua urbana”*³⁷ (conceito defendido também por N. Portas). A densificação da rede viária na perspectiva de circulação do automóvel entende-se como uma tendência a contrariar, em prol de uma lógica de convivência colectiva e de compatibilização de hábitos modais. Neste contexto destaca-se o objectivo de integrar a Rua da Pega – via panorâmica marginal da ria – no sistema viário da Universidade, bem como a redefinição do seu perfil e tratamento dos espaços exteriores, constituindo uma intervenção essencial na aproximação da Universidade ao centro urbano.

A transformação das estradas em ruas urbanas pretendia também facilitar a intervenção nos espaços públicos e potenciar a qualidade urbana das formas de ocupação. Pretende-se transformar os cruzamentos viários em largos e praças, promovendo uma imagem mais urbana. Propõe-se ainda, no seguimento do redesenho do perfil das estradas, o tratamento de alguns núcleos urbanos secundários, reforçando o nível de prestação de serviços.

³⁷ Relatório PDM 1995, Câmara Municipal de Aveiro.

Para além da optimização da rede viária, o plano refere o interesse em criar um centro coordenador de transportes, na perspectiva de desempenhar a função de interface de todos os operadores urbanos e inter-urbanos do concelho.

A importância da qualidade urbana é também entendida como fundamental nos desígnios do PDM, de que são resultado as intervenções já referidas de requalificação do espaço público. Esta importância está intimamente relacionada com a capacidade de atracção e fixação de quadros intermédios e superiores e desenvolvimento do sector terciário.

A consciência da transformação acelerada provocada pelas dinâmicas económicas e consequente desordenamento do território e perda de identidade dos espaços implica, contrariando o crescimento extensivo, modelos de intervenção numa perspectiva de regeneração urbana. Pretende-se então um modelo de transformação baseado numa nova estrutura que articule a cidade consolidada com as grandes unidades morfológicas existentes. Nesta perspectiva, aponta-se a necessidade de adaptação e articulação dos planos de pormenor existentes, numa estratégia concertada de qualificação urbana, (Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro - PUCA), *“por forma a assegurar a continuidade de tecidos e a integração formal e funcional entre as zonas novas e a cidade existente”*³⁸.

Neste âmbito são propostos eixos estruturantes que assumem as linhas de água como referência para o ordenamento do território, conceito já adoptado no Plano Director da Cidade de R. Auzelle, de 1964. Pretende-se um sistema urbano fundamentado na valorização das linhas de água, numa perspectiva de recuperação ambiental através da definição do que o PDM designa de “verde público estruturante”. Os cinco “dedos” verdes propostos, voltando a cidade para a Ria, ao potenciar os usos nas suas margens, constituem e definem a estratégia pretendida para a estruturação do território. Os eixos estruturantes são definidos pelo canal e lago do Paraíso | Esteiro de S. Pedro; eixo definido pela Universidade; linha de água que define a faixa verde constituída pelo Alboi | Baixa de Santo António | Parque D. Pedro V; eixo constituído pelo Canal Central | Canal do Cojo e seu prolongamento para nascente; eixo do Canal de S. Roque. (Esta imagem foi depois reconfigurada, pela redefinição dos eixos estruturantes, como vemos no Programa Polis).

O principal eixo proposto, servindo o interior do concelho, a partir do Canal Central e laguna do Cojo, e a optimização da ligação à estrada de Águeda (ligação do nó central da EN 109 ao nó do

³⁸ Relatório PDM 1995, Câmara Municipal de Aveiro.

IC1, e posteriormente à antiga EN 230), pretendia articular um conjunto de equipamentos estruturantes, potenciando a sua qualificação – Eixo Estruturante.

No que respeita ao eixo definido pelo Alboi | Baixa de Santo António | Parque D. Pedro V | Jardim de Santiago, reveste-se de particular importância na relação da cidade com a Universidade. De facto, este corredor verde estruturante, já desígnio fundamental do PIAS, destaca-se aqui pela criação do parque correspondente à Baixa de Santo António, e respectivo plano de pormenor que pretende reverter o efeito barreira criado pelo Bairro da Gulbenkian, de carácter introvertido. Este novo pulmão verde da cidade pretende, através da proposta de diversas tipologias de habitação, na relação que se estabelece com a Rua de Homem Cristo Filho, onde se integram programas e equipamentos de lazer, e potenciam os atravessamentos transversais, ao contrário do que acontece com o Bairro da Gulbenkian, estimulando ou promovendo a coesão social.

A consciência do desfasamento entre a capacidade de atracção de residentes, já confirmada em Aveiro (nomeadamente pela presença da Universidade) e a qualidade de oferta cultural e de lazer disponíveis, suscitaram um conjunto de propostas no plano. Estas intervenções remetem para a criação de pequenos equipamentos culturais no lugar central do Côjo, em consonância com a construção, já na altura iniciada pela CM, de um Centro Cultural e de Congressos, na antiga Fábrica Jerónimo Pereira de Campus. Além disso sugere a instalação de uma zona lúdica e cultural junto ao Porto Comercial, bem como na zona do Canal de S. Roque, com vista à recuperação dos antigos e remanescentes armazéns de sal e aprestos. A zona pedonal ao longo do Côjo previa ainda um importante equipamento comercial, repondo a proposta do Plano de Auzelle para o centro da cidade e do Arq. Fernando Távora, (correspondendo actualmente ao Fórum Aveiro) que enquanto instrumento de estruturação espacial e elemento dinamizador de novas actividades, permitiria aumentar a atractividade da região, e o carácter de centro terciário pretendido pelo PDM. Estas novas concepções de espaço comercial foram pensadas numa perspectiva de equilíbrio e interacções com os estabelecimentos de índole local, do comércio tradicional, acompanhando a mudança de hábitos do consumidor. De facto, o equipamento que viria a desenvolver-se como estrutura comercial na área do Côjo, adquiriu um carácter de rua urbana e de eixo de atravessamento pedonal, que poucos, ou mesmo nenhum outro complexo comercial conseguiu reproduzir no país até ao presente. Este carácter de rua urbana traduz-se também na perspectiva pretendida para a Universidade, defendida e explorada, mais ou menos em simultâneo por Nuno Portas – dentro do CEFA | FAUP. Ao substituir a

continuidade e uniformização volumétricas propostas pelo PGUA, pela continuidade de percursos agora pretendida, transporta-se o carácter de rua urbana para a estrutura universitária, pretendendo assumir-se uma continuidade com a estrutura de mobilidade da cidade. Este desígnio é reforçado na proposta da alameda central ao promover, em cada departamento, que a localização dos bares e cafés, bem como outros equipamentos de uso comum, como auditórios, se relacionem directamente com o espaço definido pela arcada, potenciando vivências múltiplas, numa perspectiva de grande amplitude temporal, conferindo um carácter urbano e intensificando as interações sociais, promovendo geografias vivas. Este desígnio, no entanto, não se traduz numa realidade permanente da vivência universitária, pois as praças e espaços comuns são geralmente habitados apenas durante o período diurno, correspondente ao decorrer da generalidade das acções pedagógicas e actividades académicas.

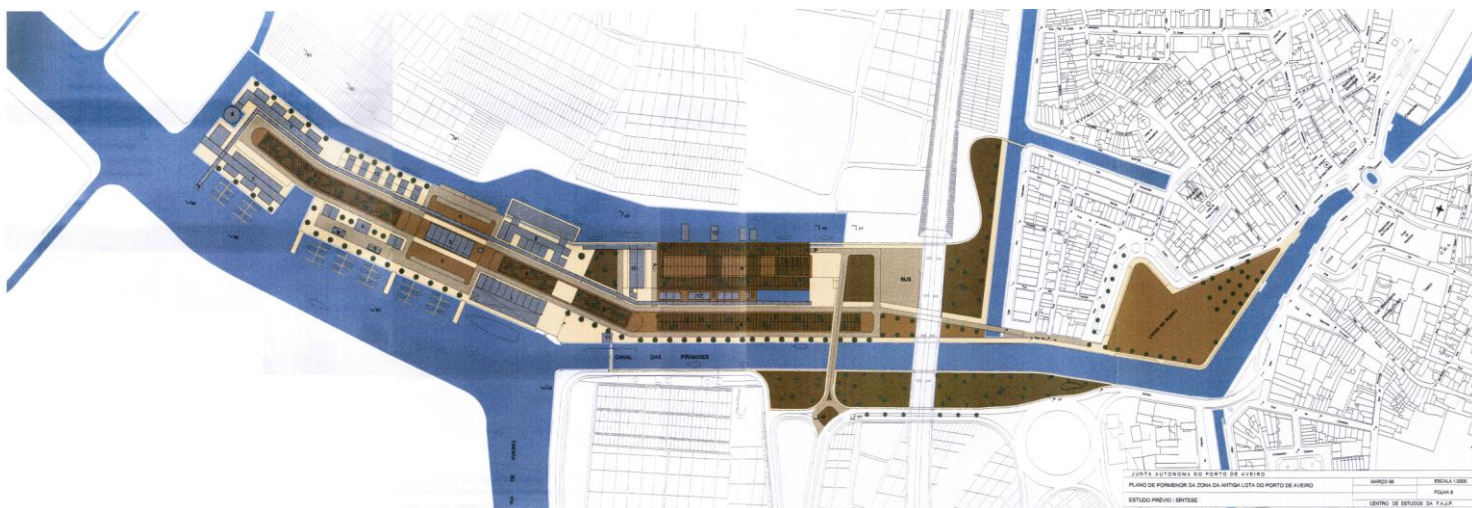
A perspectiva de animação cultural e recreativa da cidade assenta nos já referidos eixos estruturantes. O eixo que se desenvolve no prolongamento do Canal Central | Canal do Côjo | Lago da Fonte Nova, assume assim uma nova dinâmica pretendendo ligar, através de um percurso pedonal, o centro da cidade ao novo centro cívico-lúdico-cultural, reconvertendo uma antiga zona industrial, e garantindo a ligação à zona do corredor verde da Forca-Vouga que lhe dá continuidade (apesar da difícil barreira imposta pela ligação ferroviária Norte | Sul). O plano pretendia também, com este eixo estruturante, prolongando-o para nascente da variante à EN 109, estabelecer a ligação ao futuro Estádio do Beira-Mar.

No âmbito da problemática da oferta cultural é essencial fazer o enquadramento da dimensão turística. O PDM ressalta a importância da diversificação das condições de atracção turística enquanto factor fundamental para uma política turística sustentada. Para além das singularidades que a cidade detém, pela presença dos canais e paisagem do território lagunar, entre outras, entende-se necessário desenvolver novos conceitos de turismo, como o turismo cultural, de congressos e de negócios. Nesta perspectiva, os agentes locais, como a Universidade de Aveiro, entre outros de índole empresarial, desportiva, etc., assumem um papel chave no desenvolvimento e promoção de “eventos especiais” que permitam atrair públicos diversificados, reforçando Aveiro como centro polarizador.

De facto, o PDM permitiu definir um vasto leque de estratégias urbanas que se traduziram numa continuidade nos seguintes processos de planeamento, e influenciaram acções e iniciativas até

ao presente. Destaca-se a perspectiva de dominante urbana da rede de circulação, potenciando a qualificação da ocupação difusa emergente.

A amplitude temática abordada neste plano, integrando problemáticas da economia, dos recursos e do ambiente, bem como a estrutura viária, a centralidade e os serviços, resultaram em conceitos que têm vindo a concretizar-se em diversas oportunidades futuras. Os resultados destas políticas municipais traduziram-se, por exemplo, na reconfiguração da Rua da Pega, no Plano de Ordenamento do Salgado e no Museu da Ria, no Centro Coordenador de Transportes, e na requalificação do espaço público, potenciando a fixação de quadros médios e superiores.



percurso condicionado para veículos

BUS parque de estacionamento para autocarros

P acessos a parque de estacionamento automóvel coberto (370 veículos)

percurso pedonal pavimentado / bicicletas

alameda pedonal / jardins temáticos a - jardins do ar e do fogo; b - jardim da terra; c - jardim do vento; d - jardim da água

pérgola passadiço coberta

plataforma lúdica multiusos (anfiteatro ao ar livre; ringues desportivos; esplanadas)

equipamentos, serviços, comércio, restauração

1- estação fluvial; 2- eco-museu da ria; 3- clubes náuticos; 4- serviços de apoio à marina; 5- estação de serviço; 6- restaurante panorâmico;
7- fórum água-terra; 8- geode; 9- torre panorâmica; 10- centro de negócios/hotel; 11- controlo da comporta; 12- restaurantes/serviços/comércio

Fig.36 | Plano de Pormenor da Zona da Antiga Lota.

Plano de Pormenor da zona da Antiga Lota de Aveiro_1999

No caso de Aveiro, um estudo prévio realizado para a zona da antiga lota, de 1999, constitui um desígnio que viria a desenvolver-se posteriormente no âmbito do Programa Polis.

O Plano de Pormenor da zona da antiga lota de Aveiro surge de uma vontade liderada por três entidades promotoras: Porto de Aveiro, Câmara Municipal e Universidade, sendo, mais uma vez, o estudo elaborado pela equipa do Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura do Porto, coordenada pelo Arq. Nuno Portas (dez anos depois do estudo para o Plano de Santiago, da U.A.)

A área do plano localiza-se no limite noroeste do centro urbano de Aveiro, na extremidade do canal central, que se assume como eixo de entrada no centro da cidade. A plataforma da antiga lota, entretanto deslocada para o novo Porto de Pesca de Aveiro na Gafanha da Nazaré, constitui um espaço de carácter indefinido, pelo abandono da sua função inicial de interface entre a cidade e a exploração do meio aquático, constituindo um vazio urbano desenquadrado e marginal ao território em que se insere. Para isso, muito contribuiu a construção do IP5 (final da E80 onde convergem fluxos de toda a Europa), ao definir uma barreira entre a cidade consolidada e o território lagunar, ainda mais agravada, recentemente pela via-férrea de ligação ao Porto de Aveiro. A situação em que esta área se encontra torna urgente uma requalificação e reconversão funcional, que permita devolver este espaço marginalizado à cidade, e ao conjunto dos seus cidadãos.

O Plano de Pormenor para a zona da antiga Lota assumiu uma estratégia geral que se baseava na *“instalação de um conjunto de equipamentos ligados à cidade, às suas actividades e condições de visibilidade territorial, designadamente ligadas à formação e informação sobre o mundo aquático.”*³⁹

O programa defendido pelo plano aponta para um centro terciário, assumindo uma componente de equipamento colectivo estratégico para a cidade, estruturado pelos vários elementos de carácter público, como percursos, canais, espaços verdes, etc. A definição da infra-estrutura e dos espaços públicos permitem estabelecer condições atractivas para promover os investimentos privados que comportam o financiamento do plano. A perspectiva é que, com o desenvolvimento de parcerias público – privadas, aí se instalem um conjunto de estruturas que fomentem o recreio, a formação e a informação, e que, em simultâneo, se permita uma fruição digna do espaço.

³⁹ Plano de Pormenor da zona da Antiga Lota, 1999, p. 3.

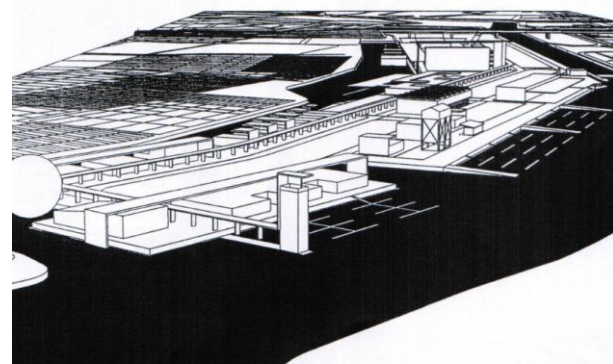
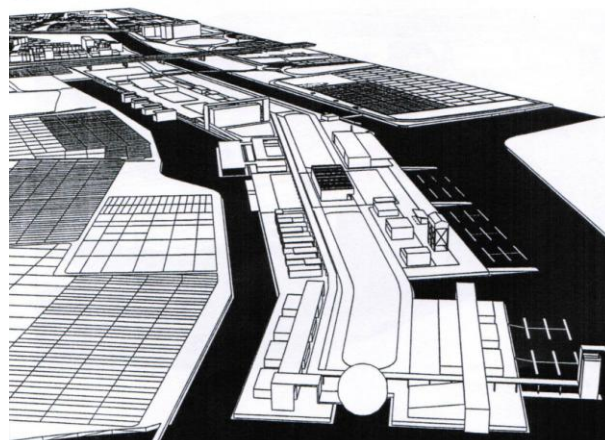
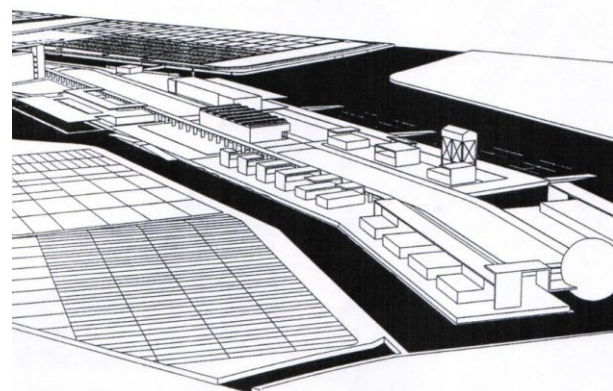
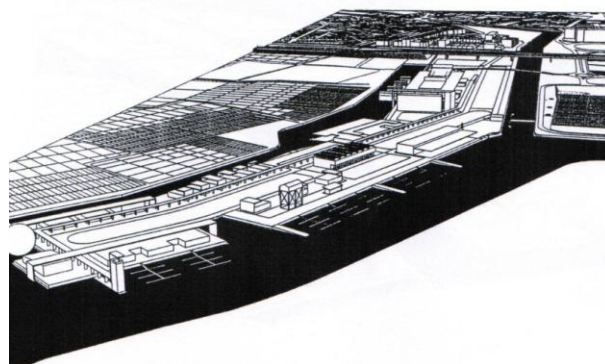
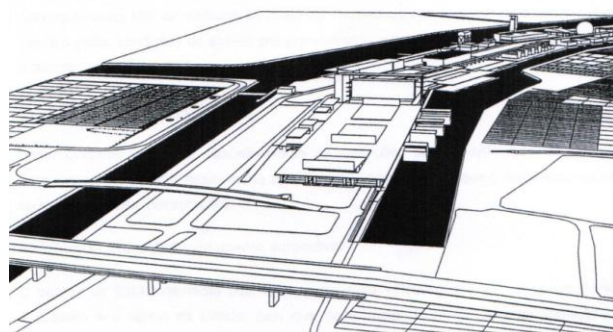
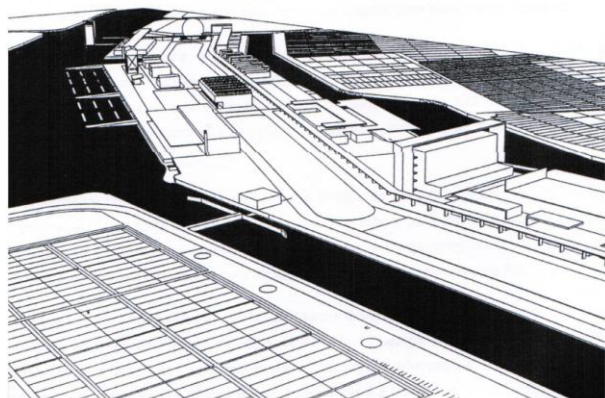
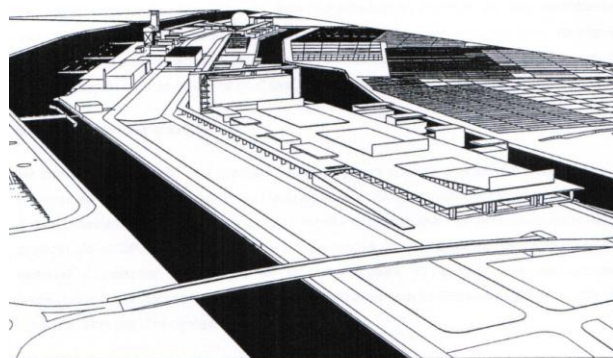
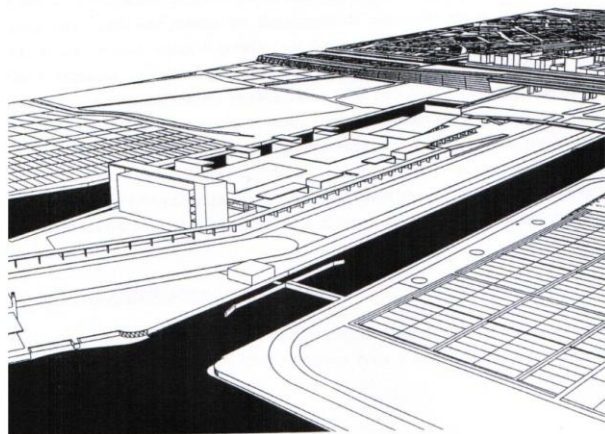


Fig.37 | Plano de Pormenor da Zona da Antiga Lota de Aveiro: Perspectivas.

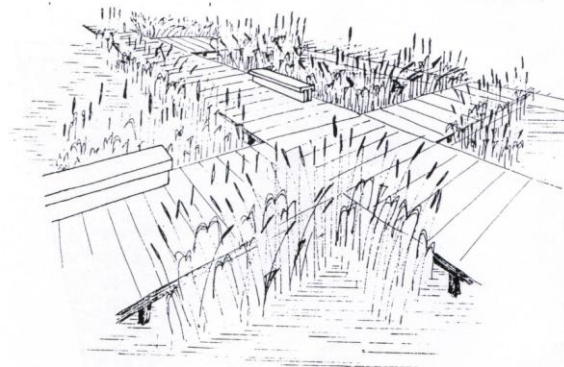
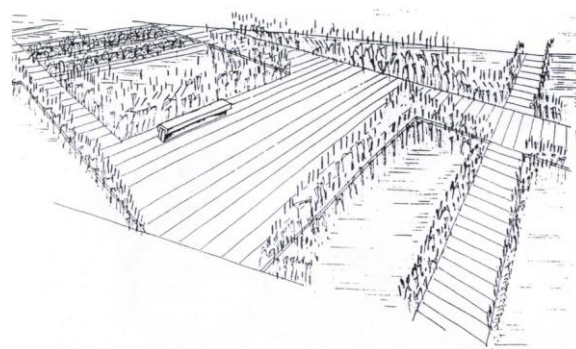
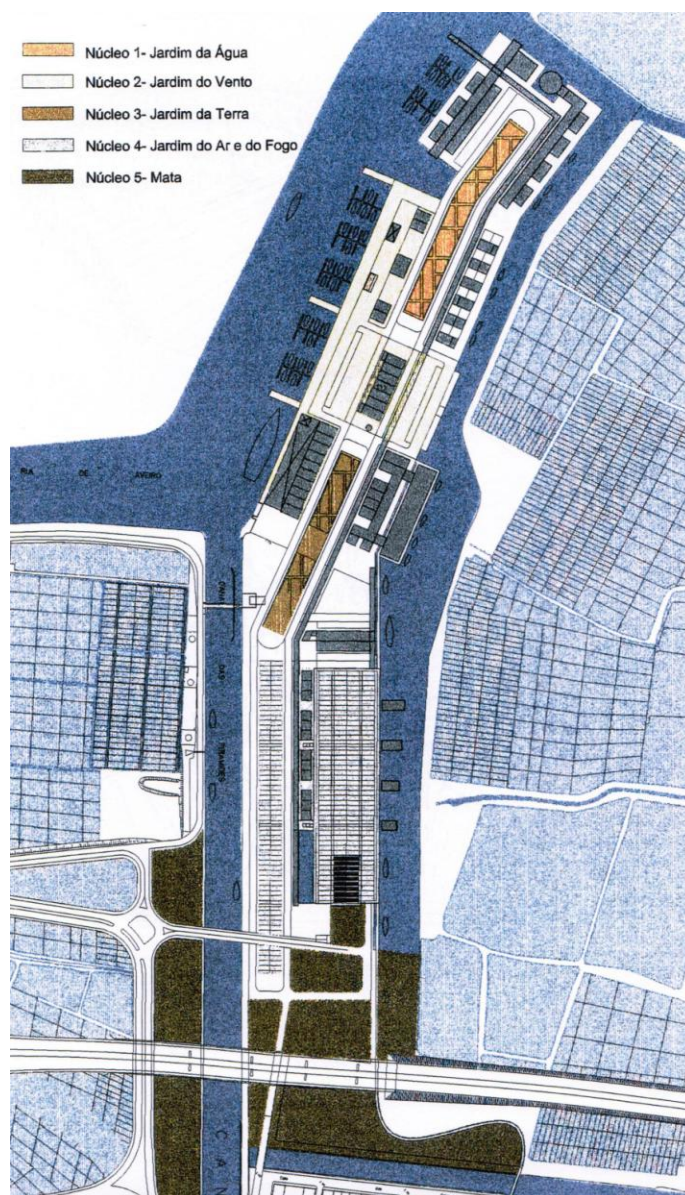
O Passeio da Ria é o mote que sustenta a base do plano que pretende uma intervenção que estabeleça diferentes formas de viver a relação da cidade com a ria. As intervenções propostas apontam para uma adequada inserção no ecossistema natural, num processo de valorização mútua entre edificado e território lagunar, com base num conceito que o plano refere como uma espécie experimental de “eco – urbanismo”.

A proposta defendida no plano pretende ainda dar continuidade a uma rede ou corredor verde definida pelo Campus Universitário – R. de Águeda – Parque e Estádio – Largo Conselheiro Queirós – Largo do Rossio. Este corredor de espaços verdes, que o PP da Lota contempla, estabelece um interessante desafio que poderia integrar o actual Plano do Parque da Sustentabilidade que, para além de requalificar a faixa verde já consolidada, do conjunto Parque Infante D. Pedro e Baixa de S. António, poderia promover uma noção de continuidade estruturada por uma rede de espaços verdes que percorrem a Cidade e que constituem elementos essenciais à qualidade de vida dos seus habitantes.

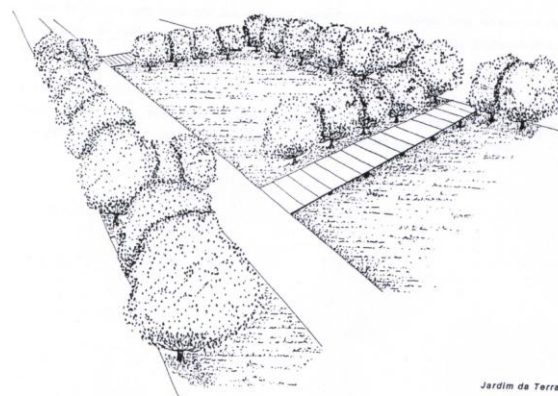
Da análise do plano é possível perceber uma estratégia assente em premissas ecológicas e paisagísticas que potenciam um desenvolvimento sustentável da região, tanto pelo modo como se constroem no território, como pela componente de formação cívica e social, que pretendem fomentar a compreensão e preservação do ecossistema natural em que a cidade se insere. O Eco – museu, e o Fórum Água e Terra, assumem assim um papel de destaque na componente pedagógica que o programa integra, articulados com a componente lúdica prevista.

O Pólo de Ciência e Tecnologia | Fórum Água – Terra, é a unidade operativa que assume maior relevância nesta análise, por constituir o programa em que a Universidade de Aveiro se enquadra nesta equação. De facto, esta ocasião surge como mais uma oportunidade para a Universidade se projectar sobre o território lagunar, desígnio já em vários momentos perceptível desde a sua implantação original, bem como uma oportunidade para se aproximar da cidade, e ainda, um importante desafio de fazer regeneração urbana de uma área que se oferece como reduto de obsolescência industrial. Exercício que teria sido oportuno e avançado, mas que agora perde alguma visibilidade sendo hoje prática comum. No virar do milénio, a U.A. estava mais uma vez mais à frente, pela mão do Arq. Nuno Portas.

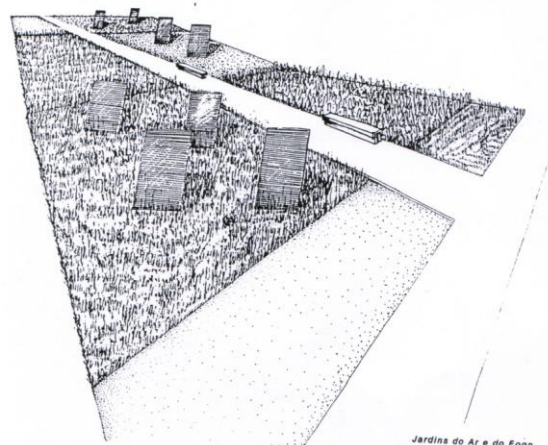
O Pólo proposto divide-se em dois blocos, um de formação e outro relativo à divulgação, destinando-se o primeiro a integrar laboratórios e espaços de aprendizagem interactiva, assim como



Jardim da Água



Jardim da Terra



Jardim do Ar e do Fogo

Fig.37|Plano de Pormenor da Zona da Antiga Lota de Aveiro. Jardins temáticos. Plano e perspectivas.

outros espaços relativos ao ensino, enquanto que o segundo pretende integrar uma área expositiva e as áreas técnicas e administrativas.

Embora seja prevista uma articulação entre os dois blocos, o de divulgação, prevendo a instalação de uma Geode, assume um papel de destaque no conjunto do fórum e na relação com o eixo do Passeio da Ria, assim como com a paisagem lagunar envolvente.

Pela localização que adopta, de remate no lado Norte da área | plano, o Fórum Água | Terra constitui um final do percurso previsto do Passeio da Ria, assumindo o papel de destaque e de íntima relação com o território lagunar desejado pela universidade.

A cidade construída sobre a água continua a caracterizar o território da região de Aveiro, permitindo este plano contribuir para a noção de identidade com base na interface água – terra. O papel da Universidade destaca-se aqui, mais uma vez, pelo desígnio de estabelecer uma intrínseca relação com o território lagunar que, já no Programa Polis, seguirá numa outra direcção decorrente, de entre várias razões, de uma mutação da visão e das perspectivas de desenvolvimento futuro da UA resultantes de uma mudança administrativa da instituição.

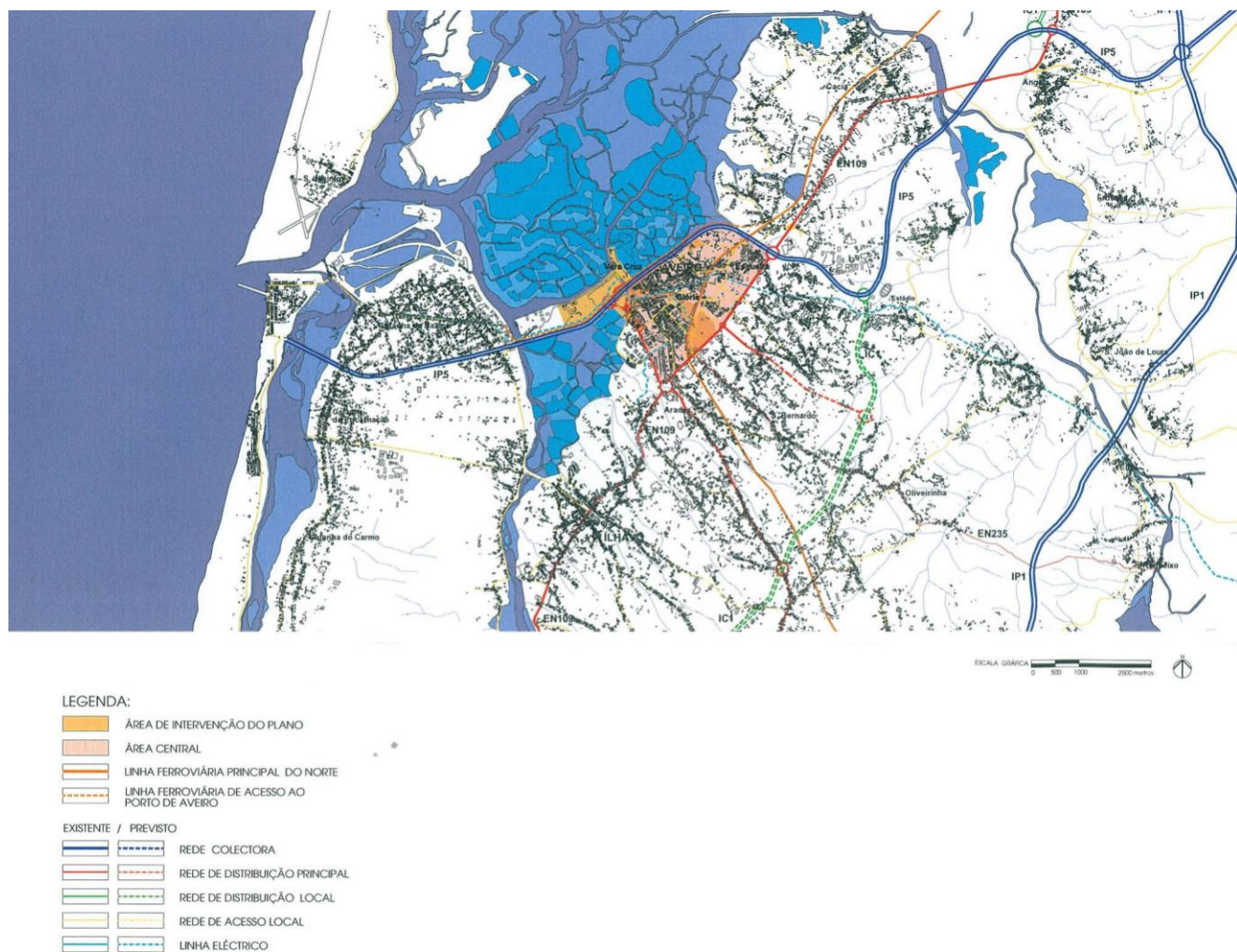


Fig.38 | Plano de Urbanização do Programa Polis de Aveiro, 2004.



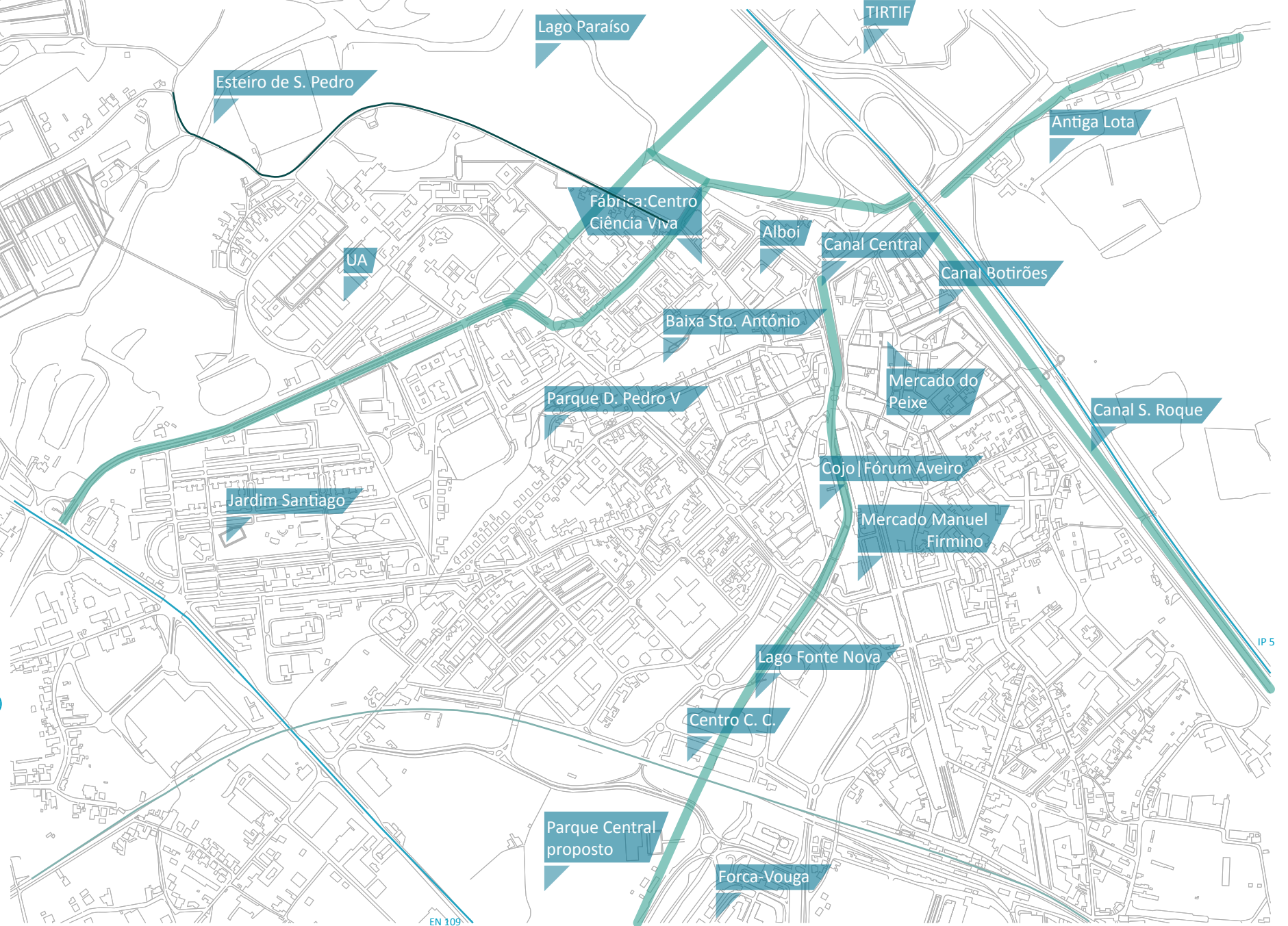
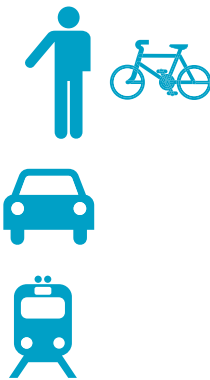


Eixos Estruturantes

Rua da Pêga

EN 109 | IP 5

Ligação Ferroviária Norte | Sul



Plano do Programa Polis de Aveiro_2003

O Programa Polis de Aveiro surge num contexto em que se pretende apostar em melhorar a qualidade de vida nas cidades, potenciando a atractividade e competitividade dos pólos urbanos, numa perspectiva que abrange as dimensões urbanística e ambiental. Iniciativa do Ministério do Ambiente, define-se como um instrumento específico de transformação do território, assumindo uma vocação ambiental de base. Assenta num processo de planeamento que prevê a transformação de um Plano Estratégico em Planos de Pormenor que traduzem a estrutura e visão propostas para o território.

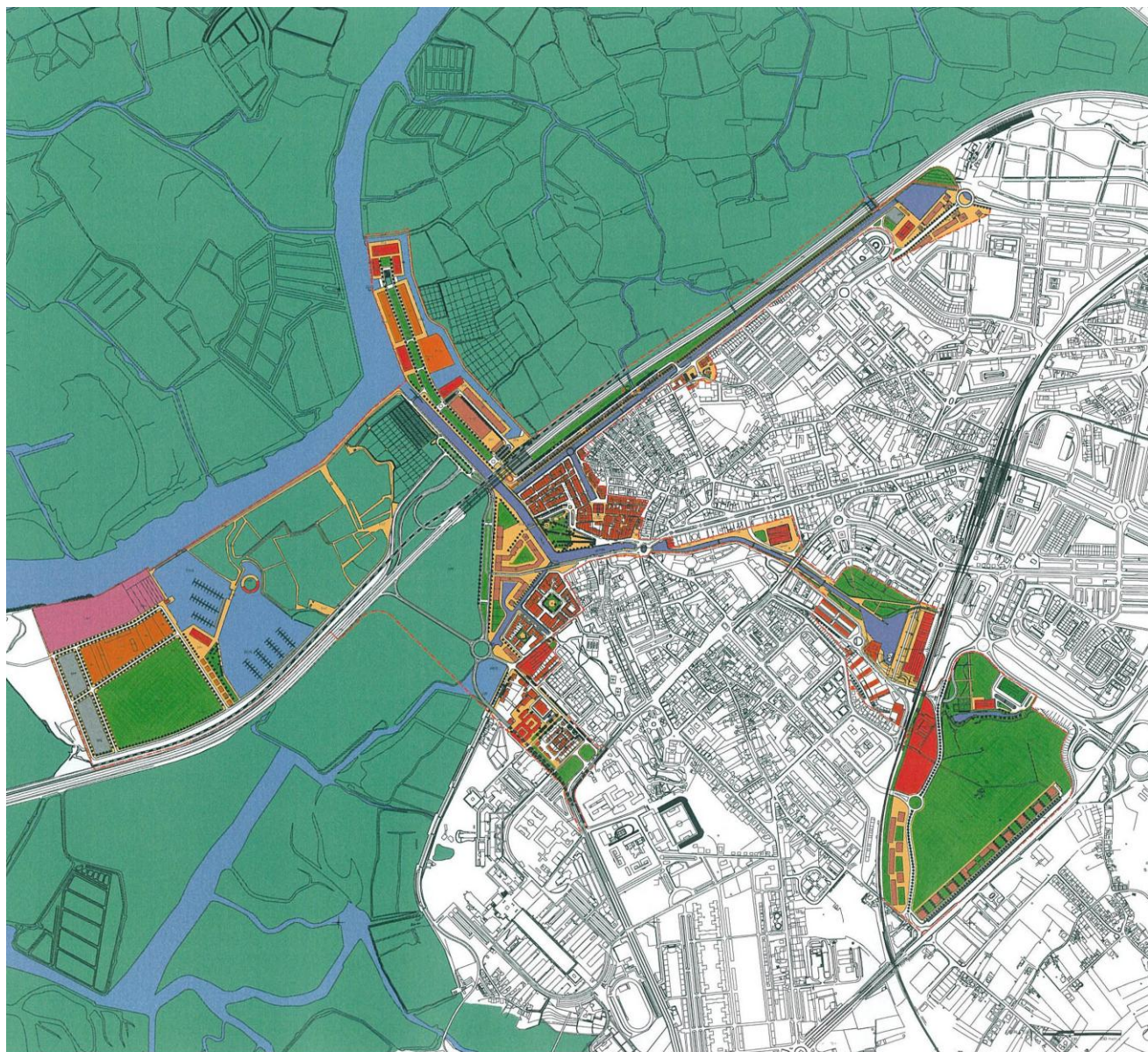
Aveiro dispõe de um plano estratégico desde 1997, em revisão em 2009|2010.

No caso do Programa Polis de Aveiro, foi sugerido o desenvolvimento de um Plano de Urbanização, na perspectiva de definir termos de referência de acção estruturante. Propunha-se uma intervenção integrada e global que abrangesse as várias determinantes e condicionantes do crescimento da cidade, definindo novas tendências e percursos de desenvolvimento, pretendendo-se formalizar um exemplo a seguir. Aposta-se numa lógica urbana que permita resolver as tensões que compõem o tecido urbano retalhado pela instrumentalização parcelar e segmentada do planeamento dito tradicional.

O Plano de Urbanização do Programa Polis de Aveiro recupera, parcialmente, uma iniciativa anterior para a área da antiga Lota, abandonada pela deslocalização da função portuária, e desenvolvida numa parceria entre a Câmara Municipal de Aveiro, Administração do Porto de Aveiro e Universidade, constituindo-se esta primeiro como projecto embrionário que então, já nessa fase, fora desenvolvido pelo Centro de Estudos da FAUP – com diversos estudos e trabalhos centrados em Aveiro, e orientados por Nuno Portas.

Assumem-se os desígnios já manifestos no Plano de Pormenor da zona da antiga Lota de Aveiro, de 1999, tomando por princípio básico a relação de Aveiro com a sua ria, agora no âmbito de uma parceria entre o Governo e a CMA. A coordenação do plano mantém-se a cargo do Arq. Nuno Portas, que detém um conhecimento pormenorizado da cidade, acompanhando o seu desenvolvimento desde a década de 80, nomeadamente, envolvido na elaboração da revisão do Plano da UA.

No PU do Programa Polis, assumem-se os sistemas urbanos territoriais como elementos estratégicos de desenvolvimento, com vista à reconstrução e requalificação urbanas, bem como a



- LEGENDA:
- ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO
 - ÁREAS DE EDIFICAÇÃO
 - PARCELAR EXISTENTE
 - AM1 ÁREAS MISTAS - HABITAÇÃO (A CONDENSAR E DESPILAR)
 - ACS - ÁREAS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
 - ÁREAS DE EQUIPAMENTOS
 - ÁREAS DESTINADAS A ACTIVIDADES TÍPICAS: HOTEL / CENTRO DE CONVENÇÕES
 - ÁREAS MISTAS DE COMÉRCIO, SERVIÇO, INDUSTRIAL E EQUIPAMENTOS-ESTÁGIOS NAUTAS
 - ÁREAS VERDES
 - VERDE DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO
 - VERDE DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA-PARQUE URBANO
 - VERDE DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA-JARDIM
 - VERDE DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA-PARQUE TEMÁTICO
 - ÁREA NATURAL-RECURSOS HÍDRICOS (ÁGUA)
 - MANINHAS
 - ÁREA NAVEGÁVEL
 - ÁREA NAVEGÁVEL INTERIOR AO SISTEMA DE DE COMPOSIÇÃO (CANAL URBANO)
 - VIAS PÚBLICAS E ESPAÇOS CANAIS
 - IP5-ITENÁRIO PRINCIPAL (AVEIRO-VILAR FORMOSO)
 - LINHA FERROVIÁRIA PRINCIPAL DO NORTE
 - LINHA FERROVIÁRIA DE ACESSO AO PORTO DE AVEIRO
 - ESTRUTURA VIÁRIA-AUTOMÓVEL
 - ESTACIONAMENTO
 - LINHA DO ELÉCTRICO
 - CICLOVIA
 - PEDONAL (OUTRAS CIRCULAÇÕES CONDICIONADAS)
 - POSTO ABASTECIMENTO A RELOCALIZAR

Fig.39| Plano de Urbanização do Programa Polis de Aveiro, 2004.

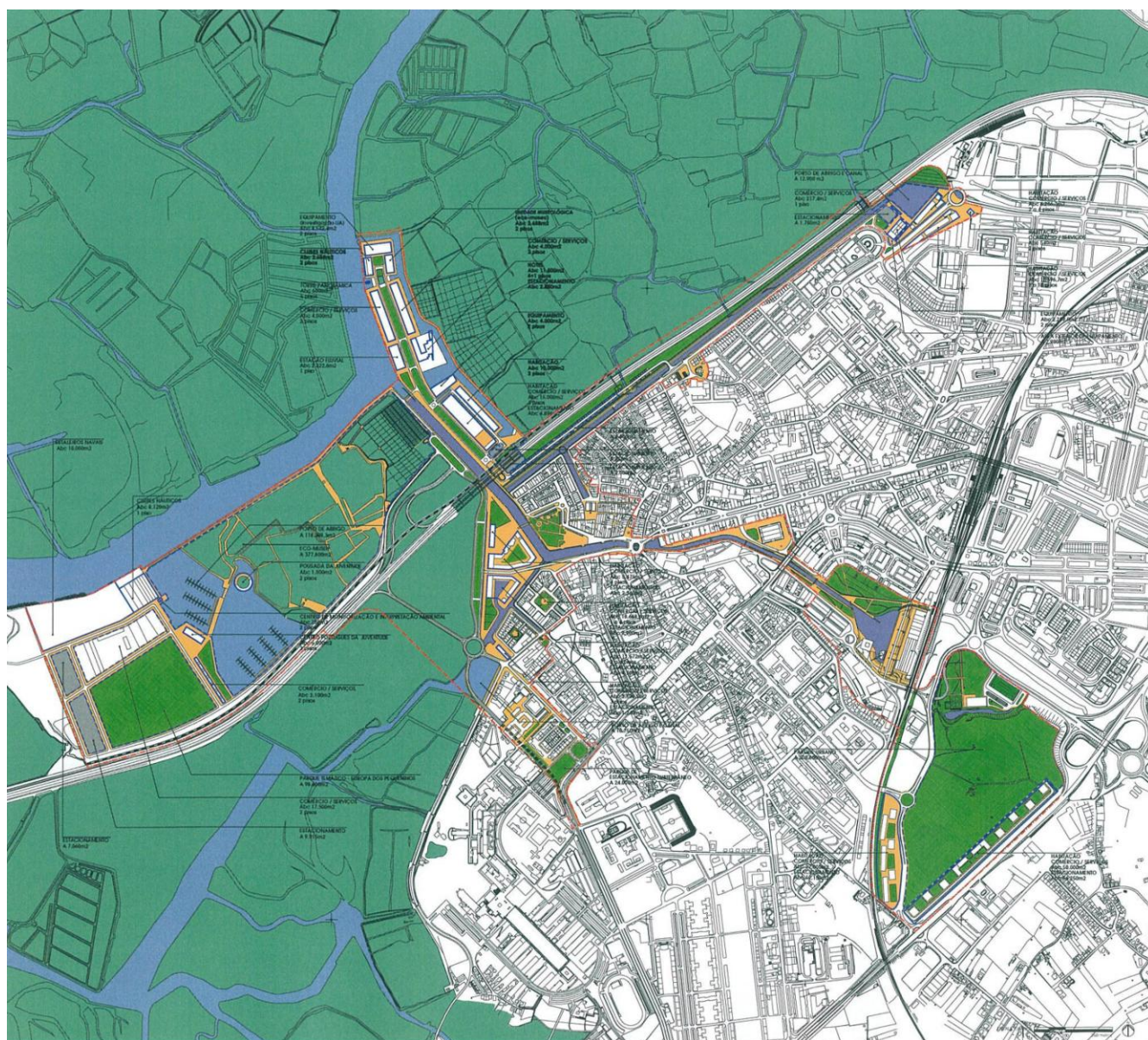
qualificação ambiental, e ainda, a valorização de factores geradores de uma nova identidade para a cidade, recuperando as especificidades que a caracterizam e tornam singular. De facto, o processo de planeamento do Programa Polis contou com o desenvolvimento de um Estudo de Incidência Ambiental contemplando a vertente patrimonial, realizado pelo Instituto do Ambiente e Desenvolvimento da UA, o que constitui um valor acrescentado na concepção da intervenção e permite reforçar a componente de valorização ambiental, nomeadamente, a de requalificação e preservação do património natural e da paisagem da Ria de Aveiro.

A área de intervenção do Plano do Programa Polis na cidade de Aveiro, de cerca de 186,5ha, propõe uma importante operação de requalificação urbana e ambiental que se concentra nas frentes de água, nomeadamente na estrutura definida pelos canais, que penetram o tecido urbano e constituem uma singularidade ambiental e paisagística, numa perspectiva de qualificar o espaço público. A intervenção abrange as áreas urbanas da zona da Antiga Lota do Porto de Aveiro, a área delimitada pelo Canal Central, Canal das Pirâmides, IP5 e “TIRTIF”, a área envolvente ao canal de S. Roque, Canal dos Botirões e Mercado do Peixe, bem como as áreas envolventes aos Canais do Cojo, e do Lago da Fonte Nova e Mercado Manuel Firmino.

O processo de planeamento da cidade com base no entendimento da Ria de Aveiro e os seus canais, como elementos singulares e estruturantes urbanos que orientam e condicionam a morfologia da cidade, era já perceptível no Plano Director da Cidade, de 1964, enquanto matriz de carácter programático e de mobilidade, bem como no PDM de 1995, em que se assume como eixo estruturante a linha de água definida pelo Canal Central | Canal do Cojo | Canal da Fonte Nova, e o seu futuro prolongamento para nascente.

No Programa Polis de Aveiro, é assumida uma nova dimensão, em que os canais da ria se apresentam como um sistema de espaços públicos capaz de estruturar as transformações futuras da cidade. Remete-se para uma política urbana com base no rigoroso desenho do sistema de espaços públicos colectivos, e da mobilidade enquanto estratégia e instrumento de regulação, que eram elementos conhecidos e traduzidos, já então, na revisão do plano do Campus sul de Santiago, pelo Arq. Nuno Portas.

As propostas de reformulação e construção do espaço público assumem-se como uma estratégia de intervenção, sobre a qual assenta a ideia de criar uma condição essencial para atrair projectos e investimentos, públicos ou privados, que valorizem as áreas renovadas, promovendo um



LEGENDA:

- ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO
- ÁREA DE EDIFICAÇÃO
- ÁREA EXTERIOR AO PROGRAMA ESPECÍFICO
- ÁREA VERDE
- OUTROS ESPAÇOS DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA

- MARINHAS
- ÁREA NAVEGÁVEL
- ÁREA NAVEGÁVEL INTERIOR AO SISTEMA DE COMPORTAS (CANAIS URBANOS)

Fig.40| Plano de Urbanização do Programa Polis de Aveiro, 2004.

desenvolvimento integrado e sustentável de toda a cidade, com forte incidência na sua zona central e mais consolidada. A par destas propostas, o plano prevê um conjunto de acções que conduzem à requalificação e implementação de novos equipamentos colectivos, que se articulam com a referida rede | estrutura de espaços públicos. Exemplos disso são a requalificação do Mercado do Peixe e do Mercado Manuel Firmino, justificadas pela relação intrínseca que estabelecem, respectivamente, com o Canal dos Botirões e o Canal do Côjo, pretendendo-se que estas intervenções pontuais constituam âncoras para outros investimentos e promovam a dinamização cultural.

Assumindo como objectivo fundamental a reabilitação da relação da cidade com a ria, as intervenções na cidade de Aveiro enquadram-se nos desígnios característicos do Programa Polis das “Cidades Verdes” e “Cidades do Conhecimento e do Entretenimento”. Além disso, articulando-se ainda com as propostas e conceitos das “Cidades Digitais” e das “Cidades Intergeracionais”.

No âmbito dos parâmetros que definem as “Cidades Verdes”, enquadram-se as acções previstas para a zona de intervenção a norte do IP5 e na área envolvente ao canal de S. Roque, que compreendem a definição de estruturas de mobilidade, com vista à circulação pedonal e ciclável, e sua optimização na relação com a cidade e com a ria de Aveiro, bem como o ordenamento do estacionamento automóvel. A título de exemplo, no âmbito destas intervenções propunha-se um passeio pedonal | ciclovia que pretendia dar continuidade ao existente na Rua da Pêga, fazendo a ligação ao novo percurso, do canal de S. Roque, através da nova Alameda Marginal e, no seu prolongamento, pela ponte pedonal proposta para ligação ao Jardim do Rossio. O novo eixo de ligação, definido pelo referido percurso, constituía uma oportunidade de ligar a Universidade ao centro urbano, promovendo novas relações de proximidade.

Para além das questões de mobilidade, os desígnios das “Cidades Verdes” promovem a requalificação das zonas verdes, na perspectiva da sua fruição pública. Este conceito é reforçado pela proposta de um novo Parque Central da cidade de Aveiro, como complemento e com uma relação integrada com os espaços verdes existentes no centro urbano (Parque Infante D. Pedro, Baixa de Santo António, etc.) numa perspectiva de definir uma estrutura verde coerente. O Parque Central, previsto a nascente da linha de caminho de ferro e na continuidade do “novo” eixo central da cidade, constitui uma oportunidade de ligar a “Cidade Compacta” à “Cidade Nascente”, e inverter o seu carácter disperso e periférico, permitindo integrar e promover o ordenamento de um conjunto de equipamentos, como é o caso do Pavilhão de Exposições e Recinto de Feiras, entre outros. Estes



LEGENDA:

	ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO
	NÚCLEO CENTRAL
	CAMPUS UNIVERSITÁRIO
	ESCOLAS
	PARQUE URBANO
	HOSPITAL
	INTERFACE INTERMODAL
	LINHA FERROVIÁRIA PRINCIPAL DO NORTE
	LINHA FERROVIÁRIA DE ACESSO AO PORTO DE AVEIRO

EXISTENTE / PREVISTO

		REDE COLECTORA
		REDE DE DISTRIBUIÇÃO PRINCIPAL
		REDE DE DISTRIBUIÇÃO LOCAL
		REDE DE ACESSO LOCAL
		LINHA DE ELÉCTRICO

Fig.41| Plano de Urbanização do Programa Polis de Aveiro, 2004.

equipamentos, que assumem uma implantação pontuada e dispersa, tornam urgente a necessidade de um desenho integrado e de uma estratégia global, definindo-se eixos de continuidade e de relação que permitam consolidar o aglomerado urbano. Neste contexto, entende-se também necessário reflectir sobre o perfil da EN109, e o modo como esta pode ser “absorvida” e integrada no sistema viário urbano.

O conceito de “Cidades do Conhecimento e do Entretenimento” articula-se com os percursos pedonais e ciclovias, que fomentam a observação e a interpretação ambiental. Neste sentido, é proposto um programa com base num centro educativo | ambiental, que se traduz na criação do Eco-Museu da Marinha da Troncalhada e do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, para a zona do antigo “TIRTIF”, em área REN, a noroeste da cidade. Neste enquadramento é possível também considerar, como exemplo, o Pólo de Ciência e Tecnologia | Fórum Água – Terra, previsto para a zona da Antiga Lota de Aveiro, que se mantém como desígnio programático do Programa Polis, e vocação expressa da própria Universidade.

No que respeita às “Cidades Intergeracionais”, tudo converge no conceito base preconizado pela requalificação de espaços públicos e a regeneração e preservação do património edificado, de carácter singular, em contexto urbano. As propostas do Programa Polis da Cidade de Aveiro, neste âmbito, intervêm na área envolvente ao Canal do Cojo e Canal da Fonte Nova, pretendendo-se tornar esta zona mais apelativa à fixação e usufruto pelas novas gerações, nomeadamente da comunidade universitária, que assume um papel essencial na dinamização da cidade e do seu centro urbano. Esta intervenção permitiu ainda estabelecer um novo eixo de ligação, ainda que insuficiente, entre a Estação Ferroviária e a Universidade, definindo novos percursos, bem como alternativas dinâmicas urbanas.

A operação de valorização de um dos principais eixos de desenvolvimento da zona central da cidade apoiava-se numa anterior operação de requalificação, iniciada pela CMA, através da construção do Lago da Fonte Nova, e a reconversão da antiga fábrica Jerónimo Pereira de Campos em Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, e ainda pelo arranque do Centro de Feiras e Exposições. A requalificação desta faixa, que o Canal Central | Canal do Côjo | Canal e Lago da Fonte Nova definem, permite estabelecer um novo eixo urbano predominantemente pedonal, e um centro cívico, em que se destaca a criação do já referido parque da cidade, assumindo o carácter de Parque Central,

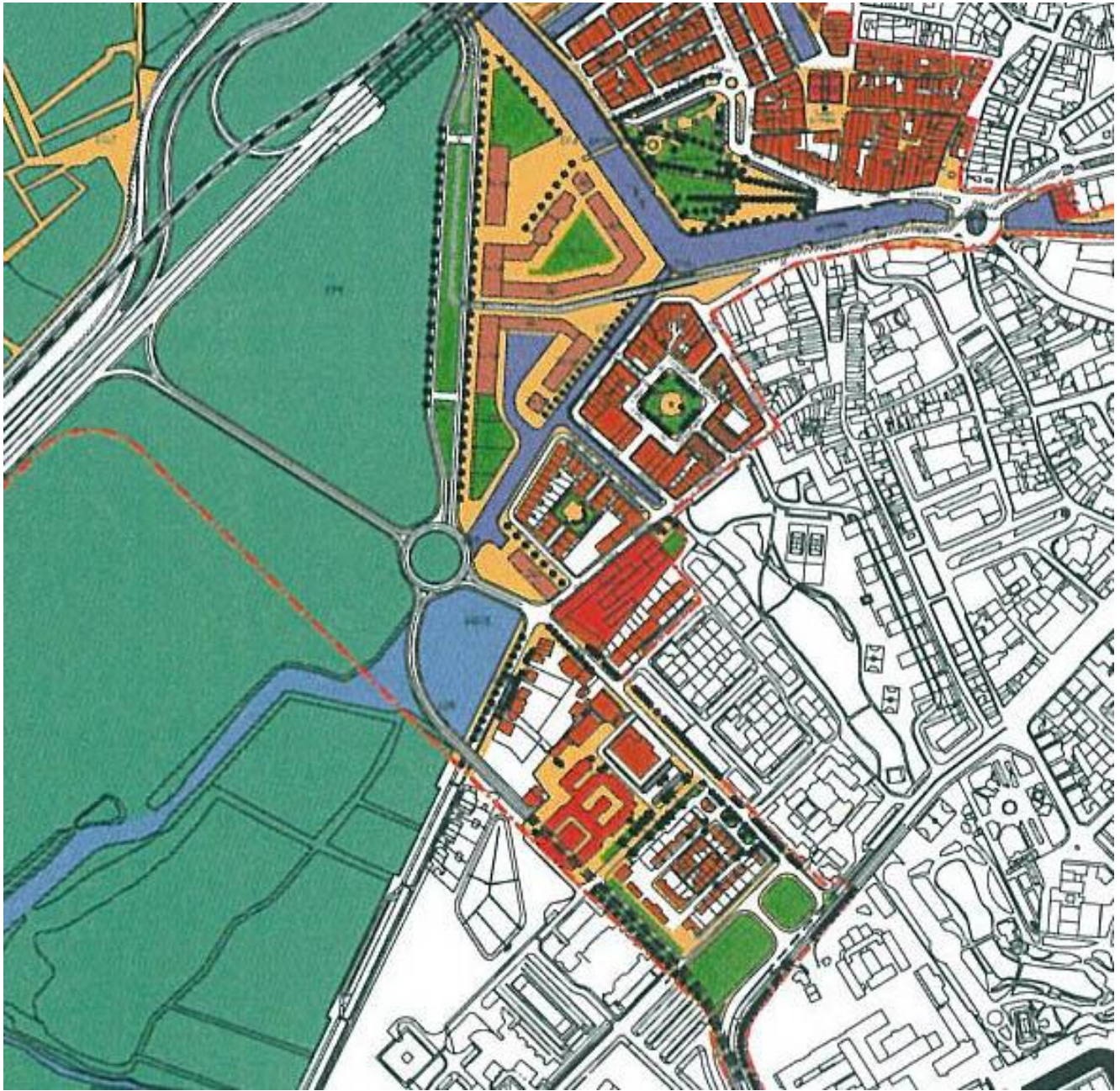


Fig.42| Plano de Urbanização do Programa Polis de Aveiro, 2004.

justificado pela expansão urbana para nascente, e promovendo no seu cerne uma área de descompressão para toda a cidade.

Ainda a destacar, no contexto dos desígnios das “Cidades Intergeracionais”, são os vários equipamentos, de programa lúdico | cultural e recreativo, a implementar na zona da Antiga Lota e do “TIRTIF”, que incluem um parque temático, uma pousada da juventude e uma praça multiusos, entre outros, numa perspectiva de uso de solo multifuncional, como espaço privilegiado de partilha e interação social.

No que respeita ao enquadramento da Universidade, no contexto das intervenções do Programa Polis de Aveiro, mantém-se o desígnio anterior expresso no âmbito do Plano de Pormenor da Zona da Antiga Lota de Aveiro, de aí implantar um pólo de investigação e divulgação científica. No entanto, a perspectiva posterior de recuperação do antigo complexo de edifícios da Fábrica Aveirense de Moagens, adquirida em 2001 pela UA, possibilita a criação de um novo centro de interface e divulgação científica, que acaba por se concretizar com a fundação da Fábrica Centro Ciência Viva, em 2004. Este projecto, assume a continuidade da ideia e propósito implícitos no plano para a antiga Lota de Aveiro, embora com uma mudança de paradigma. Promove-se a reabilitação de uma unidade fabril desactivada, que se encontra inserida no centro urbano, potenciando novos usos e novas dinâmicas numa área de interface entre a Universidade e o Centro Histórico. Acaba assim por esmorecer o desígnio de fazer cidade nova, revitalizando um “vazio urbano” resultante da obsolescência industrial, dando lugar a uma intervenção, de carácter mais inovador, traduzida na reabilitação e reconversão programática no próprio centro urbano.

A requalificação da frente urbana da área ao longo do Canal Central e a reconfiguração da zona de entrada nascente da cidade, e ligação ao IP5, assume uma importância crucial enquanto nó de amarração das diferentes áreas de intervenção, constituindo o local de convergência dos vários eixos de requalificação urbana e valorização ambiental que integram o Plano de Urbanização do Programa Polis.

Relativamente à nova via proposta, de ligação ao IP5, perpendicular à Rua da Pega, surgem algumas desconformidades entre os desígnios do Programa Polis e os da Universidade. A intervenção proposta pretendia resolver o problema do nó de entrada na cidade e de ligação ao IP5, estruturado segundo uma lógica de mobilidade rodoviária, que não contempla a circulação pedonal e ciclável. A estruturação do território em função da lógica do automóvel introduz uma fragmentação e efeito



Fig.43| Plano de Urbanização do Programa Polis de Aveiro, 2004.

barreira que se deve, em grande parte, ao carácter monofuncional de circulação que preconiza. Considera-se essencial definir uma estrutura de mobilidade integrada e adequada ao contexto urbano, desígnio que o Programa Polis procura desenvolver em Aveiro. Pretendia-se “transformar estradas em ruas⁴⁰”.

Uma das acções consistia também em promover a Ria como um meio de transporte alternativo na cidade, libertando e despoluindo a superfície do plano de água e potenciando as condições de navegabilidade. As intervenções propostas, para a zona de entrada da cidade permitiam estabelecer, para além da circulação pedonal e ciclável, um percurso “navegável” entre a Universidade e o centro urbano, promovendo novos hábitos modais com vista a uma maior mobilidade, e intermodalidades fáceis e sustentáveis.

A solução proposta assume um redesenho da área de entrada na cidade, pretendendo-se reorganizar o sistema de circulação urbana e o estacionamento local, tendo por objectivo minimizar o congestionamento de tráfego provocado pelo atravessamento na ligação entre o IP5 e a EN109. O Plano de Urbanização do Programa Polis prevê que a passagem se processe através de dois túneis (um de ligação entre a nova Alameda da Marginal e a Avenida da Universidade, e outro entre a Avenida Artur Ravara e a Avenida da Universidade), reduzindo os eventuais conflitos de trânsito à superfície.

O Estudo de Incidências Ambientais do Programa Polis Aveiro traduz preocupações que remetem para os níveis de ruído associados ao tráfego, considerando que o facto desta via ser feita em túnel poderá minimizar alguns desses efeitos, embora se refira que o inverso se poderá processar na zona das embocaduras. Neste estudo refere-se também que o *“funcionamento da Universidade e respectivas ligações internas ao Campus serão salvaguardados uma vez que o atravessamento do Campus será feito em túnel. No entanto, esta ligação permite apenas a ligação com a Av. Da Universidade (e não ao centro da cidade). A reformulação da rotunda do Hospital prevê ainda um outro túnel de ligação entre a Av. Artur Ravara e a Av. Da Universidade. Estes túneis permitem uma circulação à superfície mais local. Por outro lado, estes túneis irão fragmentar ainda mais a Av. Artur*

⁴⁰ Nuno Portas: Prémio Sir Patrick Abercrombie, 2006. p. 14.

Ravara e a Av. Da Universidade, dado que se prevê uma grande afluência de tráfego (de atravessamento) nestas avenidas, com maior destaque para a Av. da Universidade.”⁴¹.

No âmbito do Estudo de Incidências Ambientais, é ainda proposto um Percorso Museológico que promova a integração das diferentes áreas, através de pontos atractivos e relacionados entre si numa perspectiva lúdico – cultural, tais como: Unidade Museológica (Zona A), Moinho de vento dos “Bóias” e garagem náutica (Zona B), Marinha da Troncalhada e Estaleiro Naval (Zona C), Edifício da Vitasal (Zona D), Mercado Manuel Firmino (Zona E), poços e Moinho de Vilar (Zona F).

A entrevista realizada com a Professora Doutora Maria Helena Nazaré, Reitora da UA no período em questão, permitiu ainda perceber que a referida proposta do túnel não pareceu viável à Universidade, dada a estrutura e as características do solo, o que no entanto não parece claro no Estudo de Incidências Ambientais.

Nesta fase, a Universidade parece perseguir outros desígnios, concentrando-se na expansão para o novo Campus de Crasto, a sul do Concelho. Considera-se, no entanto, que a proposta da ligação do IP5 à Av. da Universidade e EN109, através de um túnel, representava uma oportunidade de reforçar a relação da Universidade com a cidade, ao reduzir significativamente o fluxo de circulação na R. Calouste Gulbenkian e, parcialmente, na Av. da Universidade, promovendo as relações de proximidade fomentadas ao longo do tempo de existência da UA.

Para além das propostas de circulação, era ainda previsto um parque de estacionamento subterrâneo, dando resposta às necessidades do Hospital e da Universidade, que pretendia substituir o que seria suprimido pela reformulação da rotunda e nova proposta de criar uma “praça verde”, de entrada na UA.

A par dos projectos já referidos, que se sustentam através do apoio directo do Programa Polis, encontram-se previstos outros que com estes estão intimamente relacionados, por se inserirem na zona de intervenção, carecendo de uma coordenação e gestão integrada com os desígnios do PU do Polis. De entre as várias intervenções, destaca-se a reabilitação do edifício “Arte Nova” Casa Major Pessoa, a recuperação do edifício da antiga Capitania do Porto de Aveiro, bem como algumas acções de requalificação de espaços públicos que apresentam relação mais directa com a edificação prevista.

⁴¹ Estudo de Incidências Ambientais do Programa Polis Aveiro, Aditamento, IDAD Instituto do Ambiente e Desenvolvimento, Janeiro 2004.

No âmbito da implementação do Programa Polis de Aveiro é ainda importante salientar o carácter de processo interactivo, traduzido no envolvimento das diversas entidades e nas acções de comunicação, sensibilização e participação pública, sobre a concepção dos projectos para cada uma das áreas, e que é essencial a um planeamento plenamente consciente da sua responsabilidade social.



Diagrama
Síntese



Plano do Parque da Sustentabilidade_2009

O Programa Municipal de Acção denominado “Parque da Sustentabilidade” desenvolve-se no âmbito do instrumento de política “Parcerias para a Regeneração Urbana”. Este instrumento da política de cidades pressupõe uma visão integrada do território, embora a intervenção se faça numa área delimitada. A qualidade das intervenções está intimamente dependente e relacionada com a qualidade das parcerias, da inteligência colectiva, e de uma boa ligação entre os princípios e o modo como estes se traduzem no terreno. Neste âmbito, a participação pública deve também ser entendida como parte do processo, numa perspectiva de construção de uma cultura urbana motivadora de elevados índices de cidadania. *“O desenvolvimento urbano sustentável é um processo que implica uma modificação profunda do modo de vida das populações pelo que, para o alcançar, é necessário que haja um envolvimento efectivo das populações locais, sendo elas as principais ferramentas para a sua construção e manutenção – a sustentabilidade é uma responsabilidade partilhada”*⁴².

O Município de Aveiro integra, na estratégia de desenvolvimento urbano que preconiza, o conceito de desenvolvimento sustentável, na perspectiva de promover a *“cidade de Aveiro como um espaço de inovação, competitividade, cidadania e qualidade de vida”*⁴³. De facto, o desenvolvimento sustentável das cidades implica a promoção da qualidade de vida, através de projectos como o PdS, numa perspectiva de regeneração urbana, por forma a atrair e fixar quadros médios e superiores, e investimentos que potenciem a concentração de recursos nos centros das cidades. A adopção de políticas urbanas sustentáveis permitirá, assim, contrariar os fenómenos de dispersão urbana, que muito contribuem para o aumento do tráfego rodoviário, consumo energético, predação avulsa de solos, etc.

O PdS assume-se como o Programa de Acção em que, pela primeira vez em Aveiro, os propósitos da sustentabilidade são integrados no desenho de um plano. *“O objectivo principal do Programa de Acção é o de promover, numa lógica de intervenção integrada, o aparecimento de um novo espaço cuja imagem e futura identidade se encontra directamente associada ao conceito da sustentabilidade”*⁴⁴.

⁴² Câmara Municipal de Aveiro – Parque da Sustentabilidade: candidatura: o conceito de desenvolvimento sustentável, p. 25.

⁴³ Câmara Municipal de Aveiro – Parque da Sustentabilidade: Candidatura: Sumário executivo, p. 4.

⁴⁴ *Ibidem*. p. 5.



A

Largo do Albol

A1.1 Acções de Requalificação Urbana e Promoção da Mobilidade Pedonal

- A1.1.1 - Passagem pedonal sob a Ponte da Dobadoura.
- A1.1.2 - Pavimentação de nível (utilização perfilhada).
- A1.1.3 - Atravessamento Pedonal (utilização perfilhada) entre o Albol e a Baixa de Stº Antonio.
- A1.1.4 - Contentores para Resíduos Sólidos Urbanos.
- A1.1.5 - Posto de transformação.
- A1.1.6 - Parque Infantil.
- A1.1.7 - Requalificação das árvores e jardim.

A1.2 Ponte Pedonal de Ligação entre o Rossio e o Bairro do Albol

- A1.2.1 - Projecto de Execução.
- A1.2.2 - Execução da Ponte.

B

Parque da Baixa de Stº Antonio

- B2.1 - Colmatção do Jardim a Nascente.
- B2.2 - Reabilitação da Linha de Águas.
- B2.3 - Tratamento Paisagístico e repavimentações.
- B2.4 - Arrumamento de ligação à Av. Artur Navais.
- B2.5 - Atravessamento Pedonal (utilização perfilhada) entre a Baixa de Stº Antonio e o Parque Infante D.Pedro.

B6 - Reabilitação da Antiga Fábrica das Mogens (UA)

- B6.1 - Projecto de Execução.
- B6.2 - Reabilitação dos Blocos A e B.

B7 - Equipamento de Animação de Formação Artística - Científica.

- B7.1 - Projecto de Execução.
- B7.2 - Execução do Edifício.
- B7.3 - Praça de Ligação à Antiga Fábrica das Mogens.

B8 - Instalações Desportivas do Clube de Ténis de Aveiro

- B8.1 - Reabilitação e Reformulação dos equipamentos existentes.

B9 - Reabilitação do Edifício Calouste Gulbenkian.

C

Parque Infante D.Pedro

- C3.1 - Nova Ponte em madeira.
- C3.2 - Requalificação da Ponte Principal.
- C3.3 - Tratamento Paisagístico e repavimentações.
- C3.4 - Requalificação ambiental do lago.
- C3.5 - Remodelação dos equipamentos lúdico-desportivos

- C3.5.1 - Requalificação do Polidesportivo junto à entrada norte.
- C3.5.2 - Relocalização do Parque Infantil.
- C3.5.3 - Reabilitação do Bar no Jardim do Conito.
- C3.5.4 - Reformulação da paragem dos transportes públicos.

C10 - Centro de Educação Ambiental - Execução.

- C11 - Reabilitação da Casa de Chá - Execução.
- C12 - Restauro da Igreja de Stº Antonio e da Capela de S.Francisco.

- C12.1 - Estudo das patologias dos edifícios e projectos.
- C12.2 - Reabilitação dos edifícios e restauro interior.
- C12.3 - Execução.

D

Parque dos Amores (previsto no PP do Parque)

D4.1 - Arranjo Paisagístico geral.

- D4.1.1 - Estudo paisagístico e ajardinamento.
- D4.1.2 - Infraestruturas e arrumamentos.
- D4.1.3 - Renaturalização da linha de água, incluindo "Fito-Estr" Centro Interpretativo com C10.

E

Rua das Pombas

E5.1 - Requalificação Urbana.

- E5.1.1 - Arranjo Paisagístico e pavimentações.
- E5.1.2 - Mobiliário Urbano.

E5.2 - Ligação ao PP do Parque (Estádio Mário Duarte).

- E5.2.1 - Infraestruturas e Arrumamentos de ligação ao Parque dos Amores.
- E5.2.2 - Ligação pedonal ao Jardim do Bairro de Santiago.

E13 - Casa de Comunidade Sustentável.

- E13.1 - Projecto de Execução.
- E13.2 - Execução da obra.

E14 - Unidade de Imagiologia.

- E14.1 - Projecto de Execução.
- E14.2 - Execução da obra.
- E14.3 - Equipamento.

Fig.44| Parque da Sustentabilidade, 2009. Master Plan.

Integra também, na sua base de concepção, o plano estratégico elaborado em 1997 e a presente revisão do mesmo, de 2009|10, onde se refere a importância da valorização ambiental, da mobilidade e da inovação, entre outras linhas orientadoras da visão preconizada: *“Aveiro, a Cidade e a Ria como fontes de inspiração para uma nova economia baseada no conhecimento e na criatividade”*⁴⁵.

Neste contexto, a Universidade de Aveiro enquanto plataforma de transferência de conhecimento, fonte de recursos humanos qualificados, e pela cooperação desenvolvida com o tecido empresarial, nomeadamente na área das TICE, assume um papel preponderante na atractividade da região, constituindo um dos parceiros que integram o PdS.

A parceria instituída com o PdS, conta com 15 actores locais e nacionais, públicos e privados, que abrangem as variadas dimensões relevantes para o desenvolvimento territorial, promoção e dinamização da intervenção. A intervenção pretende promover um espaço:

- *“Com ambiente urbano de elevada qualidade;*
- *Diferenciador, Inovador e Competitivo;*
- *Dinâmico e diversificado;*
- *Apelador dos princípios da cidadania e coesão social;*
- *Com Mobilidade para todos;*
- *Promotor da qualidade de vida urbana e que*
- *Manifeste as tendências do futuro sem romper com o passado”*⁴⁶.

O Programa de Acção do PdS pretende intervir numa área de cerca de 20 ha, definida pela a ligação entre o Jardim do Rossio e o Bairro do Alboi, a Baixa de Sto. António, Parque D. Pedro V, Parque Mário Duarte e área entre a Rua das Pombas e o Bairro|jardim de Santiago. A área de intervenção assume uma localização estratégica no centro da cidade, integrando na sua envolvente importantes equipamentos da cidade como a Universidade, o novo Hospital, o Governo Civil e o futuro Campus da Justiça do Baixo Vouga. As acções previstas no PdS podem, deste modo, introduzir

⁴⁵ PECA – Plano Estratégico do Concelho de Aveiro, 2009.

⁴⁶ Câmara Municipal de Aveiro – Parque da Sustentabilidade: Candidatura: Sumário executivo, p. 5-6.

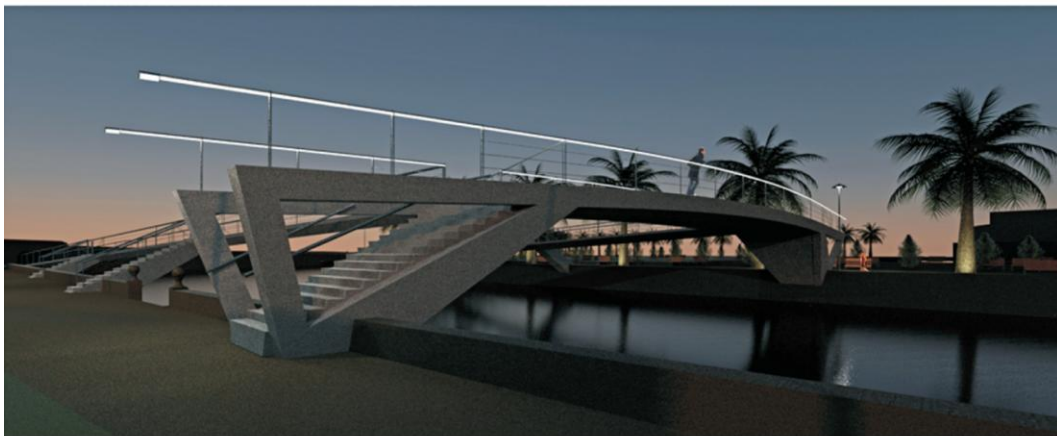


Fig.45 | Parque da Sustentabilidade, 2009. Ponte Pedonal de ligação do Jardim do Rossio ao Alboi.

impactes muito significativos na qualidade de vida da população que aí habita e trabalha – cerca de ¼ da população do concelho de Aveiro⁴⁷.

O plano do PdS dá continuidade a intenções anteriores que remetem para a valorização das linhas de água enquanto elementos estruturantes. Nessa perspectiva tínhamos já o Plano Director da Cidade de Aveiro, de R. Auzelle, pelo conceito de desenvolvimento preconizando assumindo como linhas estruturantes os canais da ria; o Plano Integrado Aveiro-Santiago, que previa a extensão do Parque D. Pedro V, a norte e a sul, partindo da zona do bairro do Alboi, desenvolvendo-se ao longo da linha de água, e definindo um espaço de fruição e lazer, não só da comunidade em geral mas particularmente das zonas residenciais existentes e do proposto Bairro de Santiago; e ainda o Plano de Urbanização do Programa Polis de Aveiro que assenta numa estratégia de valorização ambiental, em que a estruturação do espaço público assume as linhas de água como referência.

“O Programa de Acção que é apresentado neste documento, surge como complementar ao Projecto Polis, promovendo a qualificação de uma significativa mancha verde da cidade, articulando espaços de forma a ganharem escala e dimensão que permitam satisfazer as necessidades dos diversos públicos-alvo a que se destinam. ... De facto, tendo como “ponto de partida” o POLIS de Aveiro e sua forte ligação ao elemento “Água”, o projecto do Parque da Sustentabilidade, ainda que complementar ao programa Polis no que diz respeito à área de intervenção, ambiciona indubitavelmente o mesmo objectivo estratégico do POLIS Aveiro”⁴⁸.

O PdS assume alguns dos propósitos dos referidos planos, embora se afaste dos mesmos nalgumas opções de projecto adoptadas.

Na proposta para a ligação entre o Rossio e o Bairro do Alboi, o PdS propõe uma ponte pedonal no sentido norte-sul. Esta ligação era já um desígnio do Plano Director da Cidade, embora aí de carácter rodoviário, prevendo-se mesmo uma área de estacionamento para a zona do Jardim do Rossio. A proposta da ponte pedonal do PdS apresenta também uma implantação distinta da prevista pelo PU do Programa Polis que ligava o limite poente do Rossio à zona de entrada da cidade, permitindo e pressionando o requalificar da mesma.

De facto, a nova implantação prevista para a ponte pedonal não permite cumprir os desígnios de continuidade com o corredor verde, subjacentes no PdS, para além de vetar uma oportunidade de

⁴⁷ *Ibidem*. P. 22.

⁴⁸ Câmara Municipal de Aveiro – Parque da Sustentabilidade: Candidatura: Sumário executivo, p. 8-10.

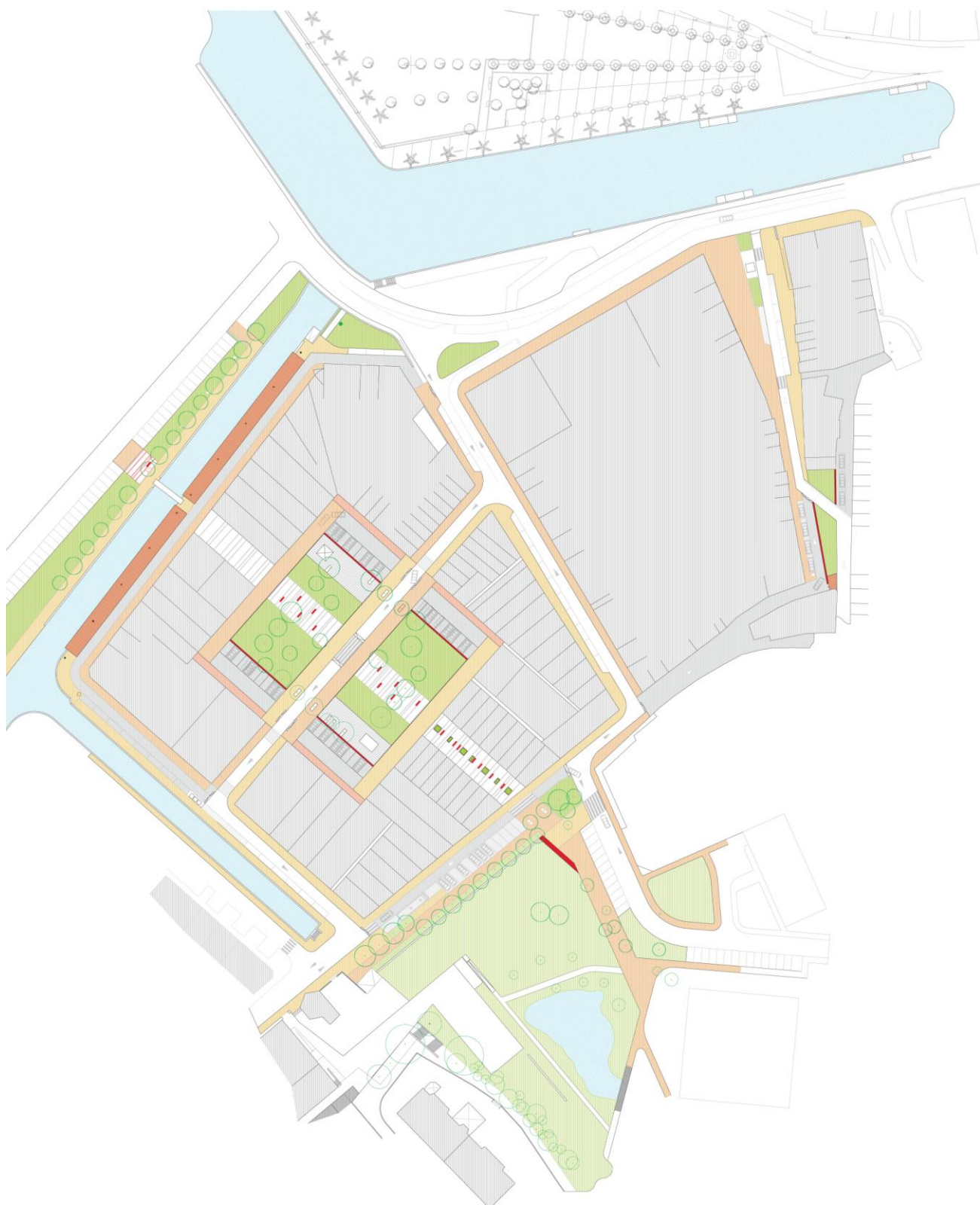


Fig.46| Plano do Parque da Sustentabilidade, 2009. Proposta para o Bairro do Alboi.

promover a requalificação de uma área de destaque, ao assumir-se como uma das principais zonas de entrada na cidade, e que carece de uma intervenção urgente.

Relativamente à intervenção no Bairro do Alboi, onde se pretende uma fruição pedonal contínua no seguimento da referida ponte pedonal, é prevista uma nova via de circulação automóvel que irá atravessar o parque central do bairro, rompendo-o em duas partes que prevêem, tanto na relação com a Baixa de Santo António como na ligação ao Rossio, uma lógica de mobilidade pedonal e ciclável. A perspectiva é a de, ao criar uma área preferencialmente pedonal, promover a revitalização das actividades económicas do Bairro, pela maior fruição que as ligações com a envolvente potenciam.

No entanto, o eixo rodoviário proposto de atravessamento do Bairro potencia o aumento de fluxos no mesmo, subvertendo a intenção inicial pretendida, com base numa lógica de fruição pedonal e ciclável.

Na união do Alboi com o Parque da Baixa de St. António, a perspectiva de continuidade traduz-se no nivelar parcial do arruamento com os passeios – Rua Magalhães Serrão – na ligação entre as duas áreas, e respectiva pedonalização. Ainda no que se refere ao eixo definido pela R. Magalhães Serrão, embora não integre na sua totalidade a área de intervenção, considera-se importante repensar o perfil do seu prolongamento, nomeadamente na parte já correspondente à R. dos Santos Mártires, e na relação com a R. da Pega, numa perspectiva de criar condições de fruição pedonal e ciclável. De facto, o carácter presente não permite condições de mobilidade seguras, principalmente pela dimensão e irregularidade que os passeios apresentam devido ao alinhamento das edificações, de que pode ser exemplo a Capela dos Santos Mártires. Este eixo constitui uma importante ligação entre a Universidade e a área de intervenção do PdS, constituída pela já referida faixa verde, bem como com o centro histórico de Aveiro, pelo que se reverte de maior urgência a reconfiguração do seu perfil.

No plano de acção do PdS articula-se a reabilitação urbana com a promoção de dinâmicas lúdico-pedagógicas. Neste âmbito, a recuperação do edifício da Antiga Fábrica das Moagens constitui um dos desafios chave, já que integra um Centro de Ciência Viva da UA, sendo um dos projectos desenvolvidos no âmbito da parceria com a Universidade. Nesta perspectiva, para além da recuperação paisagística e ambiental do Parque da Baixa de St. António, nomeadamente da linha de água, pretende-se uma forte articulação com a Fábrica- Centro de Ciência Viva, através da



Fig.47| Plano do Parque da Sustentabilidade, 2009. Ponte Pedonal de ligação entre o Parque da Baixa de Sto. António e o Parque D. Pedro V.

recuperação do edifício que a acolhe, bem como pela construção de um pequeno volume anexo, na relação com o Parque, que irá integrar um programa de animação e formação artístico | científica. Pretende-se para o parque uma lógica de fruição do espaço lúdico | pedagógico, com vista à coesão social, pela introdução de novas dinâmicas, resultantes da articulação com os vários equipamentos da envolvente (Fábrica: Centro de Ciência Viva, Conservatório de Música de Aveiro, etc.), pela recuperação dos equipamentos desportivos, bem como pela valorização ambiental e paisagística. A qualidade urbana que estas acções fomentam pretende, igualmente, promover o investimento privado, já previsto pelo PP da Baixa de Santo António, potenciando um desenvolvimento sustentável desta zona. A urbanização prevista pelo PP considera-se essencial pelos acessos transversais que potencia, contrariamente à relação que o Bairro da Gulbenkian estabelece com o parque, bem como pelos equipamentos de lazer que integra, permitindo introduzir novas dinâmicas, e uma vivência segura do espaço verde numa maior amplitude temporal. Os referidos eixos transversais adquirem uma maior importância pela relação que potenciam entre a Universidade e a Cidade, permitindo novos percursos e acessibilidades que presentemente não existem, até pela morfologia que o terreno apresenta.

Na relação entre o Parque da Baixa de St. António e o Parque D. Pedro V os problemas de circulação são acrescidos pelo efeito barreira criado pela Av. Artur Ravara. De facto, esta Avenida apresenta um fluxo de circulação extremamente elevado, já que o eixo que define, juntamente com a Av. da Universidade e Av. 5 de Outubro, constitui a principal via de irrigação do centro da cidade. Esta problemática tinha sido anteriormente abordada no âmbito do Programa Polis, onde a construção de um túnel foi a proposta apresentada para a reorientação de fluxos de circulação. No caso do PdS a proposta é a pedonalização de parte desta avenida, através do nivelar parcial do arruamento com os passeios. A par desta proposta é também prevista uma ponte pedonal que, aproveitando a morfologia do terreno do Parque da Baixa de St. António, estabelece a ligação ao Parque D. Pedro V, através de uma estrutura orgânica que pretende fundir-se com a estrutura verde da copa das árvores. Esta intervenção não resolve, no entanto, o problema do fluxo de circulação deste eixo, já que não apresenta alternativas de percursos e reorientação de fluxos que o Programa Polis traduzia.

A intervenção no Parque D. Pedro V, para além da já referida requalificação ambiental e paisagística, e recuperação da linha de água, pretende preservar a herança histórica do parque. Nesse contexto, a par das questões infra-estruturais e de recuperação do mobiliário urbano, bem como dos espaços lúdico | desportivos e imóveis, pretendem-se instalar, por exemplo, painéis informativos, promovendo o contacto com as TICE.

No entanto, no âmbito das TICE, questiona-se se não seria igualmente interessante possibilitar e melhorar o acesso à internet, por exemplo.

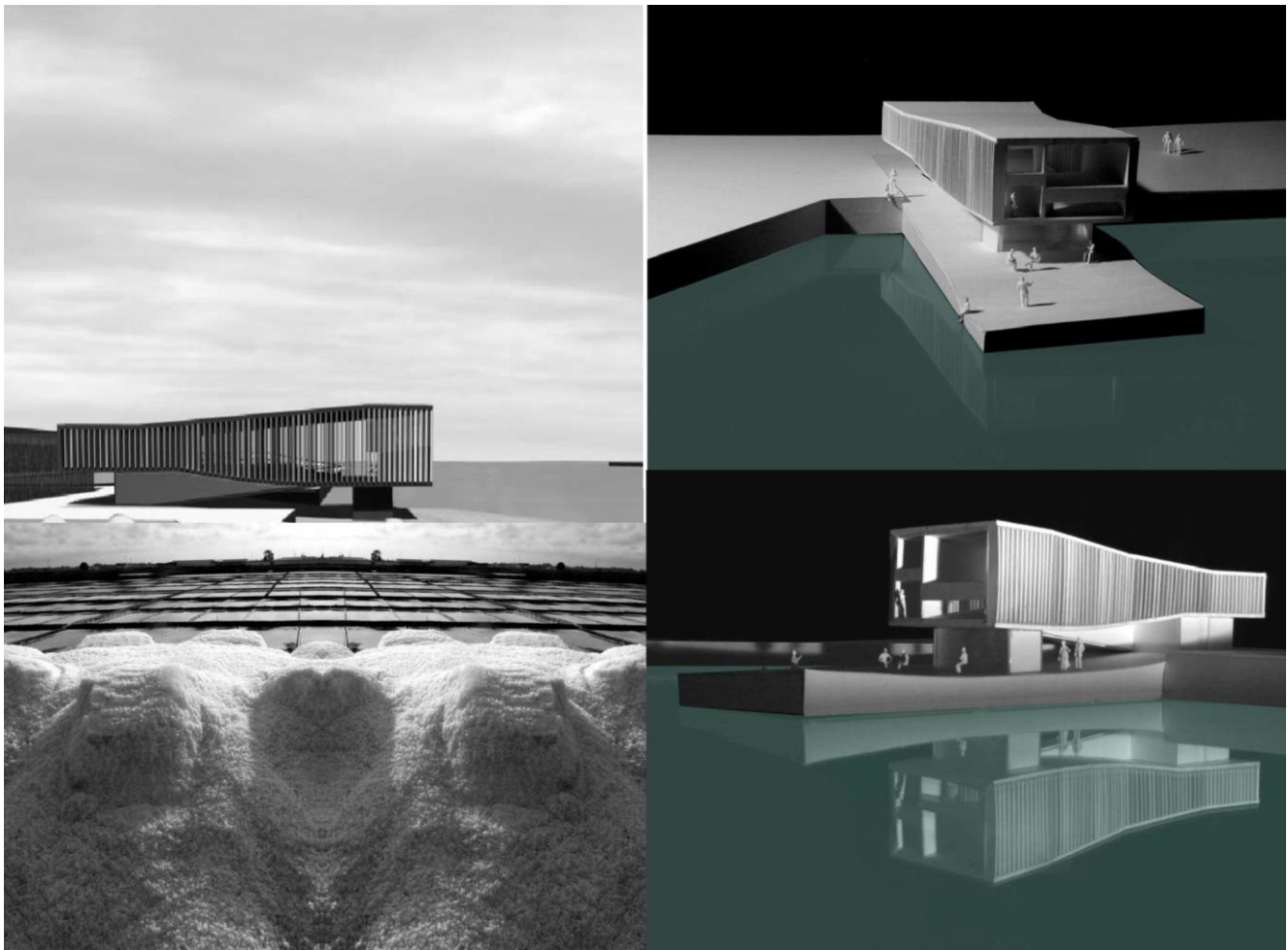


Fig.48| Projecto do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental de Aveiro, 2003, no âmbito do Programa Polis.



Fig.49| Parque D. Pedro V.

Legenda

- Parque Infante D. Pedro
- Igreja de Santo António e Capela de S. Francisco

A recuperação dos edifícios históricos que integram o parque entende-se também essencial. Destaca-se o projecto de requalificação do Monumento Nacional constituído pela Igreja de St^o. António e Capela de S. Francisco. A requalificação da área do Horto Municipal e a construção de um Centro de Educação Ambiental que permitirá promover acções de âmbito pedagógico e sensibilização ambiental. Este centro parece deter alguma redundância com o centro de interpretação ambiental que, no âmbito do Polis, ainda está em obra. Ainda neste domínio, a recuperação da Casa de Chá e área envolvente permitirá à Filarmonia das Beiras, que aí tem a sua sede, usufruir de um espaço digno e qualificado. Pretende-se também promover, no edifício da Casa de Chá, a criação de um serviço de cafetaria e bar de usufruto livre pela comunidade, de forma a potenciar o conhecimento em relação às actividades da Filarmonia, bem como servir de apoio a outras actividades de animação que se realizem no âmbito do PdS.

Na área de expansão a sul do Parque D. Pedro V, considera-se importante referir a entrada poente do parque, que define um novo eixo de ligação à praça central da Universidade. Com a requalificação prevista no PdS, será importante reperfilar este eixo de atravessamento que liga a praça central da Universidade, como espaço de vivências múltiplas, ao corredor verde agora proposto, promovendo novas dinâmicas. Isto implica reconfigurar o atravessamento da Av. da Universidade, na intersecção com o Seminário e o Hospital, melhorando as condições de segurança, já que a Avenida representa um dos principais problemas | barreiras, sendo o eixo de entrada e saída da cidade pelo sul.

A intervenção na área do Estádio Mário Duarte implica uma mudança estrutural no carácter que este espaço assume presentemente. Prevê-se a criação de uma estreita área verde no prolongamento do Parque D. Pedro V, reconvertendo uma área degradada, tornada obsoleta pela construção do novo estádio e deslocação dos armazéns gerais da CMA. Pretende-se uma intervenção de valorização paisagística, reconstruindo e recuperando a linha de água existente, desde o Parque D. Pedro V até à Fonte dos Amores, resultando no Parque dos Amores, em referência à histórica fonte que agora nele se insere. Com a recuperação da linha de água está também prevista a criação de um espelho de água onde será instalada uma fito-etar, projecto intimamente relacionado com o Centro de Educação Ambiental.

Paralelamente, este projecto permitirá que na área envolvente se desenvolvam os equipamentos previstos no PP do antigo Estádio Mário Duarte, pelo potencial de atracção de

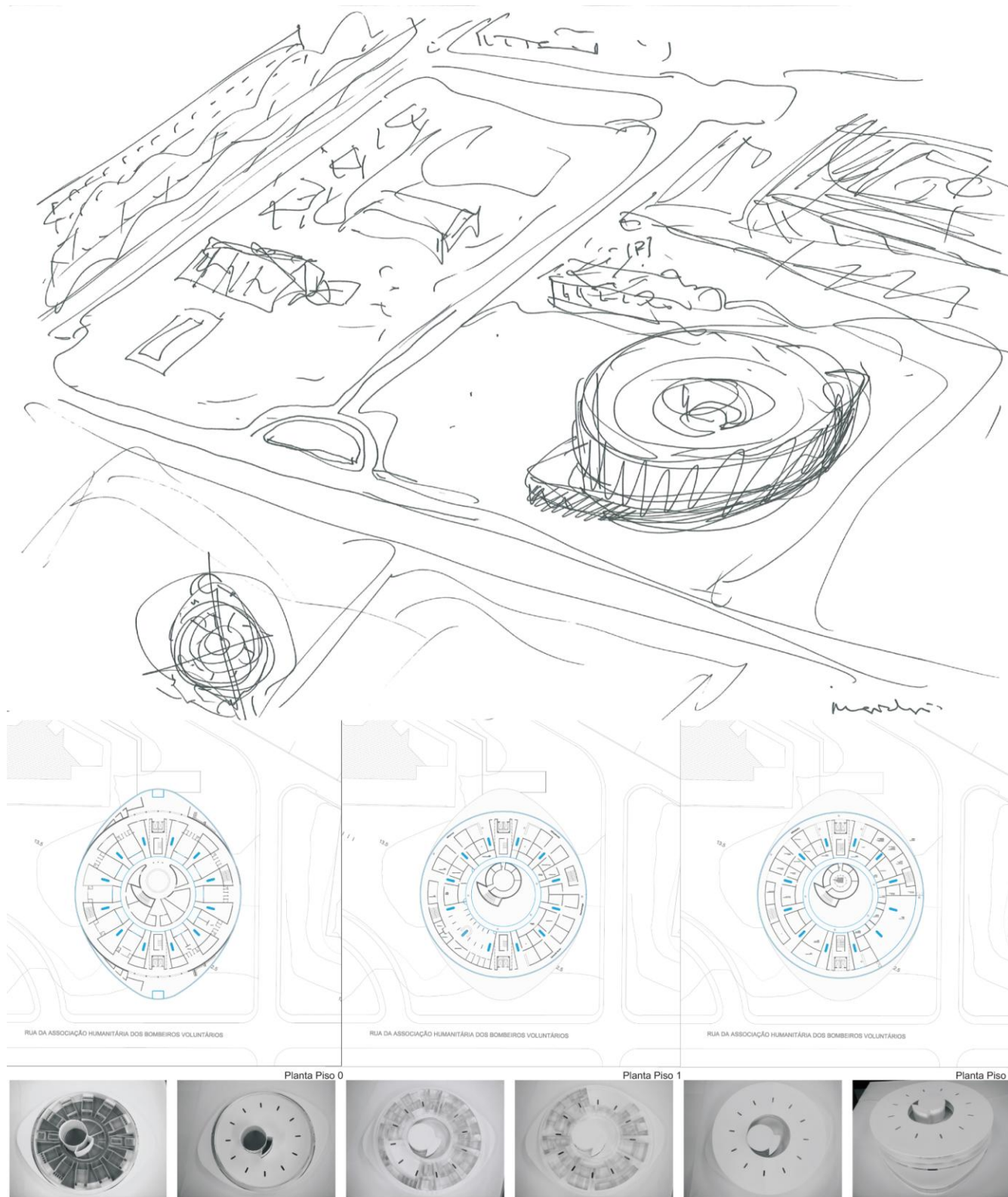


Fig.50| Projecto Unidade de Imagiologia.

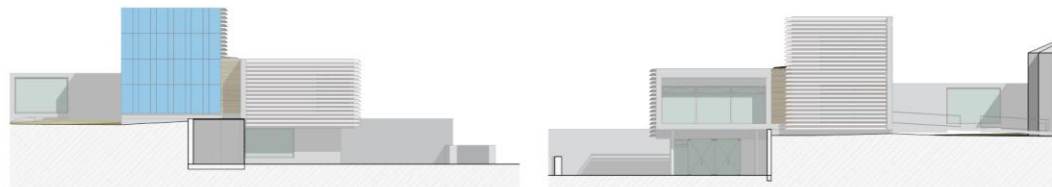
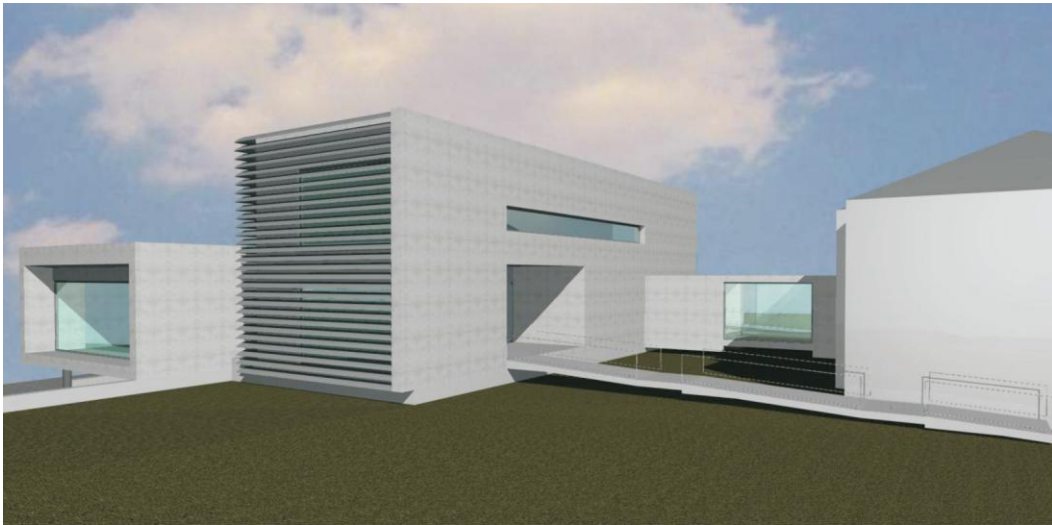
investimentos privados resultante da requalificação da faixa verde. No âmbito do PP está prevista a construção de uma unidade hoteleira, habitação e equipamentos desportivos.

O PP do antigo Estádio Mário Duarte poderá, no entanto, sofrer algumas alterações pela perspectiva da construção, na área envolvente, do novo hospital de Aveiro. Esta hipótese de localização está relacionada com o interesse em manter o novo hospital na cidade, beneficiando da proximidade com o actual Hospital Infante D. Pedro e com a Universidade, de revestido interesse pelo novo curso de medicina, que esta integra. De facto, o desígnio será a criação de um pólo de saúde, o que implica, no entanto, o estudo das possibilidades de expansão, de forma a garantir as áreas necessárias ao crescimento faseado deste tipo de equipamentos. Neste contexto, seria necessário garantir, pelo menos, a área correspondente às recentemente desactivadas piscinas do Beira-Mar, bem como à EB João Afonso de Aveiro que foi colocada em perspectiva de mudança de instalações, levantando mesmo assim sérias dúvidas relativamente à capacidade de instalação de um pólo com as características pretendidas. Se, por um lado, esta localização é interessante pelas potenciais dinâmicas que se podem estabelecer, por outro, será questionável a capacidade de resposta às necessidades de expansão deste tipo de equipamentos. Para além destas áreas, o PP do Mário Duarte poderia sofrer alterações, nomeadamente no que respeita à densidade de construção prevista. Este cenário aponta para questões meramente hipotéticas, pelo que ainda não há decisões que sustentem quaisquer destas perspectivas.

No âmbito do PdS, surge um projecto que se relaciona com a hipótese do novo hospital, consistindo na construção de uma Unidade de Imagiologia, em regime de parceria público/privada com a Universidade de Aveiro. A sua localização, na proximidade com o Hospital Infante D. Pedro e da Universidade, é potenciada pelo acesso a recursos humanos qualificados e recursos tecnológicos. Numa perspectiva futura, esta unidade poderia vir a integrar o pólo de saúde pretendido, promovendo a ligação da Universidade às comunidades envolventes.

Na área delimitada pela R. das Pombas e R. Associação Humanitária dos Bombeiros de Aveiro prevê-se, para além da Unidade de Imagiologia, o projecto da Casa da Comunidade Sustentável, com o objectivo de criar diversos serviços de apoio à comunidade da freguesia da Glória.

A intervenção nesta área pretende ainda assumir uma continuidade com a zona verde que se desenvolve no interior do Bairro de Santiago, promovendo-se a fruição ao longo de toda a faixa verde, numa perspectiva de coesão social.



Alçado Poente

Alçado Nascente

Fig.51| Projecto Casa da Comunidade Sustentável.

O plano do PdS apresenta intervenções de revestido interesse para a cidade. Seria interessante, no entanto, perceber um desenho mais claro, na perspectiva de continuidade e ligação entre as várias intervenções propostas.

O desafio, e a grande oportunidade para a Cidade, é precisamente estabelecer essa continuidade, articulando e criando um corredor verde ecológico, de lazer e de fruição livre, agregador e polarizador de pessoas e de múltiplas actividades, complementado pelos atravessamentos transversais e numa relação articulada com a envolvente.

A promoção dos espaços verdes urbanos, enquanto conjunto de espaços multifuncionais e atractivos que oferecem um conjunto diversificado de actividades económicas, desportivas, culturais e com capacidade de satisfazer os mais diversos públicos, determina a capacidade de atractividade e competitividade das cidades.

O Programa de Acção do PdS traduz a consciência dos novos paradigmas do desenvolvimento urbano, assumindo o conceito de sustentabilidade, associado impreterivelmente à Universidade, como condição essencial à atractividade e competitividade de Aveiro. Agora, o desafio será o de “operacionalizar” o conceito, traduzindo a clareza dos seus pressupostos teóricos e ideológicos, numa capacidade real de atingir a sustentabilidade das metodologias e das intervenções.

Na verdade, o plano de acção parece ser enunciado apenas como um somatório de acções ou projectos comuns, e a dominante conceptual, que deveria centrar-se na construção de um modo de vida mais sustentável para as diversas populações envolventes, quer residentes, quer utentes dos equipamentos e serviços instalados na área de influência, não se torna evidente a partir da informação disponível. Na ausência de uma fundamentação visível, poderia ser-se levado a concluir que se está apenas a associar à cidade genérica e convencional algum espaço verde adicional, uma pequena fito-etar emblemática e mais um centro de interpretação ambiental.

A cidade contemporânea encara hoje alguns e relevantes desafios, numa fase de evolução da cidade de matriz industrial para uma cidade do conhecimento. Surgem problemas e programas específicos que solicitam modelos diversificados, bem como novas lógicas de estruturação do território, que apontam para formas e mosaicos mais heterogéneos. Estas mutações originam e, simultaneamente, são consequência de uma sociedade que François Ascher designa de *“Sociedade Hipertexto”*⁴⁹ que está intimamente relacionada com uma mudança de paradigma na mobilidade física e virtual das pessoas, informação e bens (sistema bip)⁵⁰ que se traduz em novos tipos de ligações sociais. De facto, o desenvolvimento dos transportes e das Tecnologias da Informação, Comunicação e Electrónica (TICE) potencia a multiplicação e a diversificação das relações, constituindo um tecido social em rede que combina e articula o real e o virtual. Esta realidade heterogénea e complexa assume no mesmo sistema tipos urbanos muito diferentes, resultando num conceito de cidade complexo que Ascher designa de metápoles, isto é, vastas conurbações, extensas e descontínuas, heterogéneas e multipolarizadas. *“Falar de metápole é ter em consideração a mudança de escala e de forma das cidades, ligada à revolução dos transportes e das comunicações. ... Hoje já não vivemos à escala do bairro nem mesmo da cidade, mas de uma vasta conurbação policêntrica e descontínua”*⁵¹.

Por sua vez, a polarização de actividades traduz-se no território num padrão de localização especializada, assumindo características específicas, nomeadamente, na relação com as infra-estruturas de acessibilidade, bem como infra-estruturas e serviços de telecomunicações, entre muitas outras. Neste contexto, as actividades logísticas adquirem uma importância cada vez mais relevante, tornando urgente a articulação entre diferentes infra-estruturas, numa perspectiva intermodal que não pode ser descurada no planeamento e nas políticas urbanísticas. Os novos modelos vão fomentar, desde pólos industriais até aos pólos de serviços, que caracterizam os centros comerciais, *retails*, *park offices* ou *business parks*, e também, os parques de ciência e tecnologia. Estes modelos apontam, no entanto, para novas tendências que combinam e articulam diferentes actividades e funções, e que estabelecem novas relações territoriais resultantes da mudança de critérios de

⁴⁹ A sociedade hipertexto é caracterizada por indivíduos que se deslocam real ou virtualmente em universos sociais distintos que eles articulam em configurações diferentes para cada um. (Ascher, François - Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos. Um léxico. p. 47)

⁵⁰ *Ibidem* p. 62.

⁵¹ *Ibidem* p. 172.



Fig.52 | HafenCity.



Fig. 53 | Duisburg-Nord Landschaftspark.



Fig.54 | Welterbe Zollverein.

localização das actividades, contrariando uma configuração introvertida, nomeadamente, pela aproximação e integração aos tecidos urbanos consolidados.

Algumas destas transformações, contudo, resultam na obsolescência de significativas áreas monofuncionais, resultantes do zonamento moderno preconizado na cidade de matriz industrial, e expandido no período recente de auge dos serviços, e que por sua vez tornam urgente uma ampla reconversão funcional. Nestes últimos anos têm surgido inúmeros exemplos deste tipo de intervenções. Em Aveiro, um exemplo disso mesmo é o, anteriormente referido, plano para a Antiga Lota de Aveiro, inicialmente uma iniciativa da Universidade, Associação do Porto de Aveiro e Câmara Municipal, posteriormente incluída no âmbito do Programa Polis. Outros exemplos nacionais como a Expo 98, e a Universidade da Beira Interior que nasce da reconversão de antigas edificações fabris, permitindo preservar o património industrial da Covilhã, são alguns dos casos. A nível internacional, a título de exemplo, pode referir-se o caso da cidade de Hamburgo que, após a realocização das principais infra-estruturas do porto, carecia de uma urgente reconversão das antigas estruturas instaladas nas franjas do rio Elbe adjacentes ao centro urbano. Nesta perspectiva surge um plano de reconversão urbana *“HafenCity”*⁵² (2000) pretendendo-se devolver ao centro urbano a sua frente de água. O programa, promovendo extensas áreas de espaço público, pretende-se multifuncional, na perspectiva de criar um novo *“cluster”* urbano, cultural, social e de negócios. Outros exemplos são objecto de destaque, como o da região de Ruhr, na Alemanha, onde foi criada uma estrutura verde coesa ao longo do rio Emscher, recuperando áreas industriais obsoletas transformando-as em espaços verdes singulares – *“Emscher Landschaftspark”*. Este corredor verde une 17 cidades que, em parceria, desenvolveram projectos no sentido de promover a revitalização urbana, ecológica e económica da região do Ruhr, de que são exemplo o *“Duisburg-Nord Landschaftspark”*⁵³ em Duisburg, e o *“Welterbe Zollverein”*⁵⁴ em Essen, capital europeia da cultura 2010. O trabalho desenvolvido nestes projectos, em cooperação entre diversos agentes é um exemplo claro da importância das parcerias nas políticas urbanas contemporâneas.

⁵² <http://www.hafencity.com/>

⁵³ O *Duisburg-Nord Landschaftspark* apresenta-se como um parque multifuncional que ao reconverter uma extensa área industrial integra um programa cultural e de lazer diversificado combinando o património industrial com o património natural existente. <http://www.landschaftspark.de/>

⁵⁴ O *Welterbe Zollverein* nasce da preservação de património industrial da região de Rhur, pela reconversão num centro de indústrias criativas. <http://www.zollverein.de/>

Num cenário onde, cada vez mais, se estimulam sinergias entre as Universidades e o tecido económico local em que se inserem, surgem tendências e conceitos | modelos de compatibilização de usos que remetem para um carácter científico, tecnológico e de interface com o tecido industrial e empresarial.

Os parques de ciência e tecnologia pretendem criar novas dinâmicas que abrangem a dimensão conhecimento | investigação | inovação | tecido empresarial e industrial, assumindo-se mesmo como ferramentas políticas das cidades e regiões, com o intuito de promover o desenvolvimento económico. Para além das questões de dimensão económica, estes parques, geralmente planeados de raiz, poderão assumir também um papel chave nas políticas urbanas e de ordenamento do território. O carácter programático que contemplam implica também a necessidade de novas tipologias construtivas, das quais são exemplo os Laboratórios de Uso Comum, bem como outros tipos de espaços, que permitem a articulação entre as diferentes valências e o pretendido funcionamento em rede.

Pelo seu carácter, estes parques apresentam geralmente uma implantação periférica, muitas vezes na proximidade das zonas industriais, tendo em conta a área necessária à implantação das infra-estruturas, e à futura expansão, que geralmente não são compatíveis com os centros urbanos consolidados. Assiste-se, no entanto a uma tendência de aproximação destes parques aos centros urbanos e, nomeadamente, às universidades que os integram, pelo reconhecimento da importância desta proximidade espacial para potenciar o desenvolvimento e sucesso dos mesmos. Esta proximidade justifica-se quer pelos estímulos sociais, quer pelas sinergias e relações que as cidades promovem, pelo carácter multifuncional que apresentam, cujas condições os parques de ciência e tecnologia geralmente não conseguem reproduzir, já que não integram, na sua maioria, a função residencial, o lazer, ou uma real dimensão lúdica, que quase sempre assumem um papel essencial no desenvolvimento das redes de contactos_ *networking*. De facto, a proximidade ao centro urbano está também relacionada com a capacidade de atractividade destes parques, para a captação e fixação de “talentos”, possibilitando uma qualidade de vida elevada pelo fácil acesso às infra-estruturas e serviços que a cidade oferece. A proximidade à Universidade permite, a estes parques de ciência e tecnologia, um fácil acesso aos recursos humanos qualificados, ao passo que a proximidade à cidade fomenta a sua permanência, pela qualidade de vida que estas relações de proximidade possibilitam.

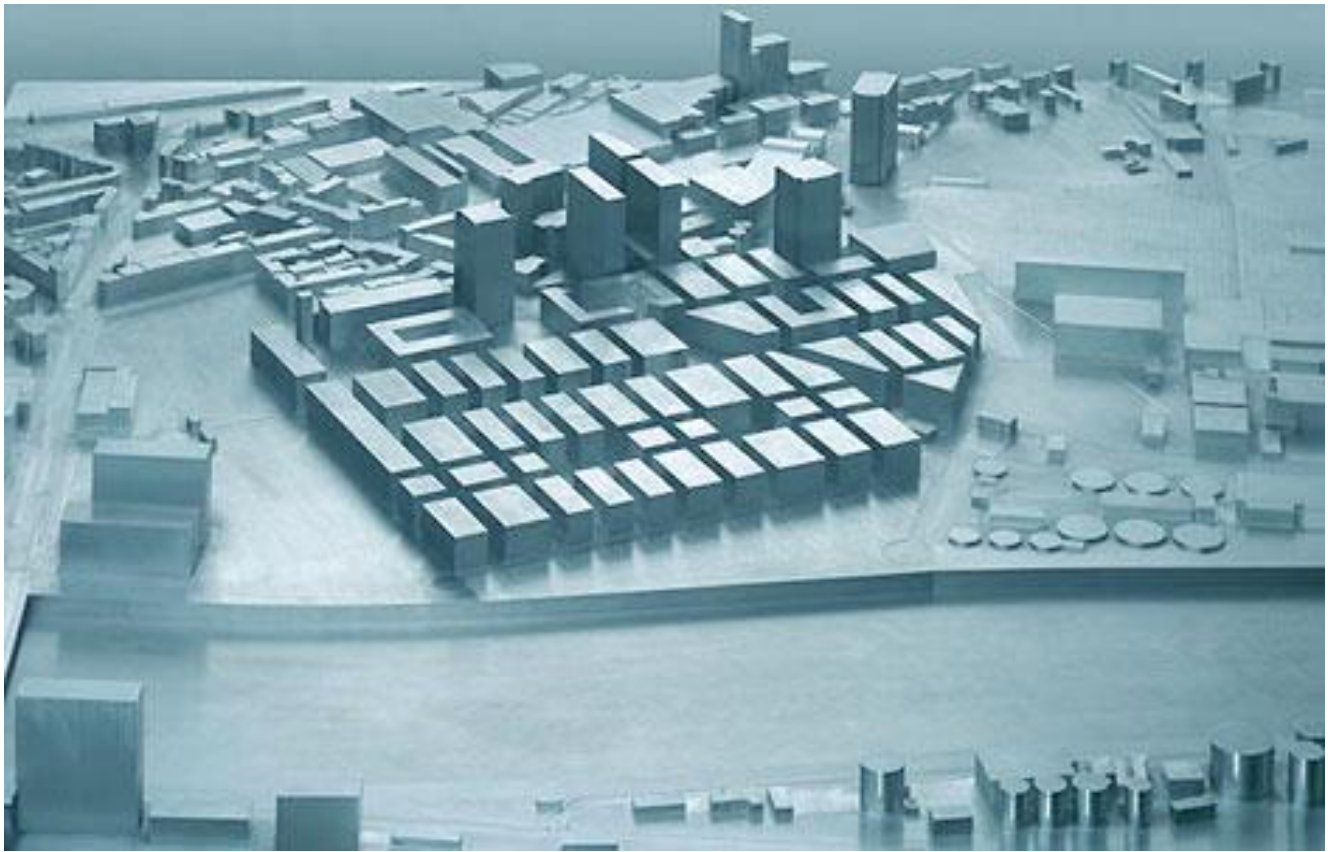


Fig.55 | Modelo do Novartis Campus.

Em Aveiro, a oferta de cursos de especialização tecnológica muito ligados às necessidades do tecido económico da região, e o próprio trabalho já desenvolvido pela UA, na cooperação com o tecido empresarial, favorecem a criação de um campus científico e tecnológico.

Esta antiga aspiração do Professor Renato Araújo, enquanto Reitor da UA no período de 1986 a 1994, foi inicialmente previsto para o Campus de Crasto, vê agora surgir a oportunidade de ser instalado, como parte de um novo desígnio universitário, em Aveiro.

Este futuro parque previsto para Aveiro, designado de Parque da Ciência e Inovação (PCI) assume como modelo conceptual o de *“Hermia”*⁵⁵, da região de Tampere na Finlândia, do ponto de vista arquitectónico referências como o *“Novartis Campus”*⁵⁶ em Basileia, na Suíça, pela qualidade dos espaços públicos e pelas ligações entre os vários edifícios que integram o campus, e ainda, na óptica do programa estratégico, o *“Portuspark”*. Alguns exemplos destas tipologias no contexto português são o *“Taguspark”* em Oeiras, Lisboa, e o *“iParque”* em Coimbra. No entanto, o PCI pretende destacar-se no contexto nacional pelo conceito de parque de terceira geração e pela relação singular de proximidade que estabelece com a Universidade, bem como na forma como se insere no tecido urbano. No âmbito do Marketing, por exemplo, o parque irá beneficiar da proximidade com a UA, nomeadamente pelo apoio do DECA (Departamento de Comunicação e Arte).

O futuro parque de Aveiro, o Parque da Ciência e Inovação, apresentará uma implantação privilegiada, localizado na coutada, e compreendendo cerca de 35ha, em terrenos contíguos aos da Universidade, beneficiando de todas as vantagens que essa proximidade possibilita, bem como de uma relação que, uma vez mais, se poderá estabelecer com a paisagem natural do território lagunar de Aveiro.

A coutada é caracterizada por ser um território que apresenta uma ocupação dispersa e difusa, dominando, ao nível tipológico, a habitação unifamiliar, dispersos ou alinhados ao longo dos férteis campos de cultivo. Há ainda elementos singulares, como poços, característicos dessa contínua exploração agrícola dos terrenos, e taludes onde abunda a vegetação ribeirinha e ripícola. Ao nível da circulação será necessário definir uma rede de mobilidade que comporte os novos fluxos resultantes do PCI, já que, presentemente, existem apenas percursos pontuais de acesso às habitações e caminhos rurais.

⁵⁵ <http://www.hermia.fi/>

⁵⁶ <http://www.novartis.com/about-novartis/locations/basel-campus-project.shtml>

- Pólo da Ciência – I&D
- Pólo Experimentação
- Pólo Empresarial



Fig.56| Implantação prevista para o Parque da Ciência e Inovação.

A implantação prevista goza de uma série de factores de atractividade, desde a proximidade à Universidade e à cidade, até à paisagem da Ria de Aveiro que, para além de constituir uma oportunidade de fruição do património natural, potenciando actividades de lazer, pode também, integrar a dimensão da investigação, ligada ao turismo, entre outras que permitam promover a sua exploração, manutenção e valorização. Estes factores de atractividade necessitam de uma rede de mobilidade eficiente, essencial à sustentabilidade do parque. De facto, é essencial reflectir sobre as questões de mobilidade, intermodalidade e transferência modal, para que se desenvolva um modelo eficiente. Também é indispensável reflectir sobre o que podem e devem ser os espaços não construídos do parque e que usos poderão assumir, por forma a não resultarem em descampados, mas ao contrário integrarem um conjunto verdadeiramente sustentável. Neste contexto, os próprios espaços livres podem assumir um carácter agro | lúdico | pedagógico, articulando as dimensões da investigação com o turismo e o lazer, e ainda uma importante dimensão pedagógica e produtiva.

A implantação prevista para o PCI, na Coutada, já no Município de Ílhavo, e ainda, em pequena parte, numa franja do Município de Aveiro, ajudará a estabelecer alguma continuidade com os campus pré-existentes da UA – o campus de Crasto e o de Santiago . Embora o maior impacto territorial seja em Ílhavo, sugere-se um maior impacto funcional em Aveiro⁵⁷. Esta localização, na zona da Coutada, deverá permitir articular melhor os municípios de Aveiro e Ílhavo, num desígnio comum, constituindo uma oportunidade de amarração e reestruturação do território que possibilita novas relações de proximidade entre os dois municípios.

A importância de uma política urbana articulada que trabalhe escalas variáveis (local <-> global) é essencial a uma gestão equilibrada de recursos. Neste contexto, reverte-se da maior importância a parceria entre a UA e a CIRA (Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro) na perspectiva de promover uma rede intermunicipal articulada com as redes internacionais e dinâmicas que a Universidade potencia, não só no âmbito do PCI, como no desenvolvimento de outros projectos que resultem destas estratégias de eficiência colectiva. Alguns casos, já em curso, da colaboração da UA, por exemplo, com as autarquias, inserem-se nas PRU (Parcerias para a Regeneração Urbana), como é o caso do Parque da Sustentabilidade, bem como no âmbito do Programa Europeu URBACT.

O PCI pretende desenvolver-se segundo três pólos fundamentais: Pólo da Ciência (I&D), Pólo Experimentação e Pólo Empresarial, nos quais se pretende conciliar os recursos da região com os

⁵⁷ Entrevista ao Professor Artur da Rosa Pires, Pró-Reitor da UA responsável pela coordenação do PCI.

recursos da UA, desenvolvendo-se novas redes regionais, nacionais e mesmo internacionais. O Pólo da Ciência é constituído pela própria UA, que representa a forte componente de investigação e de conhecimento, bem como uma fonte de recursos humanos qualificados – “talentos”. O Pólo Experimentação permitirá estabelecer a relação entre a investigação e as empresas, integrando acções de carácter efémero, onde projectos temporários podem ser desenvolvidos nos Laboratórios de Uso Comum (LUC) que devem assumir-se como equipamentos flexíveis e híbridos. Para além dos LUC, o Pólo Experimentação integra um edifício central, a “Design Factory” (conceito finlandês_ interação de diferentes saberes), que permitirá servir de pólo de atractividade à comunidade. Este Pólo permitirá fazer a interface com os campus da UA (campus do Crasto e de Santiago). O Pólo Empresarial irá responder à instalação de empresas, essencialmente de base tecnológica, permitindo o retorno do investimento.

Apostando inicialmente em cinco áreas chave da investigação Universitária: Energia; Tecnologias da Informação, Comunicação e Electrónica (TICES); Agro-industrial; Materiais; e cluster do Mar, o Parque de Ciência e Inovação pretende ser uma plataforma de transferência de conhecimento, potenciando o empreendedorismo e a inovação.

Na verdade, o PCI representa também uma oportunidade para promover a mobilidade sustentável, considerando-se indispensável o estudo de novos percursos e interfaces, entre a UA | PCI e as Cidades próximas, nomeadamente pela ligação à Estação Ferroviária de Aveiro, pelo acrescido aumento de fluxos de circulação que o PCI irá introduzir neste circuito, resultantes da criação de mais de 5000 postos de trabalho. De facto, é urgente promover uma rede de mobilidade eficiente nomeadamente na ligação de importantes infra-estruturas da cidade que definem percursos chave nas deslocações diárias, como por exemplo: Estação | Hospital | Campus UA | PCI⁵⁸. É necessário repensar a rede de mobilidade e os pontos de transferência modal, enquadrando a nova realidade do PCI, numa lógica que ultrapasse as fronteiras municipais perspectivando escalas mais abrangentes. Podem considerar-se ainda outros factos relevantes, como a futura linha e estação do TGV de Aveiro. A inter-municipalidade dos transportes passará certamente pela discussão e definição de estratégias de mobilidade no âmbito da CIRA. Estas questões passam também, por exemplo, por pensar a articulação das áreas de estacionamento com os pontos de transferência modal, permitindo uma

⁵⁸ A ligação que existe presentemente da MoveBus (linha 6 – Universidade) não inclui a relação com os outros campus da UA e com Ílhavo. <http://www.moveaveiro.pt/>

- Edifício Central e Design Factory
- Laboratório de Uso Comum
- Incubadora
- Empresas

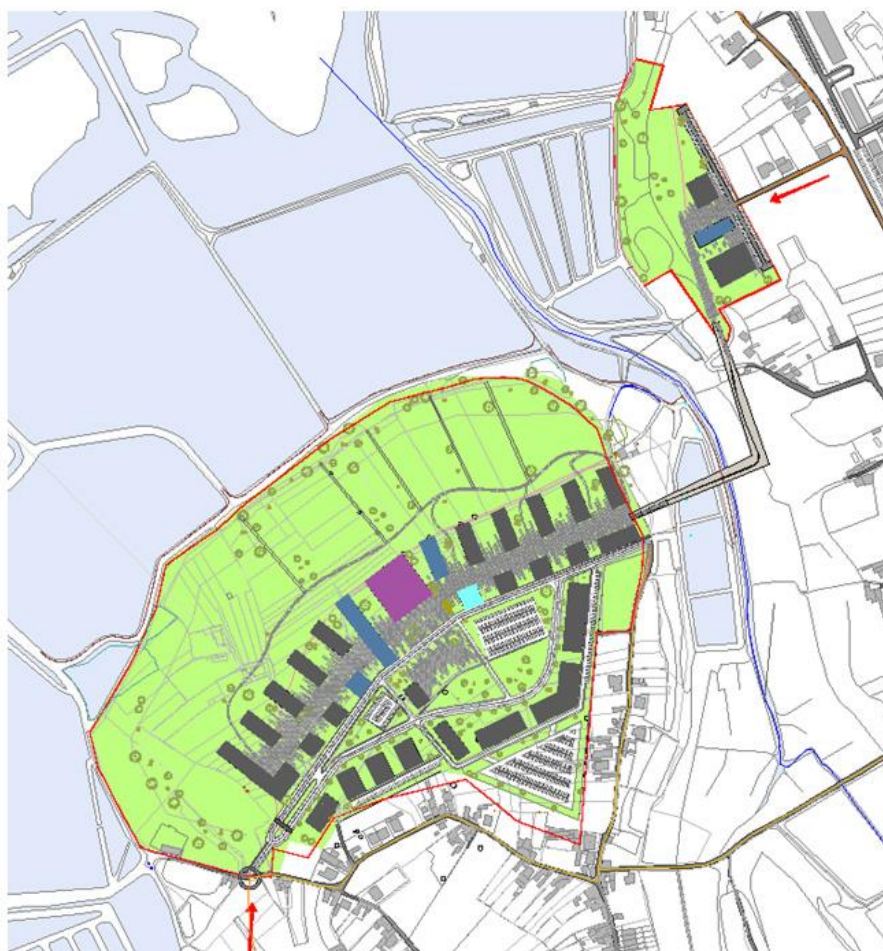


Fig.57| Desenho do Plano do Parque da Ciência e Inovação.

multiplicidade de oportunidades de deslocação, e evitando o uso exclusivo do rodoviário e especialmente do automóvel de uso individual. É assim necessário pensar numa perspectiva que considere múltiplas alternativas de mobilidade, não condicionando ou privilegiando umas em função de outras. O conceito deverá ser o de compatibilização, e não o de substituição, por forma a não condicionar desenvolvimentos e oportunidades futuras.

A estruturação de uma tal rede de circulação é essencial a um desenvolvimento urbano coerente, pelo que se considera urgente o desenvolvimento de um estudo cuidado das opções de mobilidade que representam um factor chave no desenvolvimento do futuro PCI. As próprias características do território, onde o parque será implantado, exigem um desenho estruturante que permita também criar condições de ordenamento da sua envolvente imediata, para que esta se reestruture e enquadre na nova realidade que o PCI vai introduzir. Este desenho não implica densificar, geralmente entendido como essencial para estabelecer um ambiente urbano, mas antes trabalhar com diferentes densidades e encarar o difuso como matéria nova de construção de urbanidade, num universo que é ele próprio oportunidade experimental.

O mais recente desenho do plano, elaborado pelos Serviços Técnicos da UA, e ainda em processo de desenvolvimento, aponta para uma estrutura em espinha organizada em torno de uma alameda central, remetendo para o campus sul de Santiago. A alameda estabelece continuidade com os outros campus da UA através de uma ponte pedonal que, atravessando o esteiro da Marona, liga num ângulo recto ao pólo empresarial de Aveiro. A ponte prevista pretende, para além do carácter de atravessamento, estimular novas vivências e dinâmicas ao integrar, por exemplo, um café. De facto, o perfil da ponte proposta, ao promover a circulação pedonal, não deverá condicionar futuras acessibilidades, o que acaba um pouco por acontecer com a ponte pedonal que liga o campus sul de Santiago ao campus do Crasto. A área central da alameda define um espaço mais amplo que pretende assumir o carácter de praça polarizadora, ao ser definido pelos edifícios de uso comum, como os LUC's, a Design Factory e a Incubadora. Os edifícios perspectivam-se com uma média de três pisos, com vista a continuidade com os outros campus da UA. Ao nível das acessibilidades, contrariamente ao conceito pretendido de fruição livre, o desenho proposto sugere um sistema fechado em que dois pontos de acesso ligam o parque à envolvente. Um dos pontos de acesso pretende ligar à circular poente de Ílhavo, à A25, bem como à nova ligação à A17, enquanto que o outro fará a ligação à EN 109 e consequentemente a Aveiro. O parque é atravessado, entre esses dois pontos, por um eixo

viário principal que se desenvolve paralelo à alameda, e que liga as várias áreas de estacionamento previstas. No que respeita às zonas de estacionamento não é ainda perceptível no desenho a existência de pontos de transferência modal, constituindo um factor importante a desenvolver no âmbito da definição da estrutura de mobilidade do parque. Paralelamente, também a definição de percursos pedonais e cicláveis e do carácter dos espaços não construídos constitui um dos desafios chave da sustentabilidade do parque.

A análise efectuada baseia-se num desenho provisório, dado que o plano ainda se encontra em processo de desenvolvimento, pelo que possivelmente algumas das considerações rapidamente deixarão de fazer sentido num futuro próximo.

No âmbito do PCI, como já referido, pretende-se criar condições que privilegiem as mobilidades pedonal e ciclável, potenciando a permeabilidade à comunidade através da fruição dos espaços exteriores do parque, nomeadamente de percursos que promovam a contemplação da paisagem lagunar envolvente. Neste contexto, pode repensar-se a inclusão da antiga aspiração de uma via panorâmica, ligando os dois municípios, Aveiro e Ílhavo – na continuação da Rua da Pêga.

Este carácter de fruição pública pode beneficiar da articulação com actividades pedagógicas e de sensibilização ambiental como, por exemplo, as que a UA tem promovido, através da Fábrica: Centro de Ciência Viva, nomeadamente, na perspectiva de divulgação e formação sobre a biodiversidade do território lagunar.

A Universidade de Aveiro tem vindo a desenvolver um trabalho de sensibilização para a alteração dos hábitos modais, nomeadamente, através da parceria com a CMA no Projecto Europeu de Mobilidade Saudável “*Lifecycle*”⁵⁹, e no âmbito do projecto “*Cicloria*”⁶⁰.

⁵⁹ Lifecycle – Projecto cujo plano de acção pretende alterar os comportamentos de mobilidade, nomeadamente pela integração do uso da bicicleta na rotina diária dos cidadãos, numa perspectiva de mobilidade sustentável e de potenciar melhor qualidade de vida. <http://www.lifecycle.cc/>

⁶⁰ Cicloria – Projecto com o objectivo de definir na região de Aveiro, um sistema de vias cicláveis de carácter urbano e ribeirinho, criando uma rede de aproximadamente 100km, com preocupação de integração intermodal com sistemas de transporte colectivo rodoviário e ferroviário. <http://cicloria.blogs.sapo.pt/>

Uma iniciativa também a referir é a que a CMA está a desenvolver, no âmbito do seu Gabinete de Mobilidade, para a definição de um Plano de Mobilidade para a Cidade de Aveiro e que se articula com a revisão do PDM. Um outro exemplo, no domínio da mobilidade, é o projecto BUGA⁶¹, que apesar de algumas falhas na sua concretização representa um conceito interessante a retomar, nomeadamente na articulação com o projecto “Cicloria”, o projecto “Corredores Ecológicos”⁶² e o “Polis Litoral Ria de Aveiro”⁶³, numa perspectiva que enquadre a realidade da Universidade e do futuro PCI. De facto, a UA poderá num futuro próximo constituir, ela própria, um campo de experimentação, um “living lab” no domínio da mobilidade sustentável, apoiando-se designadamente na investigação sobre mobilidade eléctrica, desenvolvida no âmbito da parceria entre o Grupo Empresarial Martifer e o IEETA (Instituto de Engenharia Electrónica e Telemática de Aveiro). A aposta em modos alternativos, e até experimentais de circulação, entre os campus da UA (Santiago | Crasto | PCI), poderá definir novas estratégias e redes de mobilidade, essenciais ao desenvolvimento sustentável da cidade e região de Aveiro, fomentando o conceito de eficiência energética, que constitui um tema âncora que se destaca como um dos importantes desígnios do PCI.

O conceito de eficiência energética pode ser traduzido no próprio parque, por exemplo no domínio das opções de iluminação, pretendendo-se reflectir aí o trabalho das empresas parceiras, que integram o PCI na construção deste novo campus.

Os próprios edifícios podem, num processo desenvolvido em conjunto com as diferentes áreas que o PCI integra, assumir o carácter próprio do já referido Living Lab. Nesta perspectiva, a própria construção dos edifícios, desde a escolha de materiais a soluções construtivas, pode servir como exemplo de inovação e sustentabilidade, materializando o conhecimento e os resultados da investigação que a Universidade e o PCI desenvolvem. O projecto dos edifícios, e mesmo o do parque, permitirão deste modo transmitir o carácter inovador que se pretende veicular, bem como ilustrar e ensaiar o trabalho desenvolvido nos seus laboratórios. Os edifícios poderão sofrer mutações, resultantes da experimentação a que são sujeitos e, como se de organismos vivos se tratasse, permitir conferir alguma dinâmica e atractividade ao parque, promovendo uma visibilidade dinâmica do mesmo.

⁶¹ BUGA – Bicicleta de Utilização Gratuita de Aveiro, 2000. O projecto contou, no seu início, com 200 bicicletas e 33 parques estrategicamente espalhados pela cidade, para além duma concepção de projecto que englobou mobiliário urbano próprio (sinalética e parques); logística (manutenção, recolha e vigilância das bicicletas) e a criação de pistas cicláveis.

⁶² A CMA avançou, em 2009, com a construção de três Corredores Ecológicos, projecto financiado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional no âmbito da contratualização com o Plano Operacional do Centro/QREN. Um dos Corredores, no seu troço final, liga ao Esteiro de S. Pedro, próximo do Campus da UA, já identificada como uma zona sensível de elevado interesse e valor ecológico.

⁶³ O plano de acção do Polis Litoral Ria de Aveiro integra o esteiro de S. Pedro, pelo que se reveste de maior interesse a articulação com os outros planos e com a UA.

O conceito de sustentabilidade potenciará e impulsionará o desenvolvimento da sociedade, e das cidades, de um paradigma do conhecimento, para uma sociedade ancorada em cidades onde a eficiência será a condição de partida, com base em indústrias e tecnologias limpas. No contexto de Aveiro, o PCI poderá constituir o factor chave para desenvolver um ecossistema sustentável e poder aspirar à concretização paradigmática da cidade eficiente.

IV Leituras Conclusivas

Políticas Públicas

As políticas públicas resultam da preocupação de dar resposta a necessidades sociais, contribuindo para reforçar a capacidade colectiva de adaptação às mudanças estruturantes, e ainda promover a criação de oportunidades.

Neste âmbito, as políticas de cidades são essenciais para se conseguir obter uma visão integrada do território, acrescentando valor às políticas sectoriais.

As políticas urbanas, enquanto políticas públicas, emergem em Portugal nos últimos 30 anos. Estas traduzem-se em políticas específicas, como aquelas que promovem e planeiam a regeneração urbana⁶⁴ e a regeneração ambiental. Em Aveiro, um exemplo das políticas de regeneração urbana é o programa que suporta a criação do Parque da Sustentabilidade. No âmbito da regeneração ambiental destacam-se o Programa Polis e o Polis Litoral Ria de Aveiro.

Neste domínio, as parcerias público – privadas (PPP), enquanto instrumentos destas políticas, assumem um papel determinante. *“O processo de PPP é uma forma nova de acção pública que introduz na própria concepção dos serviços públicos lógicas privadas.”*⁶⁵

Políticas Urbanas

O planeamento, enquanto instrumento das políticas urbanas, desenvolve-se tardiamente no contexto nacional, nomeadamente nas cidades médias e capitais de distrito, como é o caso de Aveiro.

O regime jurídico do planeamento local teve início com o Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio, traduzindo-se na obrigatoriedade de elaboração dos Planos Directores Municipais (PDM), numa perspectiva de criar uma rede de cobertura de planeamento para todo o território nacional.

É na década de 70/80 que o planeamento emerge na cidade de Aveiro, impulsionado pela criação da Universidade.

⁶⁴ Importância da regeneração urbana já presente, na década de 60, na visão de Nuno Portas – *“A cidade como arquitectura”* – e de Aldo Rossi – *“A arquitectura da cidade”*.

⁶⁵ Ascher, François - Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos. Um léxico. p. 131.

A Universidade, desde a sua criação pelo decreto lei de 73, tem assumido um papel de destaque no desenvolvimento e nas políticas urbanas da cidade, por vezes adoptando estratégias e desígnios comuns aos promovidos pela autarquia, enquanto que noutros períodos se afasta dos mesmos.

As acções promovidas pela Universidade abrangem domínios e políticas específicas que vão desde a regeneração urbana e reconversão funcional à valorização ambiental e eficiência energética, remetendo constantemente para as novas tendências e princípios do urbanismo.

Planeamento

Planos da Cidade | Planos da Universidade: perspectivas diversas vs. desígnios comuns

Na fase precedente à emergência dos Planos Directores Municipais, enquanto instrumentos de gestão territorial, desenvolve-se em Aveiro o primeiro Plano Director da Cidade. Embora numa perspectiva de intervenção no centro urbano, o plano é integrado numa visão de abrangência regional. Define-se, nesta fase, uma rede viária estruturante para Aveiro que, pela sua pertinência, deveria ser considerada nos processos de reflexão e desenvolvimento da cidade contemporânea.

No contexto do pós 25 de Abril surge o primeiro plano que integra a perspectiva da implantação da Universidade, oportunidade potenciada pelo Arq. Nuno Portas. O Plano Integrado Aveiro | Santiago defende uma adequada integração urbana da Universidade na cidade⁶⁶. Intenção coincidente com os desígnios da Comissão Instaladora, bem como dos Reitores seguintes.

Com a adopção de um novo plano geral para a Universidade (PGUA) os desejos de integração são subvertidos, apontando-se para um modelo de campus anglo-saxónico, enquanto sistema universitário segregado da cidade e na relação com a Ria de Aveiro.

A revisão deste plano geral, a cargo do CEFA com a coordenação do Arq. Nuno Portas, retoma a ideia de inserção na cidade da estrutura universitária, através da estruturação do espaço público, perspectivando dinâmicas urbanas, nomeadamente pela continuidade de percursos pedonais e cicláveis, e pelo carácter programático definido na relação dos edifícios com a alameda proposta.

Numa perspectiva de continuidade, o Plano Director Municipal de 1995, com o Arq. Manuel Fernandes de Sá como consultor, traduz esta visão estruturante do espaço público, associando-a às linhas de água que configuram os “dedos verdes” da cidade, e do seu desenvolvimento. Neste âmbito, entende-se

⁶⁶ Perspectiva defendida por Nuno Portas, em 68, para a nova Universidade de Lisboa. PORTAS, Nuno; BARATA, José Pedro Martins – A Universidade na Cidade problemas arquitectónicos e de inserção no espaço urbano, 1968. p. 492-509.

o desenvolvimento urbano claramente veiculado ao crescimento da Universidade e das dinâmicas por ela potenciadas.

A par destes desígnios, surgem novos desenvolvimentos que remetem para outras orientações. O Plano do Campus do Crasto perspectiva uma expansão que se distancia das intenções de inserção na cidade, remetendo para um carácter programático que potencia novas sinergias numa escala inter-municipal.

No entanto, a interacção e a pretendida relação de proximidade com o território lagunar mantém-se, traduzida no desígnio do Pólo de divulgação científica projectado para o Plano de Pormenor da zona da Antiga Lota.

Neste contexto, emergem programas impulsionados pelas políticas urbanas, dos quais é exemplo o Programa Polis de Aveiro. O Plano de Urbanização no âmbito deste programa, desenvolvido pela equipa do CEFA, conta com a coordenação do Arq. Nuno Portas, que mantém com a cidade uma relação próxima desde a implantação da Universidade. Este plano prossegue a visão do PDM de 1995, da estruturação do espaço público urbano assumindo como referência as linhas de água, numa clara perspectiva de valorização ambiental. Neste âmbito promove-se uma relação próxima da Universidade à Cidade, através das intervenções propostas, no entanto, a UA privilegiava outros desígnios.

Ainda no domínio das políticas urbanas, nomeadamente no âmbito do instrumento “Parcerias para a Regeneração Urbana”, desenvolve-se o presente desafio da cidade, ancorado no conceito de sustentabilidade. O Programa de Acção Parque da Sustentabilidade promove a parceria entre os desígnios da cidade e os da UA (Unidade de Imagiologia | Fábrica: Centro de Ciência Viva). No entanto, os propósitos defendidos não têm uma tradução clara na concepção de algumas intervenções, nomeadamente, no desenho do espaço público.

Paralelamente, surge no seio da Universidade a oportunidade de desenvolver um antigo desígnio – um Parque de Ciência e Tecnologia. O Parque da Ciência e Inovação pretende assumir-se como exemplo da 3ª geração de parques de ciência, numa estreita relação com as cidades e região em que se insere. Nesta perspectiva, o PCI constitui uma oportunidade de estruturar o território e de promover a articulação | amarração entre Aveiro e Ílhavo. Isto implica a definição de uma rede de mobilidade eficiente, e promover uma adequada articulação entre campus da UA, e destes com a envolvente próxima.

Regeneração urbana

No contexto das Políticas de Regeneração Urbana, enquanto instrumentos específicos das políticas públicas, destacam-se alguns planos para a reconversão de zonas e património edificado degradados, bem como a promoção de outras dinâmicas urbanas.

O Plano de Pormenor da Zona da Antiga Lota constitui um dos exemplos que se destaca na cidade de Aveiro, na perspectiva de reconversão de uma zona obsoleta que estabelece uma íntima relação com o centro histórico da cidade. Este desafio é posteriormente integrado no plano de acção do Programa Polis, em 2003|04, até hoje por concretizar.

No que respeita à recuperação e preservação do património edificado de Aveiro a Universidade tem desenvolvido iniciativas e projectos de referência para a Cidade. Por um lado recuperando património industrial (Fábrica: Centro de Ciência Viva) e edificado do período Arte Nova (Fundação João Jacinto Magalhães), e por outro nas dinâmicas promovidas pelas funções universitárias em território central urbano, contribuindo para a sua manutenção e|ou requalificação.

Neste contexto destaca-se, a título de exemplo, a colaboração entre a CMA e o departamento de Engenharia Civil da UA no estudo do edificado do centro histórico da cidade, numa perspectiva de promover a reabilitação do património e sensibilizar potenciais intervenientes. Através deste estudo pretende-se desenvolver técnicas e o conhecimento sobre materiais de construção tradicionais, como é o caso do adobe, muito característico da região de Aveiro, numa óptica de sustentabilidade das construções.

No âmbito da promoção de dinâmicas urbanas, muito têm contribuído as iniciativas culturais, pedagógicas e de divulgação científica desenvolvidas pela Universidade. Estas acções surgem ancoradas em antigos desígnios de aproximação à comunidade, desde a ideia de Círculo Universitário, prevista para um antigo edifício na Av. 5 de Outubro, bem como no pólo de divulgação científica que acabou por se traduzir na Fábrica: centro de Ciência Viva. Estas dinâmicas são potenciadas pela revisão do PGUA, na promoção da permeabilidade da estrutura universitária traduzida pelo desenho do espaço público, nomeadamente, de uma alameda com carácter de rua urbana.

A inserção no tecido urbano de residências universitárias representa também um desígnio claro da Universidade, numa perspectiva de aproximação à cidade e de coesão social. Neste domínio surgem oportunidades para preservar património edificado, de que é exemplo a Casa Manuel Firmino que, sendo disponibilizada à associação académica da UA, continua, no entanto, sem perspectivas de recuperação.

Paralelamente, a Universidade tem conduzido o seu desenvolvimento e expansão de forma polarizada. A intenção da UA em estabelecer pólos de ensino técnico, nomeadamente, em Águeda e

Oliveira de Azeméis, resulta também de uma intenção de promover a regeneração urbana do tecido territorial de proximidade.

Hoje, os novos desafios municipais aliam-se aos universitários, no âmbito das Parcerias Para a Regeneração Urbana, assumindo projectos conjuntos no enquadramento do programa do Parque da Sustentabilidade.

Mobilidade

Estrutura de mobilidade da UA e da(s) Cidade(s): perspectivas e desafios

O planeamento e ordenamento do território de Aveiro têm convergido, em vários momentos, no decorrer das estratégias de mobilidade defendidas para a cidade. Esta perspectiva de continuidade traduz-se numa rede de mobilidade estruturante com base na valorização das linhas de água.

Embora os eixos definidos não sejam plenamente coincidentes nos vários planos para a cidade, assumem uma visão estruturante comum, nomeadamente, no Plano Director da Cidade de 1964, no Plano Director Municipal de 1995 e no Plano de Urbanização do Programa Polis.

No âmbito da promoção de uma rede de mobilidade pedonal e ciclável foi determinante a revisão do PGUA, em 1989, nomeadamente, na perspectiva de continuidade com o tecido urbano envolvente. Ainda neste domínio as intervenções do PDM de 1995, de que é exemplo a reconfiguração da Rua da Pêga, e perspectiva da via marginal panorâmica, apontaram para o desenvolvimento de uma rede integrada entre a cidade e a UA.

Hoje, a multiplicidade de iniciativas e programas de acção que se desenvolvem para o território de proximidade de Aveiro, tornam urgente a cooperação e articulação entre os vários agentes | entidades e as intervenções propostas, numa perspectiva intermunicipal, e que conduza a uma rede de mobilidade mais sustentável. Destas iniciativas destacam-se o Plano de Mobilidade para a Cidade de Aveiro, neste momento em desenvolvimento no Gabinete de Mobilidade da CMA, o Projecto “*CicloRia*”, o projecto “*Corredores Ecológicos*”, e o “*Polis Litoral Ria de Aveiro*”, entre outros, numa perspectiva que enquadre ainda a oportunidade de experimentação criada pelo futuro PCI.

Estrutura verde urbana | Regeneração Ambiental e Preservação do Património Natural

A concepção das zonas verdes urbanas de Aveiro evoluiu desde o Jardim Romântico, influência do modelo francês, de que é exemplo o Parque D. Pedro V, ao Parque Verde, de influência anglo-saxónica, até ao actual conceito de Estrutura Ecológica Urbana.

No processo de planeamento de Aveiro foram-se definindo conceitos distintos de espaço verde, ancorados nos modelos atrás referidos. Estas diferentes concepções determinaram | projectaram diferentes modos de aproximação da Universidade à Cidade.

O Plano Integrado Aveiro | Santiago configurava um jardim não abrangente, numa perspectiva de isolamento, considerada adequada à função do ensino. Esta concepção traduzia-se em pátios internos à estrutura universitária remetendo, possivelmente, para os claustros dos antigos Colégios Universitários. A visão pretendida de integração da Universidade na Cidade, não é transportada para a concepção do verde universitário.

No âmbito do Plano Geral, da Universidade de Aveiro, traduz-se a influência do Parque Verde anglo-saxónico. Mantém-se um espaço verde restringido, já que o carácter segregado do campus promove, apenas, a fruição pela comunidade académica, como acontecia no PIAS, mas agora contemplando a perspectiva de lazer.

A revisão do PGUA traz consigo uma nova configuração, numa perspectiva de fruição pública de uma rede de espaços verdes associada à estruturação e qualificação dos espaços públicos urbanos, e que é posteriormente retomada no âmbito do Programa Polis. Pretende-se estabelecer uma continuidade urbana através da requalificação das frentes de água, de que é exemplo a Rua da Pega na perspectiva de criar uma via marginal panorâmica.

O Parque da Baixa de Santo António, prolongando o Parque D. Pedro V, aponta já para uma ideia de continuo verde, na perspectiva de definir os referidos Corredores Ecológicos.

Os actuais programas de acção, que a(s) Cidade(s)|Universidade de Aveiro estão a desenvolver, remetem para um carácter agro-lúdico-pedagógico, nomeadamente, no âmbito do Parque da Sustentabilidade e, potencialmente, no contexto do futuro Parque da Ciência e Inovação. No caso do futuro PCI, o terreno de implantação (Coutada) apresenta, actualmente, uma estrutura verde primária, de carácter agrícola, e vegetação ripícola que se desenvolve ao longo dos esteiros e taludes.

No que respeita às políticas de regeneração ambiental, nomeadamente da rede hídrica, ressalta o desígnio da despoluição da laguna de Aveiro. O papel desempenhado pela UA, impulsionado pelo seu Instituto de Ambiente e Desenvolvimento (IDAD), principalmente pelo Professor Carlos Borrego, e em cooperação com as acções municipais de Alberto Souto, assumem uma importância determinante na concretização deste desígnio. Numa perspectiva de continuidade, o PP da Zona da Antiga Lota e o Programa Polis desenvolvem o trabalho de requalificação da rede hídrica.

Paralelamente, desenvolve-se o primeiro projecto inter-municipal a nível nacional (SIMRIA), pela Associação de Municípios da Ria de Aveiro (AMRIA), e que posteriormente vai resultar no plano de intervenção UNIR@RIA, comandado pela associação agora designada de Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA).

Hoje, o programa de acção Polis Ria de Aveiro, enquanto política de regeneração ambiental, retoma estas iniciativas, e um conjunto de projectos que os diversos Municípios assumem como estruturantes. A estratégia integrada de intervenção definida para a Ria de Aveiro assume como visão de futuro a de uma “Ria de múltiplas vivências, economicamente dinâmica e ambientalmente preservada.”⁶⁷

Definem-se quatro eixos estratégicos, que agrupam diferentes tipologias de projectos e acções, e que visam o cumprimento de três grandes objectivos:

- Ria ambientalmente preservada (Protecção e requalificação da zona costeira e lagunar visando a prevenção de riscos; Protecção e valorização do património natural e paisagístico);
- Ria economicamente dinâmica (Valorização dos recursos como factor de competitividade económica e social);
- Ria de múltiplas vivências (Promoção e dinamização da vivência da Ria).

Este programa de acção, articulado com outras iniciativas intermunicipais, como a que o futuro PCI constitui, podem permitir estabelecer uma rede intermunicipal coerente, contrariando o risco de resultar apenas num conjunto de acções isoladas sem a devida articulação.

⁶⁷ Polis Litoral Ria de Aveiro: Plano Estratégico. p. 9.

Verificação das hipóteses e confirmação de alguns resultados interpretativos

A cidade de Aveiro apresenta um conjunto complexo de geografias, alvo de múltiplas mutações ao longo das últimas décadas. Esta complexidade aborda uma vasta panóplia de associações que articulam elementos intimamente relacionados com a diversidade das centralidades, densidades e morfologias urbanas; a obsolescência e as dinâmicas de regeneração urbana; a dispersão, a difusão e as novas formas de urbanidade; a sustentabilidade e a eficiência dos ecossistemas.

Paralelamente, a Universidade detém um carácter estruturador na articulação da multiplicidade de factores que caracterizam o tecido urbano da cidade de Aveiro. De facto, ao longo dos últimos pouco mais de trinta anos, a Universidade de Aveiro teve uma influência directa nos modelos de desenvolvimento territorial e urbano. Muitas das vontades expressas, relativamente ao modelo de desenvolvimento e articulação territorial, foram efectivamente moldando o discurso político local sobre essa mesma relação sonhada, ou desejada.

Durante esta dissertação, foram destacados os vários desígnios da Universidade que resultaram em diversas estratégias de regeneração, requalificação e desenvolvimento da Cidade. O trabalho de investigação sobre o território lagunar é um dos exemplos que se destaca, no âmbito da requalificação e valorização ambiental, numa perspectiva de ecossistema sustentável.

Ao longo do período referido acima, pôde assistir-se a momentos alternados de convergência e de divergência, nas políticas de gestão universitária, e também de gestão urbana. Se o discurso foi por vezes comum, na maioria das acções concretas o desfasamento entre as possibilidades de actuação e a segmentação evidente entre os desígnios do poder local e os da gestão universitária não permitiram que se encontrassem no terreno, nem no momento, nem na distribuição geográfica dos actos. Este desfasamento revelou-se um factor limitativo das vontades existentes de articular de modo inovador as relações entre a malha urbana estabelecida e o novo campus universitário a instalar, que se pretendia desde sempre diferente das experiências tradicionais nacionais.

No entanto, o conhecimento científico desde sempre aplicado e disponibilizado pela universidade (criando desde início um Departamento de Ordenamento e Ambiente), muito apostada no confronto com a realidade local e no serviço directo de apoio à região, resultou num amplo conjunto de programas que se reflectiram em projectos e desafios, muitas vezes alcançados, apesar dos inevitáveis “desencontros” também presentes. Pode referir-se a título de exemplo o desígnio da despoluição da laguna – que resultou no primeiro projecto inter-municipal a nível nacional, comandado pela Associação de Municípios da Ria de

Aveiro, que adoptou a designação de SIMRIA, e que arrastou consigo o programa de abastecimento de águas à Região e as redes de cobertura integral e tratamento de esgotos na bacia do baixo Vouga.

A escolha de parceiros técnicos, por parte da Universidade, revelou-se muitas vezes estratégica e determinante, influenciando muitas das escolhas municipais que lhe sucederiam, e que acabaram por permitir convergências ou sinergias com óbvios resultados no terreno.

Todo este processo de articulação e parcerias estabelecidas entre a cidade e a Universidade tem sido conduzido através das visões protagonizadas pelas personalidades envolvidas no processo de transformação urbana de Aveiro. Por este motivo, contribuíram para os conteúdos desta dissertação, testemunhos recolhidos junto de muitas das personalidades relevantes.

O esforço em promover as condições necessárias à implantação da Universidade na Cidade, por parte da Comissão Instaladora e da Autarquia, pela vontade e esforço do Dr. Girão Pereira, e em cooperação com o Fundo de Fomento da Habitação, pela visão de Nuno Portas, enquanto Secretário de Estado, foi determinante para o progresso e notoriedade de Aveiro, traduzindo-se na sua capacidade de atracção e competitividade.

O processo de escolha de parceiros técnicos beneficiou, também, de algumas felizes coincidências. A chegada do Arq. Nuno Portas à Faculdade de Arquitectura do Porto, e o recém criado Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura (CEFA), no período de instalação da Universidade de Aveiro, bem como as influências geradas na convivência com o Arq. Manuel Fernandes de Sá que, anos mais tarde, vem a ser consultor do primeiro Plano Director Municipal de Aveiro (1988 – 1995), foram determinantes para o percurso de desenvolvimento articulado da cidade.

O papel de Nuno Portas destaca-se no processo de desenvolvimento da Cidade | Universidade, associando a notável visão dos Professores Renato Araújo e Júlio Pedrosa, na construção de uma instituição ao serviço da Cidade | Sociedade do conhecimento.

Posteriormente, o Arq. Manuel Fernandes de Sá, enquanto consultor do PDM, prossegue a estratégia de estruturação do espaço público, desenvolvida na revisão do plano da Universidade.

Igualmente, no decorrer da proximidade que a Universidade estabelece com o CEFA, os novos desígnios da Cidade | Universidade, na perspectiva de divulgação científica e valorização ambiental, vão ser conduzidos pelo Arq. Nuno Portas no âmbito do PP da zona da Antiga lota e do Programa Polis de Aveiro, em consonância com a gestão municipal, motivada pela visão do Dr. Alberto Souto.

Entretanto, num período de expansão da Universidade, assiste-se a um afastamento destes desígnios, e aponta-se para novas direcções que remetem para dinâmicas inter-municipais, nomeadamente no período de governação da UA pela Professora Maria Helena Nazaré enquanto Reitora.

No âmbito das políticas urbanas, nomeadamente as de regeneração urbana, o conceito de sustentabilidade é assumido nas estratégias da cidade pela actual autarquia do Dr. Hélio Maia. Este desafio, traduzido no Parque da Sustentabilidade, e coordenado pelo Dr. António Soares, desenvolve-se numa parceria entre a Cidade | Universidade, nomeadamente no âmbito da divulgação e formação científica.

Contudo, é necessário operacionalizar o conceito de sustentabilidade, ajustar as metodologias processuais e momentos de participação, numa perspectiva de “governância” que procura estabelecer compromissos.

Hoje, a Universidade encara novos desafios que perspectivam um desenvolvimento onde a eficiência será a condição de partida, e a definição de redes inter-municipais para a optimização de recursos. Neste contexto, a visão do futuro Parque da Ciência e Inovação, impulsionada pelo actual Reitor, o Professor Manuel Assunção, e pelo Professor Artur da Rosa Pires, Pró-reitor responsável pela coordenação do projecto, poderá constituir o factor chave.

Reanalizando este processo evolutivo numa perspectiva independente dos seus intervenientes, pode-se constatar que o tempo foi permitindo que a urgência das respostas sociais imediatas, da governação municipal dos tempos iniciais da democracia, se fosse convertendo num conjunto de desafios mais estratégicos, de visibilidade, mobilidade, resposta cultural e articulação, que os novos poderes municipais passaram a encarar como desafios conjuntos e oportunidades a explorar nos seus sucessivos modelos de governação.

Ainda hoje, as acções mais propagandeadas da actuação municipal assentam em sucessivos programas de implementação, de políticas de ordenamento territorial e de planeamento, que se foram desenhando ao longo de décadas, sobre os desafios da construção de uma acção de relação territorial com o território lagunar, privilegiando os equilíbrios ambientais, a que não são estranhas a aproximação da cidade às suas frentes ribeirinhas lagunares, ou a qualificação das estruturas e corredores ecológicos, que complementam e estruturam a mancha ainda hoje crescente da urbanização central, e que pretendem expandir essas qualidades à cidade dispersa que a envolve, onde se alojam as populações que não pararam ainda de aqui acorrer, em busca de conforto e novas oportunidades de vida, que a atracção, motivada pela “sui generis” condição ambiental, sustenta em plano elevado.

Contudo, também as acções municipais acabaram por ditar, de maneira bem evidente, o modo como a Universidade e a cidade se relacionam territorialmente. A colocação da principal ligação rodoviária para sul, sobre a Av. Da Universidade, acabou por estabelecer a principal barreira que ainda hoje subsiste como tal e separa os campus universitários da cidade canónica, agora próxima e densa do outro lado da via.

Também, a disponibilidade de um parque edificado degradado com elevado valor patrimonial, acabou por facilitar a viabilização de alguns institutos e outras funções universitárias em território central urbano, contribuindo para a sua manutenção e|ou requalificação.

As possibilidades, diversas vezes tentadas (PP da zona da Antiga Lota | Programa Polis de Aveiro), de explorar em operações conjuntas, entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Universidade, a instalação sonhada do campus da Ciência, que sempre se revelou difícil, acabou por determinar o avanço isolado da Universidade, que procurou outros e múltiplos parceiros, agora também fora do município de Aveiro.

Na verdade, podem rever-se em muitos projectos municipais alguns dos desígnios territoriais esboçados nas primeiras intenções universitárias, que entretanto se foram consolidando como políticas urbanas, e que até, em alguns casos, acabaram por ser confirmados como política nacional de cidades, como na aposta dos planos polis, que se fixaram, num primeiro momento, nas frentes ribeirinhas urbanas. Também a aposta nas mobilidades alternativas e nos circuitos cicláveis, em que Aveiro concretizou o primeiro projecto urbano nacional de grande visibilidade (Bicicleta de Utilização Gratuita de Aveiro | BUGA), nasce do forte desígnio de vocacionar o campus universitário como espaço pedonal e zona de mobilidade rodoviária reduzida, com base no uso da bicicleta.

A rede de espaços verdes e a procura de um maior entrelaçamento entre todos os corredores ambientais geograficamente relevantes, continua a ser um desafio, que agora abraçam juntas as duas instituições, em torno do tema exploratório da sustentabilidade, reunindo condições para o elevar para um novo patamar de rigor e aplicação conceptual da temática.

Mobilidade e eficiência são factores importantes de suporte a todos os projectos novos, recentemente apresentados, que se configuram também como exercícios de experimentação e desenvolvimento inter-municipal, revelando um amadurecimento da experiência de gestão municipal, que pode a curto prazo resultar num mais verdadeiro modelo de governância, assente na aproximação da sociedade e dos cidadãos aos modelos de decisão e interlocutores privilegiados do poder, que assim podem exercer melhor a oportunidade magnífica da democracia participativa em torno da construção do projecto colectivo e iminente público que é a cidade.

Os desafios assumidos pela **Universidade de Aveiro** constituem a referência determinante na reflexão e construção de uma visão conceptual para o futuro da **Cidade**, onde as políticas urbanas definem estratégias interdisciplinares de eficiência colectiva.

E no fundo, a **Cidade**, e a **Paisagem**, são os verdadeiros espaços públicos da cidadania em democracia.

V Apêndices

Bibliografia

- AMORIM, Inês - **História da Universidade de Aveiro: a construção da memória: 1973-2000**. Aveiro : Universidade de Aveiro, 2001. 216 p. ISBN 9727890520.
- ARROTEIA, Jorge de Carvalho – **Aveiro: aspectos geográficos e do desenvolvimento urbano**. Aveiro : Universidade de Aveiro, 1998. 136 p. ISBN 97280216223.
- ARROTEIA, Jorge de Carvalho – **O ensino superior em Portugal**. Aveiro : Fundação João Jacinto de Magalhães, 1996. 119 p. ISBN 9728283105.
- ARROTEIA, Jorge de Carvalho – Universidade de Aveiro: um percurso e um futuro a construir. Linhas. Aveiro. ISSN 1645-8923. 3:5 (2006) 4-5.
- ARROTEIA, Jorge de Carvalho; PORTAS, Nuno; TOUSSAINT, Michel – **Universidade de Aveiro: trinta anos de arquitectura**. Lisboa : White & Blue, 2004. 167 p. ISBN 9728650051.
- ARROTEIA, Jorge de Carvalho; PORTAS, Nuno; TOUSSAINT, Michel – **Universidade de Aveiro: arquitectura e urbanismo**. Lisboa : White & Blue, cop. 2000. 157 p. ISBN 9728650000.
- ASCHER, François – **Novos princípios do urbanismo seguido de Novos compromissos urbanos: um léxico**. Lisboa : Livros Horizonte, 2010. 174 p. ISBN 9789722416702.
- ASCHER, François – **Metapolis: acerca do futuro da cidade**. Oeiras : Celta, 1998. 240 p. ISBN 9728027893.
- AUZELLE, Robert – **Plano Director da Cidade de Aveiro**. Aveiro : Câmara Municipal de Aveiro, 1964. 19 p., 81 mapas.
- Aveiro apresenta o seu plano director**. [S.l : s.n.], 1963, 61 p.
- CARVALHO, Jorge – **Ordenar a cidade**. Coimbra : Quarteto, 2003. 566 p. ISBN 9728717601.
- Cardielos, João Paulo – A construção de uma arquitectura da paisagem: a importância da relação, no projecto, entre as arquitecturas de detalhe e as escalas de intervenção e estruturação do território. Coimbra : FCTUC, 2009. Tese de Doutoramento.
- CEFA/UP – **Revisão do plano geral da Universidade de Aveiro**. Aveiro, 1988. Acessível no Arquivo da Universidade de Aveiro. Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museológica.
- Cidade e democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal**. Lisboa : Argumentum, 2006. 399 p. ISBN 9728479398.

- CRISTO, António; Gaspar, J. G. – **Calendário histórico de Aveiro**. Aveiro : Câmara Municipal de Aveiro, 1986. 555 p.
- CULLEN, Gordon – **Paisagem urbana**. Lisboa : Edições 70, 2008. 202, [3] p. ISBN 9789724414010.
- FIDÉLIS, Teresa – **Planeamento territorial e ambiente: o caso da envolvente à ria de Aveiro**. Cascais : Principia, Publicações Universitárias e Científicas, 2001. 315 p. ISBN 9728500580.
- FLORIDA, Richard - **Cities and the creative class**. New York : Routledge, 2005. 198 p. ISBN 0415948878.
- FRAMPTON, Kenneth - **Historia crítica de la arquitectura moderna**. 4ª ed. Barcelona : Gustavo Gili, 1989. 375 p. ISBN 8425210518.
- GARREAU, Joel - **Edge city: life on the new frontier**. New York : Anchor Books, cop. 1992. 548 p. ISBN 0385424345.
- GOMES, Paulo Varela – Arquitectura: la crisis. Madrid. Revista de occidente. 163 (1994) 40-61.
- GRAHAM, Stephen – **Splintering urbanism: networked infrastructures, technological mobilities and the urban condition**. London : Routledge, 2002. 479 p. ISBN 0415189659.
- GRANDE, Nuno; LOBO, Rui, coord. - **Cidade-Sofia**. Coimbra : EDARQ-Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2005. 411 p. ISBN 9729982112.
- KOOLHAAS, Rem – **La ciudad genérica**. Barcelona : Gustavo Gili, 2007. 62 p. ISBN 9788425220524.
- LANDRY, Charles - **The creative city: a toolkit for urban innovators**. 2nd ed. New Stroud : Comedia, 2008. 299 p. ISBN 9781844075980.
- LOBO, Margarida Sousa – **Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco**. 2ª ed. Porto : FAUP Publicações, 1995. 305 p. ISBN 9729483140.
- LOBO, Rui Pedro - **Os Colégios de Jesus, das Artes e de S. Jerónimo: evolução e transformação no espaço urbano**. Coimbra : ELARQ, 1999. 193 p. ISBN 9729738327.
- MATOS, Maria Madalena Aguiar da Cunha Matos – As Cidades e os Campi: contributo para o estudo dos territórios universitários em Portugal. Lisboa : Instituto Superior Técnico UTL, 1999. Tese de Doutoramento.

- MERLIN, Pierre - **L'urbanisme universitaire à l'étranger et en France**. Paris : Presses de l'Ecole Nationale des Ponts et Chaussées, cop. 1995. 416 p. ISBN 2859782370.
- MOREIRA, José António – **Campo de Santiago: vinte anos na construção da Universidade de Aveiro**. Aveiro : Universidade, 1994. 164 p. ISBN 9729604215.
- Nuno Portas: Prémio Sir Patrick Abercrombie**. 2ª ed. Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2006. 130 p. ISBN 972889712X.
- OCKMAN, Joan - **Architecture culture: 1943-1963: a documentary anthology**. New York : Rizzoli, 1996. 464 p. ISBN 0847815226.
- Plano Director Municipal: relatório**. Aveiro : Câmara Municipal de Aveiro, 1995.
- Plano Integrado Aveiro – Santiago**. Aveiro : Fundo de Fomento da Habitação, 1979.
- Plano Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Aveiro**. Aveiro : Câmara Municipal de Aveiro, Pelouro do Ambiente, 2006. 32 p.
- PORTAS, Nuno; BARATA, José Pedro Martins – A Universidade na Cidade problemas arquitectónicos e de inserção no espaço urbano. Lisboa. Análise Social, 6 : 22-24 (1968) 492-509.
- PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – **Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades**. 2ª ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. 295 p. ISBN 9789723110616.
- PORTAS, Nuno – **A cidade como arquitectura: apontamentos de método e crítica**. 2ª ed. Lisboa : Livros Horizonte, 2007. 212 p. ISBN 9722414631.
- PORTAS, Nuno – **Arquitectura(s): teoria e desenho, investigação e projecto**. Porto : FAUP, 2005. 497 p. ISBN 972948371X.
- PORTAS, Nuno – **Os tempos das formas**. Guimarães : Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005. ISBN 9729982201.
- PINTO, Rui H. Galiano Barata – **Universidades novas na Europa, organização e funcionamento: relatório da deslocação efectuada de 16 a 28 Julho de 1978**. Aveiro : Universidade, 1978. 48 p.
- QUINTA, Fernanda – A Universidade na cidade: modos de participação. Planeamento. Aveiro : APPLA, 1 (2003) 17-25.
- Roteiro: Campus da Universidade de Aveiro**. Aveiro : Universidade de Aveiro, 2006. 149 p. ISBN 9727892167.

ROWE, Colin – **Collage city**. Paris : Centre Georges Pompidou, cop. 1993. 271 p. ISBN 2858507120.

SILVA, Armindo do Espírito Santo e; ANDRADE, Eduardo Rebelo de – **Universidade de Aveiro – plano geral: inquérito**. Aveiro : Universidade de Aveiro, [19--?]. 22 p.

SILVA, Armindo do Espírito Santo e; ANDRADE, Eduardo Rebelo de -**Universidade de Aveiro – plano geral: zonamento**. Aveiro : [s. n.], 1979. 52 p.

SILVA, Armindo do Espírito Santo e; ANDRADE, Eduardo Rebelo de -**Universidade de Aveiro – plano geral: programa**. Aveiro : Universidade de Aveiro, 1979. 111 p.

SILVA, Cristina Emília – Aveiro: território e cidade: arqueologia de uma forma urbana. Coimbra : [s. n.], 1999. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC.

SIMÃO, José Veiga – **Diálogo universidade – empresa: que futuro?** Aveiro : Universidade de Aveiro, 1997. 162 p. ISBN 9728021526.

SIMÃO, José Veiga, – **Universidade de Aveiro: desafios: Universidade – sociedade**. Aveiro : J. Simão, 1994. 23 p.

Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory: 1965-1995. New York : Princeton Architectural Press, cop. 1996. 606 p. ISBN 1568980531.

TRABULO, Firmino – **Relatório da Deslocação da Missão da U.A. a Universidades Novas na Europa**. Aveiro, 1978. Acessível no Arquivo da Universidade de Aveiro. Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museológica.

UNIVERSIDADE DE AVEIRO. Comissão Instaladora - **Relatório da Comissão Instaladora: 1º período de instalação**. Aveiro : Universidade de Aveiro, 1976. 22 p.

UNIVERSIDADE DE AVEIRO. Comissão Instaladora - **Plano de desenvolvimento de funções em 1974/75**. Aveiro : Universidade de Aveiro, 1974. 62 p.

UNWIN, Raymond – **Town planning in practice: an introduction to the art of designing cities and suburbs**. New York : Princeton Architectural Press, cop. 1994. XXVI, 416 p. ISBN 1568980043.

Urban machinery: inside modern european cities. Cambridge : MIT, 2008. 360 p. ISBN 0262514176.

VENTURA DA CRUZ PLANEAMENTO – **Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro**. Aveiro : Câmara Municipal de Aveiro, 2004.

Viver Aveiro: programa Polis: plano estratégico. Lisboa : Programa Polis-MAOT, 2001. 51 p.

Filmografia

Obra aberta: arquitectura em visita. Porto : Ordem dos Arquitectos, 2004. 1 DVD vídeo : color., son.

Programa 01. Aveiro : Universidade de Aveiro, 2004. 1 DVD vídeo : color., son.

Sítios da Internet

Universidade de Aveiro [Em Linha]. [Consult. 2009-2010]. Disponível em WWW:<[url:http://www.ua.pt/](http://www.ua.pt/)>

Câmara Municipal de Aveiro [Em Linha]. [Consult. 2009-2010]. Disponível em WWW:<[url:http://www.cm-aveiro.pt/](http://www.cm-aveiro.pt/)>

Créditos das Imagens

Fig. 1-2 | <http://4.bp.blogspot.com/>

Fig. 3 | <http://lisboario200anos.cm-lisboa.pt/>

Fig. 4-5 | Relatório da Comissão Instaladora da Universidade de Aveiro.

Fig. 6 | Unwin – Townplanning in Practice.

Fig. 7 | <http://www.bing.com/maps/>

Fig. 8-16 | R. Auzelle. Plano Director da Cidade de Aveiro, 1964.

Fig. 17-20 | Plano Integrado Aveiro – Santiago, 1979.

Fig. 21-27 | Arquivo da Universidade de Aveiro.

Fig. 28 | Roteiro...

Fig. 29 | Universidade de Aveiro: 30 anos de arquitectura

Fig. 30 | Arquivo da Universidade de Aveiro.

Fig. 31 | <http://www.bing.com/maps/>

Fig. 32 | Universidade de Aveiro: 30 anos de arquitectura

Fig. 33-35 | <http://www.bing.com/maps/>

Fig. 36-43 | Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (CEFA UP)

Fig. 44-51 | Câmara Municipal de Aveiro.

Fig. 52 | hafencity.com/

Fig. 53 | pruned.blogspot.com

Fig.54 | ruhrportal.de

Fig. 55 | <http://archiv.ethlife.ethz.ch/images/novcamp-l.jpg>

Fig.56-57 | Universidade de Aveiro.

Doutor Alberto Souto, Doutor António Soares, Professor Artur da Rosa Pires, Doutora Fernanda Quinta, Doutor Girão Pereira, Professor Hélder Castanheira, Arquitecto Joaquim Oliveira, Professor José Carlos Mota, Arquitecto José Lage, Arquitecto José Quintão, Professor Júlio Pedrosa, Arquitecto Luís Viegas, Engenheiro Maia Marques, Professor Manuel Assunção, Professora Maria Helena Nazaré, Engenheiro Matos Rodrigues, Arquitecto Nuno Portas, Doutor Paulo Mesquita, Professor Renato Araújo.

Arquitecto Nuno Portas

Ana Fonseca (AF) _ No que respeita à questão da implantação da Universidade, como foi integrada na perspectiva do plano do Fundo do Fomento da Habitação?

Nuno Portas (NP) _ Estive envolvido, foi na altura em que era Secretário de Estado. Este terreno era do Fundo de Fomento da Habitação e eu disse - chega metade - porque estávamos contra os bairros muito grandes. De facto, o que eu fiz foi determinar ao Fundo de Fomento da Habitação, nessa altura, que metade do terreno ia para a Universidade, para evitar que a Universidade fosse para um descampado.

AF _ Com a revisão do Plano Geral da Universidade, de que forma se pretendeu contrariar o modelo anglo-saxónico de mega – estrutura?

NP _ Não era bem o de todos os campus anglo-saxónicos, era de dois que estavam muito na moda, que é o de East Anglia, do Lasdun, que foi um dos grandes arquitectos da reconstrução. O outro que era o canadiano, teve muita influência nessa altura, mas no fundo era à portuguesa.

Nós fizemos outra coisa. Eu nessa altura estava muito influenciado, estava e estou, por uma estratégia que se baseava nalguma forma de traçado e de espaço público que permitisse depois uma grande flexibilidade dos edifícios. Foi simples. Era obvio que o que havia que fazer era continuar o espaço público que já existia, mas que era um bocado torcido, e fazia-se uma malha. E agora como é com os edifícios? E aí, nessa altura, propus ao Reitor, o Professor Júlio Pedrosa, propus reunirmos os oito arquitectos que nessa altura já estavam contratados. Foi o Távora que fez essa lista, dos seus rapazes aqui da Faculdade, por isso é que aparecem o Alfredo, o Pedro Ramalho, os arquitectos quase todos aqui do Porto, menos o Souto Moura que não estava ainda contratado. Quando o Souto Moura foi contratado já o plano e o regulamento estavam feitos. Mas eu era muito por soluções informais, portanto, isto nunca se transformou em lei. Fez-se uma reunião, chegámos a um consenso que a altura não se mexia, e que eram três pisos, que os edifícios deviam todos abrir para a galeria, mas não acreditavam muito que a galeria se faria, porque ao fim ao cabo tapava-lhes a fachada, e de facto o Pedrosa aí foi magistral porque acabou por fazer a galeria. A galeria tapa as fachadas. Mas aquela galeria era fundamental porque aquilo era o princípio do claustro. O que me interessava era transformar aquilo num claustro. Os claustros têm muita tradição universitária, e conventual também mas, sobretudo, neste caso, também universitária, foi sempre muito usado como

espaço distributivo. Portanto isto era uma praça, no fundo, e depois aqui era o lote. Nós usámos a técnica mais simples que há que é o loteamento. Depois foi definida numa folha A4, uma cópia dactilografada, uma espécie de ata que servia como regulamento, era um contrato de cavalheiros digamos assim. Tijolo, tecto plano, ..., o resto era a lei dos 45º que um edifício não podia estar mais próximo da altura de três andares, etc. Portanto, aquilo a pouco e pouco, à medida que se fosse densificando, ia diminuindo o espaço livre, o espaço não ocupado. De maneira que isto acabaria por não ter tanto espaço livre. Isto era aleatório, não tinha regras nenhuma, a não ser que tinha que haver à lei dos 45º a separar, que as entradas deviam ser pela galeria, que os anfiteatros deviam estar à porta para poder servir qualquer departamento e não ser exclusivo de um, e que o estacionamento, que nós subestimámos, porque a reitoria, nessa altura, e os professores, estavam convencidos que punham toda a gente a andar de bicicleta. E nós fomos um pouco atrás dessa teoria e, portanto, não nos preocupámos muito com o estacionamento.

AF_ Relativamente à praça central, em que perspectiva é proposto o edifício | auditório do limite norte da praça?

NP_ O edifício aparece com a Biblioteca da Universidade. A ideia era que, acabada esta praça onde estava a Reitoria e a Biblioteca, e a reforma disto que não se sabe quando será, o resto dos caminhos eram já todos angulosos, tínhamos de dar continuidade a isto, por isso quando pusemos ali um término, era um término que não impedia as entradas, nem de um lado, nem do outro.

AF_ E na perspectiva da relação com a cidade?

NP_ Isto era uma cozedura, isto chama-se um ensanche. Isto, que nós fizemos, era um ensanche, quer dizer, é uma extensão de uma coisa que já existe. Só que para ligar isto, tentámos que se conseguisse fazer a passerelle, essa é que foi feita por nós para ligar os vários edifícios.

AF_ No remate sul do campus existem uns edifícios que fogem ao traçado, ou não?

NP_ O do Victor Figueiredo tem tijolo e está alinhado, agora os outros dois escaparam-nos. Entretanto houve outra coisa que nos saiu mal que foi o paisagismo. Fizeram um concurso e ganhou uma equipa de Lisboa e este paisagismo estava completamente errado para aquilo que queríamos. Nós queríamos uma coisa com um certo peso, onde as pessoas podiam estar recolhidas a conversar, a namorar, etc. Era, portanto, um paisagismo de convento. Mas isso foi um período em que nós perdemos o controlo do projecto. O plano também já tinha cumprido a sua missão.

Depois há a excepção do edifício de Geociências. É o projecto do campus mais contraditório. Há sempre ali uma tensão, porque se fossem três ou quatro era um clube, uma família. E a verdade é que não se entra pela galeria, a entrada é pelo lado, ... A Universidade teve um sistema que era interessante, é que cada departamento guiou o seu arquitecto. Isto é como no loteamento, cada pessoa que vai fazer uma casa chama o seu arquitecto, tem de ter as mínimas regras, afastamentos, entradas, etc. Ainda sugeri outra coisa, que o sistema de janelas fosse o mesmo, mas não foi possível.

AF_ Relativamente ao plano do Programa Polis de Aveiro, que propostas foram previstas na perspectiva da relação da Universidade com a Cidade?

NP_ Vou só falar de um ponto ou dois. Primeiro é que eu nessa altura do projecto, já defendia que não podíamos por a ênfase nos edifícios, porque nós não sabíamos o que seriam os programas e quem seriam os clientes que iriam tomar acções nisso. Portanto, o que interessava era definir bem o espaço público

colectivo. A minha equipa, quer o Viegas, quer o Nuno Grande, porque é preciso dizer que no princípio trabalhou o Nuno grande. Nessa fase, e eu tive alguma influência nisso, puseram três pontos que era a Universidade, a Câmara e o Porto. Dá-se a briga com o Porto, que explica muita coisa. Há uma certa briga entre a Câmara e o Porto, daí que o terreno da Lota nunca tenha chegado a ser comprado pela Câmara. Este triângulo é que lançou o concurso. Depois o Porto saiu e ficou a Universidade e Cidade. A Universidade tinha para ali um centro de investigação e aprendizagem ambiental sobre a Ria, uma espécie de laboratório da Ria. Depois, na Lota nós achávamos que devia ter actividades deliberais, podiam ser empresas, podiam ser outras coisas, não era um centro cultural. Um hotel, que tinha sete andares. Mas a grande parte das guerras foi a relação entre terra e água, entre as salinas e a habitação, daí que eu sempre defendi a ideia de que ao longo da Lota fazer as casinhas, em fita, que podiam ter barco que é uma coisa que se usa muito em Aveiro, e poder entrar pela água se quisessem. Essa foi uma polémica. Tentámos compatibilizar essas coisas mas não era muito fácil.